

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**LUCIANO DOMINGOS DA CRUZ**

**MEMÓRIAS DE JORNALISTAS**

**Narrativas de profissionais da grande imprensa sobre  
a eleição, o governo e o *impeachment* de Fernando Collor**

**São Caetano do Sul**

**2013**

## FICHA CATALOGRÁFICA

CRUZ, Luciano Domingos da

Memórias de Jornalistas: Narrativas de profissionais da grande imprensa sobre a eleição, o governo e o *impeachment* de Fernando Collor / Luciano Domingos da Cruz. São Caetano do Sul: USCS / Programa de Mestrado em Comunicação, 2013. 140p.

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo

Dissertação (Mestrado) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado em Comunicação, 2013.

1. Comunicação. 2. Inovação. 3. Jornalismo. 4. Memória. 5. Narrativas Orais. 6. Governo Collor. I. Perazzo, Priscila Ferreira. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Mestrado em Comunicação. III. Título.

**LUCIANO DOMINGOS DA CRUZ**

**MEMÓRIAS DE JORNALISTAS**

**Narrativas de profissionais da grande imprensa sobre  
a eleição, o governo e o *impeachment* de Fernando Collor**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Comunicação da Universidade  
Municipal de São Caetano do Sul como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Comunicação.

Orientadora: Professora Doutora Priscila Ferreira  
Perazzo.

**São Caetano do Sul**

**2013**

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti

*Reitor*

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

*Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa*

Prof. Dr. Gino Giacomini Filho

*Gestor do Programa de Mestrado em Comunicação*

Dissertação defendida e aprovada em 21/02/2013 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Priscila F. Perazzo \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Elias Goulart \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino \_\_\_\_\_

Área de concentração: Comunicação, Inovação e Comunidades.

Linha de pesquisa: Transformações Comunicacionais e Comunidades.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) não apenas pela concessão da bolsa de estudos, que viabilizou a presente pesquisa, mas acima de tudo pelo papel que a instituição desempenha em minha vida profissional e pessoal.

Ao Reitor da USCS, professor Dr. Silvio Augusto Minciotti, e ao Pró-Reitor de Extensão da universidade, professor Ms. Joaquim Celso Freire Silva, pela confiança em mim depositada, bem como pela valiosa oportunidade de explorar novas fronteiras em meu desenvolvimento intelectual.

Aos jornalistas Augusto Nunes, Bob Fernandes, Bóris Casoy, Clóvis Rossi, Milton Coelho da Graça, Roberto Pompeu de Toledo e Wianey Pinheiro, que me receberam com grande gentileza e dedicação.

Aos jornalistas Antonio Carlos Fon, Elio Gaspari e Nelson Tucci. As entrevistas que me concederam, embora não integrem esta dissertação, em muito contribuíram para o amadurecimento de minhas análises.

À Ana Paula Lazari, Carmem Velloso, Kléber di Lázzare e Renata D'Àdamo, que tanto me ajudaram na difícil missão de conciliar a rotina de estudos com o dia-a-dia da carreira profissional.

A Felipe Misquini, Henrique Siqueira e Kléber Parra, que, com muito bom humor e competência, acompanharam-me nas gravações dos depoimentos.

A Anderson Oliveira de Paula, velho amigo, por sua solidariedade e apoio durante as mais improváveis situações.

Ao professor Dr. Elias Goulart e à professora Dra. Maria Aparecida de Aquino pela gentileza com que atenderam ao convite para participarem das bancas de qualificação e de defesa, e pelas importantes contribuições que trouxeram ao projeto desta dissertação.

Aos docentes e discentes do Programa de Mestrado em Comunicação da USCS, em especial à minha orientadora, professora Dra. Priscila Perazzo. Sua confiança, carinho e conhecimentos difundem marcas indeléveis, que me acompanharão ao longo de toda a vida.

À minha família, sobretudo a meus pais, Antônio e Maria de Lourdes, principais responsáveis pelos valores e ensinamentos que compõem a base de minha formação.

E, por fim, à Cristiane, que, neste momento, tem em seu ventre nosso filho Lucas. O amor que sinto por ambos é o sentimento mais belo, pleno e transformador que já experimentei. A eles devo o que de melhor há em mim.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por tema as vivências de jornalistas na cobertura do “período Collor”, desde a eleição presidencial em 1989 até o processo de *impeachment* em 1992. Origina-se do questionamento sobre quais recordações jornalistas, que, na época, atuavam em grandes órgãos de imprensa, guardam na memória acerca daquele importante período da história recente do país. Busca, com isso, resgatar a memória do período sob o ponto de vista dos jornalistas convidados a participarem deste estudo, assim como identificar experiências e vivências que possam contribuir para uma melhor compreensão do fazer jornalístico nos últimos anos do século XX. Para tanto, parte do registro de Narrativas Oraís de Histórias de Vida, baseada nos métodos da História Oral, que valoriza os indivíduos e suas respectivas histórias de vida como forma de recuperar o passado aos olhos do tempo presente, por meio de lembranças narradas oralmente. A pesquisa tem como fatores de inovação a busca por uma dimensão subjetiva nos estudos científicos da Comunicação Social e as transformações comunicacionais vividas por uma geração de jornalistas, representada pela comunidade estudada. A metodologia adotada permitiu uma construção histórica do período, a partir das memórias dos entrevistados, assim como possibilitou melhor compreender o fazer jornalístico de uma geração. Conclui-se, assim, com base nas narrativas, que os acontecimentos do “período Collor” ajudam a evidenciar os complexos elementos que interferem no exercício cotidiano do jornalismo, chamando a atenção, sobretudo, para as constantes tensões provocadas pelo contraditório discurso que propaga o mito da isenção jornalística e as decisões tomadas no ato da edição; a forma como o jornalista constrói o mundo que encontra ao produzir a notícia e as escolhas subjetivas feitas ao longo da vida profissional, que os constitui como sujeitos da ação do jornalismo.

**Palavras-chave:** Comunicação; Inovação; Jornalismo; Memória; Narrativas Oraís; Governo Collor.

## ABSTRACT

This research is subject to the experiences of journalists in covering the "Collor period" since the presidential election in 1989 until the impeachment proceedings in 1992. It originates from the research question about memories journalists, who at the time worked in major media outlets, keep in memory about that important period of the country's recent history. Searching thereby rescue the memory of the period from the point of view of journalists invited to participate in this study, and identify experiences and experiences that can contribute to a better understanding of journalistic in recent years of the twentieth century. Therefore, part of the record of Oral Narratives Stories of Life, based on the methods of oral history, which values individuals and their life stories as a way to recover the past in the eyes of the present time, through memories narrated orally. The research is innovation factors the search for a subjective dimension in scientific studies Media and communication transformations experienced by a generation of journalists, represented by the community studied. The methodology allowed a building of historical period, from the memories of the respondents, as well as better understand the possible journalistic than a generation. We conclude, therefore, based on narrative, the events of the "period Collor" help to highlight the complex elements that interfere with daily exercise of journalism, calling attention especially to the constant tension provoked by the contradictory discourse that propagates myth of journalistic exemption and the decisions taken at time of publishing, how the journalist who finds constructing the world to produce news and subjective choices made throughout life, which is subject to the action of journalism.

**Keywords:** Communication, Innovation, Journalism, Memory; Oral Narratives; Collor.

*Perguntas como se deve agir para que tal jornal  
agrade nosso século e a posterioridade.  
Responderei com duas palavras: Sê imparcial.*

*Voltaire - Conselhos a um jornalista.*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – VIDA DE JORNALISTA .....</b>	<b>27</b>
1.1 Augusto Nunes .....	27
1.2 Bob Fernandes .....	34
1.3 Bóris Casoy .....	39
1.4 Clóvis Rossi .....	44
1.5 Milton Coelho da Graça .....	46
1.6 Roberto Pompeu de Toledo .....	54
1.7 Wianey Pinheiro .....	58
<b>CAPÍTULO 2 – A IMPRENSA E O “CAÇADOR DE MARAJÁS” .....</b>	<b>68</b>
2.1 Primeiras recordações .....	68
2.2 Do governo de Alagoas para as manchetes nacionais .....	73
2.3 Personagem de ficção .....	78
2.4 A opinião do jornal, a opinião do jornalista e o “mito da isenção” .....	84
2.5 A edição do debate no Jornal Nacional.....	90
<b>CAPÍTULO 3 – A IMPRENSA, O GOVERNO E O IMPEACHMENT.....</b>	<b>102</b>
3.1 O confisco .....	102
3.2 Mudanças na Central Globo de Jornalismo .....	105
3.3 A invasão à <i>Folha de S. Paulo</i> .....	108
3.4 PC Farias nas capas das revistas .....	109
3.5 A queda .....	114
3.6 Pedro e Eriberto .....	116
3.7 O legado .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>135</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos da década de 1980, uma nova conjectura se abria à atuação do profissional de imprensa no Brasil. O ambiente de liberdades propiciado pela concretização da lenta e gradual despedida do governo militar, os compromissos democráticos da recém estabelecida Nova República e os direitos ratificados na Constituição de 1988 desenhavam um novo cenário para as coberturas jornalísticas, sobretudo as de fatos políticos e econômicos.

O contexto internacional também fornecia ingredientes impactantes. A queda do muro de Berlim abriu uma enorme fenda na “espessa camada de gelo” que, desde o fim da Segunda Guerra, mantinha a geopolítica mundial prisioneira de ideologias patrocinadas por superpotências arqui-inimigas. O discurso neoliberal ganhava, com isso, cada vez mais força, lançando bases para uma iminente hegemonia capitalista, enquanto o mundo assistia atônito à desintegração do socialismo no Leste Europeu (DOBBS, 1998).

É nesse cenário que ocorre no Brasil a primeira eleição direta à Presidência da República em 29 anos, seguida do inédito processo de *impeachment* que depôs, por meio de vias democráticas, o presidente Fernando Collor de Mello.

Então governador de Alagoas, Collor desponta no cenário nacional empunhando, na mídia, a bandeira da moralidade no serviço público. Ele percebera que, para deixar a condição de político regional, era necessário aparecer nos grandes veículos de comunicação do país. Como contrapartida, ofereceria aos órgãos de imprensa o que os jornalistas mais precisam: notícias (CONTI, 1999, p. 13).

Em 1987 surgem as primeiras entrevistas e reportagens em veículos de abrangência nacional, nas quais começa a se delinear a figura do “caçador de marajás”, que promete por fim à corrupção e em outros desmandos administrativos, a começar pelos super salários pagos a servidores públicos alagoanos (revista *Veja*, 22/04/1987, p. 5)<sup>1</sup>.

Em 1989 a carreira política de Collor está em vertiginosa ascensão. Em apenas dez anos, fora prefeito de Maceió (1979-1982), deputado federal (1982-1986) e governador de Alagoas (1987 - 1989). Preparava-se, então, para o ápice: a Presidência da República. Para isso, era preciso enfrentar, e vencer, nas eleições que ocorreriam no fim daquele ano, candidatos com amplo histórico na política nacional, como, por exemplo, o presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Constituinte, Ulysses Guimarães; o senador paulista Mário Covas; o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; entre tantos outros, isso sem citar novas lideranças surgidas no processo de reorganização política da sociedade após a ditadura, caso do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva (LATTMAN-WELTMAN; CARNEIRO; RAMOS, 1994, p. 12).

O quadro eleitoral era ainda mais desanimador para Collor quando se leva em conta a força dos respectivos partidos. Seu PRN (Partido da Reconstrução Nacional) era “inexpressivo”, segundo o pesquisador Arnaldo Santos (2010, p.54), não cabendo nenhum tipo de comparação com a estrutura e o porte de legendas como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), o PTB (Partido Trabalhista do Brasil), ou mesmo o PT (Partido dos Trabalhadores), adversários naquele pleito.

Ainda assim, Fernando Affonso Collor de Mello foi eleito o 32º Presidente da República Federativa do Brasil. A vitória se deu em segundo turno, em votação realizada no dia 17 de dezembro de 1989 e na qual, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral<sup>2</sup> (TSE), o candidato do PRN totalizou 35.090.098 votos.

Naquela que pode ser considerada a primeira eleição presidencial midiática brasileira<sup>3</sup> (JOSÉ, 1996, p.39), houve polêmicas como o episódio da edição do último debate entre os candidatos, levada ao ar no dia 16 de dezembro pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. O vídeo foi alvo de denúncias, devido a um suposto favorecimento da emissora em relação ao candidato do PRN (NEVES e FAGUNDES, 1996, p 42).

Pouco depois, logo no primeiro dia do mandato do novo presidente, em 16 de março de 1990, veio o anúncio de como o governo pretendia acabar com a inflação, mal que assolava a sociedade brasileira e que fora um dos grandes motes do processo eleitoral. Entre uma série de medidas, o novo plano econômico congelaria os ativos bancários de milhões de brasileiros: configurava-se a “maior intervenção na propriedade privada já vista no país” (CONTI, 1999, p. 9).

Este foi só o primeiro ato de um conturbado governo, que teve seu ponto derradeiro no dia 29 de setembro de 1992, quando por 441 votos a favor, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de cassação do Presidente da República. Já

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:2773745334123649>. Acesso em 20 nov. 1012

<sup>3</sup> De acordo com Francisco José, quando da eleição que levou Jânio Quadros à presidência, em 1961, a televisão ainda não estava consolidada no Brasil, cenário completamente diferente daquele encontrado em 1989.

afastado da Presidência, Collor renunciou, no dia 12 de dezembro do mesmo ano, horas antes do início de seu julgamento no Senado Federal. O objetivo era evitar a perda de seus direitos políticos. A manobra não deu certo. A sessão seguiu normalmente e, por 76 votos a 5, Collor teve o mandato cassado, tornando-se inelegível para qualquer cargo público pelos oito anos seguintes.

A imprensa esteve presente em todos esses momentos. Jornalistas, dos mais diversos veículos, acompanharam de perto a corrida eleitoral, repercutiram e analisaram os atos do governo e também os desdobramentos que precipitaram sua queda. Na euforia dos dias que se seguiram ao *impeachment*, o senso comum chegou mesmo a cristalizar a noção de que a imprensa “elegeu e derrubou o presidente”. Passados, porém, vinte anos do processo que culminou com a queda de Fernando Collor de Mello, o que os próprios jornalistas guardam na memória a respeito de todo aquele processo (da campanha à cassação)?

Foi essa a indagação que, em um primeiro momento, nos motivou a iniciar a presente pesquisa.

Após algum tempo, ainda quando esboçávamos o que seriam as linhas gerais deste estudo, outra questão nos chamou a atenção: até que ponto as experiências acumuladas durante o chamado “Período Collor”<sup>4</sup> influenciaram a forma de se praticar jornalismo atualmente? Que discussões e novos caminhos passaram a ser considerados?

A TV Globo, por exemplo, adota atualmente como norma interna a conduta de não editar debates políticos. A informação é oficial e está explicitada no site “Memória Globo”<sup>5</sup>, no qual a emissora fluminense relembra uma série de fatos de sua trajetória, entre os quais, as polêmicas que marcaram sua Central de Jornalismo.

A norma em questão é consequência da repercussão negativa ocasionada pela edição do já citado debate. Trata-se de um vídeo de aproximadamente 3 minutos de duração, levado ao ar no Jornal Nacional, no dia 16 de dezembro de 1989, um dia antes do segundo turno da eleição presidencial e, no qual, pretensamente, era apresentado ao telespectador um resumo - ou os melhores momentos, no jargão do jornalismo esportivo - do debate entre os candidatos à Presidência da República, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido no dia anterior.

---

<sup>4</sup> Aqui considerado como o período que vai da eleição presidencial de 1989 até a renúncia de Collor em 1992.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21752,00.html>. Acesso em: 15 jan. 2011.

[...] o episódio provocou um inequívoco dano à imagem da TV Globo. Por isso, hoje a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, pois, no confronto de ideias, não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor. Ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão de fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado.<sup>6</sup>

Este é apenas um exemplo de experiências marcantes que aquele período deixou para a imprensa brasileira. Mas será o único?

O que poderíamos encontrar, então, ao reviver o “período Collor” por meio da memória de jornalistas, percorrendo suas experiências e lembranças relatadas na forma de narrativas de histórias de vida?

Como arcabouço teórico, temos os passos metodológicos da História Oral e os preceitos que embasam os Estudos Culturais e o campo de pesquisa da Memória Social.

A análise das narrativas, nesse sentido, não apenas nos remetem aos principais acontecimentos daquela época, como também nos mostram quem são esses profissionais e como observam o seu papel, e o da imprensa, no mundo contemporâneo.

A pergunta-problema, então, se enuncia: que experiências e vivências, jornalistas, que tenham atuado em grandes órgãos de imprensa do país, guardam na memória sobre a campanha presidencial de 1989 e sobre os anos em que Collor esteve à frente do governo, incluindo os desdobramentos do processo que levou ao *impeachment* do presidente?

Ao procurar respostas para esse questionamento, buscamos resgatar a memória de jornalistas, e identificar experiências e vivências que possam contribuir para uma melhor compreensão do fazer jornalístico nos últimos anos do século XX.

A pesquisa se realiza no âmbito dos estudos da comunicação, da inovação e das comunidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos procedimentos de coleta de dados se basearam em entrevistas que aqui denominamos como Narrativas Oraís de História de Vida, a partir dos métodos da História Oral.

Alinha-se com Transformações Comunicacionais e Comunidades à medida que estuda fenômenos sociais da comunicação e se preocupa com processos

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21752,00.html>. Acesso em: 15 fev. 2011.

comunicacionais da comunidade de jornalistas em um período determinado (1989-1992).

No tocante à inovação, além de ater-se a um momento histórico por si só já marcado por transformações e ineditismos, a pesquisa, em sintonia com os eixos teóricos com os quais trabalha, procura abrir espaço para uma dimensão subjetiva nos estudos da área da Comunicação Social, privilegiando o ponto de vista de indivíduos “sujeitos da ação”, que, ao narrar suas experiências, acabam também por narrar a si próprios e ao mundo em que vivem.

Cardoso e Santos (2008, p. 35), em artigo que integra a obra: *Comunicação e Inovação: reflexões contemporâneas* lembram que “embora as inovações tecnológicas sejam mais perceptíveis tanto para o público como para pesquisadores do campo de estudos da Comunicação” há novidades que vão além destes aspectos puramente técnicos e que, por sua vez, também merecem atenção por decorrerem de fenômenos comunicacionais. Citam, então, como exemplos, a possibilidade de “inovações estéticas, narrativas, mercadológicas e comportamentais”.

Beatriz Sarlo (2007, p.21), por sua vez, defende que é possível atingir o passado “sob a perspectiva de um sujeito e reconhecendo à subjetividade um lugar”. Para a pesquisadora, a ciência, assim como já o faz a literatura “desde meados do século XIX” inova ao reconhecer a importância de recursos de “dimensão subjetiva”, como o do relato em primeira pessoa.

Não nos surpreende a atual tendência da academia e do mercado de bens simbólicos que se propôs a reconstruir a textura da vida e da verdade alojados na rememoração da experiência, a revalorização do ponto de vista da primeira pessoa, a reivindicação de uma dimensão subjetiva, que hoje se expande em estudos do passado e estudos culturais presente. (SARLO, 2007, p. 21, tradução livre).

Também ao discutir questões relativas à relação entre Comunicação e Inovação, Perazzo e Caprino (2008, p. 119), afirmam que “retomar a memória pela possibilidade narrativa das pessoas, permite, de forma inovadora na sociedade pós-moderna, recolocar o papel do comunicador social”. Para as pesquisadoras, em lugar de “informante ou meramente emissor ou reproduzidor”, o comunicador passaria a atuar como mediador do processo. Mais adiante relacionam, nesse contexto, o estudo da memória com a construção da identidade dos indivíduos.

A memória resgata o sujeito e sua subjetividade. A rememoração de sua história de vida o reafirma como sujeito da ação, recria e

reconstrói suas diferentes identidades ou possibilidades de identificações. A identidade, por sua vez, promove um processo de reconhecimento das similitudes e afirmação de diferenças que situa o indivíduo como sujeito histórico nos grupos sociais com os quais se relaciona. (PERAZZO; CAPRINO, 2008, p. 119).

Le Goff (2003, p. 469) explicitou essa relação entre memória e identidade, situando a memória como “elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”.

Sarlo (2007, p. 25) afirma que a emergência das identidades que se observa atualmente pode ser vista como uma mudança que “reflete a primazia do subjetivo e o papel que a ele se atribui na esfera pública”.

Essa quebra de paradigma em relação ao papel do sujeito nos estudos da área da comunicação nos remete ao campo dos Estudos Culturais. Nesse sentido, não poderíamos nos furtar a uma rápida contextualização histórica para melhor compreensão do tema: surgidos no século XIX, como consequência da implementação do sistema capitalista industrial, tanto o pensamento Positivista quanto o Materialismo Histórico, embora com sinais invertidos, abordaram, em seus estudos, a Comunicação e suas consequências sociais (SANTOS, 2003).

O papel do indivíduo, no entanto, era deixado em segundo plano, já que ambos tinham nas massas o centro de suas preocupações. De acordo com Mendonça (2006, p. 27) “essa dicotomia conduziu a um empobrecimento das análises”, evidenciando uma dificuldade em “apreender a especificidade da dinâmica cultural e a multiplicidade de elementos que a conformam”.

A formação dos Estados Nacionais e a necessidade de atender aos interesses de grupos que ascendem ao poder no período pós-revoluções burguesas são simbólicos para entendermos a urgência do discurso então vigente de submissão do indivíduo diante da grandeza do Estado. O século XX leva ao extremo uma série de ideias surgidas no Renascimento e que ganharam novo fôlego com o Iluminismo, como a supremacia da razão, a valorização da ordem e do pensamento linear, entre outros (PRYSTHON, 2003). O pêndulo que partiu da metafísica obscura da Idade Média chegava ao extremo oposto e extremos, geralmente, renunciando transformações.

É nesse contexto de extremos que alguns autores propõem uma reorganização do mundo. É preciso começar a desmontagem das teorias de pensamento da modernidade, pois elas não dão mais conta da sociedade e suas complexidades. Há novas questões a serem debatidas. Insere-se nesse quadro o afloramento de discussões sobre o conceito

antropológico de cultura (o homem como produtor de sua própria cultura), a retomada do cotidiano em detrimento à supremacia da macro história, a valorização do sujeito, enfim, ideias que permeiam os estudos de *Comunicação e Cultura* tal qual hoje observamos.

Martín-Barbero (2009, p. 28), por exemplo, alerta que a comunicação não está restrita às mídias. Ou seja, é possível estudá-la para além dos meios de comunicação de massa. “A comunicação se torna questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimento, mas de reconhecimento”.

Essa nova forma de olhar a comunicação, também colocou em xeque visões esquemáticas, que tendem a simplificar, em demasia, realidades complexas e repletas de singularidades. É o que nos lembra Maria Luiza Mendonça (2006, p. 28):

Ao se pretender associar processos comunicativos à constituição de sujeitos sociais é necessário superar as proposições teóricas que encaram a comunicação a partir de modelos construídos com base em um fluxo *emissor-canal-mensagem-receptor*, entre outras razões por que nessas análises existe a tendência de privilegiar e, muitas vezes, isolar um dos termos.

Este novo eixo, centrado no indivíduo como sujeito da ação, também está presente nos estudos da memória e do imaginário.

François Laplantine e Liana Trindade (1997) evidenciam esse universo simbólico próprio de cada indivíduo ao exemplificarem os mecanismos que compõem o imaginário social.

A imagem que fazemos de uma pessoa que conhecemos na atualidade ou no passado de nossa existência, não corresponde ao que ela é para si, ou para outrem que também a tenha conhecido, pois sempre é uma imagem marcada pelos sentimentos e experiências que tivemos em relação a ela. Atribuímos a essa pessoa qualidades físicas ou morais que, embora ela possa em parte possuir, são aumentadas ou denegridas, mutáveis, transformadas e plenas de significados que lhe fornecemos no percurso de nossas experiências e lembranças vividas e concebidas nos encontros e desencontros que com ela estabelecemos (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p. 3).

Mais adiante, os autores demonstram como o conceito de real é vago sob esse prisma, já que “o real é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida” (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p.3).

Bronislaw Baczko (1985, p. 298), traz para a discussão a influência do poder na criação do imaginário.



Não será que o imaginário coletivo intervém em qualquer exercício de poder e, designadamente, do poder político? Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em duplicar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.

Ao trabalhar com as lembranças de nossa comunidade de jornalistas, além dessas visões não podemos perder de vista que “as ideias, os signos e símbolos” que influenciam a rememoração não serão acionados da mesma forma que o seriam quando do passado revisitado, pois “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora: é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”. (CHAUÍ, 1979, p. 20).

Esse conceito também integra o posicionamento metodológico que embasa esta dissertação, dado pela História Oral.

Segundo Meihy (1996, p. 10), a História Oral implica uma “percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado”.

Depois de se firmar em países como o Reino Unido, Estados Unidos, México e Itália, conforme explica José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), também no Brasil a História Oral ganhou força, mostrando-se uma alternativa à chamada história oficial.

[...] num primeiro instante, grupos conservadores duvidam da história oral, como se fosse insuficiente para explicar o conjunto social, como mais uma novidade e por isto algo passageiro. Na medida em que ela mostra a que veio, mudanças acontecem. Atualmente a história oral já se constitui parte integrante do debate sobre o conhecimento histórico e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais (MEIHY, 1996, p. 10).

Paul Thompson (1998, p. 45) nos lembra que “a história oral é tão antiga quanto à própria história”, já que antes mesmo da invenção da escrita, era por meio de narrativas orais que os conhecimentos e tradições dos seres humanos eram repassados entre gerações.

No entanto, com o passar do tempo, essa tradição oral foi, aos poucos, perdendo espaço, sobretudo com ascensão das teorias positivistas, que pregavam a supremacia da razão, repelindo, sumariamente, tudo o que pudesse abrigar componentes, ditos, subjetivos. É somente na segunda metade do século XX, que algumas correntes acadêmicas passam a rever esse conceito, resgatando o uso da História Oral em

trabalhos científicos. Contribuiu para essa revitalização da História Oral, o que Verena Alberti (2005, p. 19) descreve como “uma espécie de insatisfação dos pesquisadores com os métodos quantitativos que, no pós-guerra, começam a ceder lugar para os métodos qualitativos nas investigações” e o crescente desenvolvimento de novas tecnologias, como o gravador de áudio portátil, que, a partir dos anos 1960, permite aos pesquisadores “congelar o depoimento”.

Isso não significa, porém, que a História Oral tenha a pretensão de reproduzir “a verdade”. É o que alerta Ecléa Bosi (2003, p.18) ao afirmar que a oralidade “também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade”.

Talvez a melhor explicação nesse caso esteja em Alberti (2005, p. 30), para quem a História Oral possibilita “recuperar o passado, conforme concebido pelos que o viveram”.

Ao admitir a existência de uma realidade complexa e multifacetada, a História Oral permite que se recriem diferentes pontos de vista (THOMPSON, 1998, p. 26) que podem ser analisados e contrapostos.

A História Oral coloca-se como um campo multidisciplinar, que busca a ampliação do conhecimento acerca do passado (ALBERTI, 2005) e que tem na realização de entrevistas sua fase central. No entanto, para que a entrevista de História Oral cumpra seu objetivo é de suma importância a elaboração prévia de um projeto, que irá nortear todas as ações a serem implementadas.

Para se fazer um trabalho de história oral não basta alguém munido de gravador e ter um ou mais depoentes a dar entrevistas. É preciso um projeto que guie as escolhas, que especifique as condutas e qualifique os procedimentos metodológicos. (MEIHY, 1996, p. 51)

Dependendo dos propósitos da pesquisa, definidos no projeto, pode-se optar por dois tipos de entrevistas: entrevistas temáticas ou entrevistas de história de vida. (ALBERTI, 2005, p. 37). No primeiro caso, tem-se, prioritariamente, a busca por relatos acerca da participação do entrevistado em um período determinado cronologicamente. Já nas entrevistas de história de vida, procura-se abarcar uma série de momentos da vida do entrevistado.

Ainda segundo Alberti (2005, p. 38) “se no estudo de determinado tema for considerado importante conhecer e comparar as trajetórias de vida dos que nele se envolveram, será aconselhado realizarem-se entrevistas de história de vida”.

Já Meihy (1996, p.45) cita ainda um terceiro tipo de entrevistas a integrar as opções no âmbito da História Oral: as de tradição oral, que “remete às questões do passado longínquo, que se manifestam pelo que chamamos folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos e de indivíduos para indivíduos”.

Sobre o critério para escolha dos entrevistados em uma pesquisa de História Oral, Alberti afirma:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. (ALBERTI, 2005, p. 31)

Meihy (1996) fala sobre a forma de conduzir a entrevista em um projeto de História Oral. Segundo ele “as perguntas devem ser amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma indicativa dos grandes acontecimentos e na sequência cronológica da vida do entrevistado.” (p 35). Mais adiante, ressalta que “deve ser dado ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade”. Por fim, estabelece que “quanto menos o entrevistador falar, melhor. A participação do entrevistador deve ser sempre estimuladora e jamais de confronto”. (p.36).

Ecléa Bosi (2003, p. 55) segue a mesma linha, salientando a importância de se dar ao depoente “a liberdade de encadear, e compor, à sua vontade, os momentos de seu passado”.

Para efeito da presente pesquisa, foram utilizados procedimentos que se baseiam, sobretudo, nas teorias de História Oral de Alberti (2005) e de Meihy (1996), adaptados pelo Núcleo de Pesquisas e Laboratório de Produções Midiáticas Memórias do ABC, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), para estudos na área da Comunicação e denominado como Narrativas Oraís de História de Vida.

As entrevistas apresentam, sobretudo, características que esses autores atribuem às vertentes da história oral temática e também da história oral de vida.

Cada uma das entrevistas realizadas para este estudo conta com duração de cerca de 120 minutos. Elas foram gravadas em vídeo digital e ficarão disponíveis para consulta do público no HiperMemo - Acervo Hiperídia de Memória da USCS.

Pode-se dizer que cada entrevista foi composta por duas partes não de todo estanques. Durante a primeira metade da conversa, procurou-se focar a história de vida do depoente. A primeira pergunta evocava, assim, lembranças sobre a infância e a família dos entrevistados. Na sequência, e ao sabor da narrativa empreendida pelo

próprio depoente, buscou-se trazer à tona lembranças sobre o desenrolar de sua vida acadêmica e profissional.

Na segunda metade da entrevista, buscou-se tratar com mais ênfase os assuntos relacionados à campanha presidencial de 1989 e ao governo Collor. Em geral, o passo inicial nesse sentido foi dado a partir do questionamento sobre qual havia sido a primeira vez em que o entrevistado ouvira falar em Fernando Collor. A partir daí, novamente o desenrolar da entrevista ficou sujeito à própria dinâmica empreendida pela narrativa do depoente.

Após o termino das entrevistas, todos os depoentes assinaram termo de cessão dos direitos de seus depoimentos para uso nesta dissertação e posterior disponibilização no acervo do HiperMemo.

Na sequência foi realizada a transcrição das entrevistas para arquivo eletrônico utilizando-se o software *Microsoft Word*. As transcrições também serão disponibilizadas, futuramente, por meio do HiperMemo.

### **Perfil dos entrevistados**

Como critério para a escolha dos entrevistados, optou-se por profissionais que, neste período, tenham atuado nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, os dois jornais com maior tiragem no país no ano de 1989, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC)<sup>7</sup>.

No caso específico dos jornais, porém, também buscou-se entrevistar um jornalista com passagem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, publicação que, em 1989, não teve sua circulação aferida pelo IVC<sup>8</sup>.

O critério do número de exemplares em circulação também foi utilizado para as revistas, segmento que, em 1989, tinha nas semanais de informação *Veja* e *ISTOÉ* as líderes do ranking do IVC.

Já no que se refere à imprensa eletrônica, optou-se, neste estudo, por privilegiar as emissoras de TV, que apresentavam noticiários fortemente calcados no conceito de rede, com a veiculação de telejornais de abrangência nacional - em detrimento às de rádio, que, até mesmo como consequência da concorrência com as redes de TV,

---

<sup>7</sup> Dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil 89/90 (Mídia Dados), referentes ao primeiro semestre de 1989.

<sup>8</sup> A *Folha de S. Paulo* não esteve filiada ao IVC em 1989. No ano anterior, no entanto, o mesmo IVC apontava o jornal como o de maior circulação do país.

passaram a investir em programas jornalísticos regionalizados, baseados, sobretudo, na prestação de serviços aos ouvintes.

Dessa forma, foram convidados a colaborarem com este estudo, jornalistas que, a época dos fatos aqui pesquisados, estivessem atuando na Rede Globo de Televisão e no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), emissoras com maior audiência média no Brasil em 1989<sup>9</sup>.

É importante salientar que, além de contarem com elevados números em termos de circulação e de audiência, estes veículos também apresentam outras características próprias da grande imprensa, como grande estrutura empresarial, dependência de financiamento publicitário e esquema nacional de distribuição (AQUINO, 1999, p. 37).

Assim, foram entrevistados, ao todo, sete jornalistas, que atuaram por grandes órgãos de imprensa, notadamente do “eixo Rio-São Paulo”, durante a cobertura das eleições presidenciais de 1989, ou ainda naquelas relacionadas ao governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990 - 1992), incluindo o acompanhamento dos desdobramentos que levaram a seu *impeachment*. São eles:

**Augusto Nunes:** nasceu em Taquaritinga (SP) em 1949. Formou-se em jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP). Foi apresentador do programa Roda Viva da *TV Cultura* e atuou, ao longo da carreira, pelas revistas *Veja* e *Época*, e pelos jornais *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*, entre outros grandes veículos de imprensa do país. Atualmente escreve para o portal da revista *Veja*<sup>10</sup> na Internet.

Além de dirigir a redação de *O Estado de S. Paulo* durante o período eleitoral, de 1989, Nunes foi convidado a participar deste por ser um dos autores, quando ainda atuava pelo *Jornal do Brasil*, da matéria intitulada “Furacão Collor”, apontada como uma das primeiras aparições de Collor na grande imprensa brasileira. (CONTI, 1999, p.46).

A entrevista foi realizada nos dias 4 e 6 de julho de 2012, na sede da revista *Veja*, na cidade de São Paulo.

**Bob Fernandes:** nascido em Barretos (SP) em 1953. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal da Bahia. Atuou na Rádio *Jornal do Brasil*, nas revistas *Veja*, *ISTOÉ*, *Carta Capital* e no jornal *Folha de S. Paulo*, entre outros. Atualmente é editor-

<sup>9</sup> Dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil 89/90 (Mídia Dados), referentes à audiência média das emissoras entre os meses de março e agosto de 1989.

<sup>10</sup> <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/>

chefe do portal de informações Terra Magazine<sup>11</sup> e comentarista da TV Gazeta de São Paulo.

A opção por Fernandes se deu por ter sido ele o jornalista da revista *ISTOÉ* que escreveu as primeiras matérias sobre indícios de corrupção envolvendo o tesoureiro da campanha de Fernando Collor, Paulo Cesar Farias. (JOSÉ, 1996, p. 169).

A entrevista foi realizada no dia 15 de maio de 2012, na residência do depoente, na cidade de São Paulo.

**Bóris Casoy:** nascido em São Paulo (SP) em 1941. Cursou Direito, mas não chegou a se formar. Foi assessor de imprensa, entre outros, de Luís Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura no governo Médici. Atuou no jornal *Folha de S. Paulo*, no qual chegou a exercer o cargo de diretor de redação, e também em emissoras de TV, casos do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), da Rede Record e da Rede Bandeirantes de Televisão, na qual, atualmente, apresenta um telejornal diário.

Em 1989, com o *status* de “o primeiro âncora do telejornalismo brasileiro” (SQUIRRA, 1995, p. 43), Bóris Casoy era a figura mais expressiva do departamento do jornalismo do SBT. Esse fator, somado à facilidade de acesso ao jornalista, garantido por meio de um amigo em comum, estão na origem da escolha de Casoy para colaborar com este estudo.

A entrevista foi realizada no dia 16 de março de 2012, na residência do depoente, na cidade de Barueri (SP).

**Clóvis Rossi:** nascido em São Paulo, em 1943. Formou-se em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Tem passagens pelos jornais *Jornal do Brasil*, *Jornal da República* e *O Estado de S. Paulo*, além da revista *ISTOÉ*, entre outras publicações. Atualmente é repórter especial e membro do conselho editorial do jornal *Folha de S. Paulo*.

Rossi foi convidado a contribuir com este estudo por sua ampla experiência em coberturas jornalísticas no Brasil e no exterior e a grande identificação com a *Folha de S. Paulo*, publicação na qual atua há mais de 30 anos.

A entrevista foi realizada no dia 1º de junho de 2012, na sede do jornal *Folha de S. Paulo*, na cidade de São Paulo.

**Milton Coelho da Graça:** nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 1930. Formou-se em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Tem passagens pelas revistas *Placar*, *Quatro Rodas*, e *ISTOÉ*, e pelos jornais *Diário Carioca*, *Última*

---

<sup>11</sup> <http://terramagazine.terra.com.br/>

*Hora*, *Gazeta Mercantil* e *O Globo*. Também editou os jornais clandestinos *Resistência* e *Notícias Torturadas*, distribuídos durante o Regime Militar. Também atuou em veículos de imprensa que, embora não contassem com abrangência nacional, possuíam grande popularidade regional, casos da *Gazeta de Alagoas*, *Diário da Manhã*, de Goiânia, e *Diário do Amazonas*.

O primeiro jornalista em que pensamos para preencher o espaço reservado a um profissional de *O Globo* neste estudo foi Ricardo Boechat. No entanto, foi o jornalista Augusto Nunes, durante seu depoimento, quem sugeriu o nome de Milton Coelho. O fato de Coelho, além de ter dirigido a redação de *O Globo*, ter atuado também no jornal *A Gazeta de Alagoas* foi decisivo para a decisão de convidá-lo a contribuir com esta pesquisa.

A entrevista foi realizada no dia 29 de outubro de 2012, no escritório do depoente, na cidade do Rio de Janeiro.

**Roberto Pompeu de Toledo:** nascido em 1944, em São Paulo (SP). Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Tem passagens pelas rádios Bandeirantes e Eldorado e pelo *Jornal da Tarde*, *Jornal da República* e *Jornal do Brasil*. Também atuou nas revistas *ISTOÉ* e *Veja*. Atualmente trabalha na revista *Veja*, na qual assina uma coluna quinzenal.

O primeiro jornalista em que pensamos para preencher o espaço reservado a um profissional da revista *Veja* neste estudo foi Luiz Costa Pinto, responsável pela entrevista com Pedro Collor, publicada em 1992. No entanto, não obtivemos êxito em contatá-lo. Convidamos, então, o jornalista Elio Gaspari, que concordou em nos receber para uma conversa, mas não aceitou que a gravássemos, o que, por ir de encontro aos preceitos metodológicos que embasam esta pesquisa, impediu que utilizássemos suas narrativas neste estudo.

Roberto Pompeu de Toledo foi então convidado, entre outros motivos, por sua identificação com a revista *Veja*, na qual atuou pela primeira vez ainda nos anos 1970, seguida por uma nova experiência nos anos 1980 e, uma terceira, iniciada em 1991 e que dura até hoje. Toledo foi também um dos responsáveis pela matéria de capa “A República de Alagoas” (CONTI, 1999, p. 468), que trazia informações sobre a atuação no governo de personagens próximos ao então presidente Fernando Collor, casos do empresário Paulo Cesar Farias, do secretário de comunicação, Claudio Humberto e do governador alagoano, Geraldo Bulhões.

A entrevista foi realizada no dia 22 de maio de 2012, na residência do depoente, na cidade de São Paulo.

**Wianey Pinheiro:** nascido em Jaguaribe (CE), em 1949. Formado em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Atuou nos jornais *A Gazeta Esportiva*, *A Gazeta*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Transferiu-se para a Rede Globo de Televisão, na qual exerceu vários cargos, entre os quais o de diretor de jornalismo em São Paulo. Atualmente é um dos sócios de uma produtora de conteúdos audiovisuais, a *GW Comunicação*.

O principal motivador para o convite, feito a Pinheiro, para que contribuísse com este estudo foi o fato de ser ele o encarregado por supervisionar o conteúdo dos telejornais da Rede Globo de Televisão quando, o *Jornal Hoje* e o *Jornal Nacional*, dois dos telejornais da emissora, levaram ao ar vídeos com duas edições diferentes sobre o debate entre os candidatos Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido às vésperas do segundo turno da eleição de 1989.

A entrevista foi realizada no dia 16 de agosto de 2012, na residência do depoente, na cidade de São Paulo.

Os primeiros contatos, que resultaram no agendamento de cada uma das entrevistas, foram realizados em sua maioria por e-mail. A facilidade em encontrar os endereços eletrônicos dos jornalistas na Internet contribuiu muito nesse sentido. No caso específico de Bóris Casoy, no entanto, não foi preciso utilizar o recurso, já que um amigo em comum viabilizou o encontro.

Além dos sete jornalistas citados, também tivemos a oportunidade de gravar entrevista de História Oral com Antonio Carlos Fon, jornalista com vasta vivência em diversos órgãos de comunicação do país, e que presidiu o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo entre 1990 e 1993. No entanto, por não ter atuado, entre 1989 e 1992, por nenhum dos veículos que compõem nossa delimitação, suas narrativas não integram este estudo. O mesmo ocorreu em relação a Nelson Tucci, jornalista com passagens pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, entre outros, mas que, durante o citado período, atuou unicamente em publicações especializadas do segmento químico.

No primeiro capítulo desta dissertação, optamos por fazer com que cada entrevistado contasse a sua própria história, suas origens familiares, sua trajetória na formação profissional. Por meio das próprias narrativas dos sujeitos, podemos conhecer os entrevistados e reconhecer a comunidade estudada como uma geração de jornalistas e suas próprias características.

No segundo capítulo, concentramo-nos nas lembranças dos sete jornalistas sobre o período que abarca a ascensão de Fernando Collor de Mello no cenário nacional após



sua posse como governador do Estado de Alagoas até o final das eleições presidenciais de 1989. Nesse momento, foi possível perceber como os jornalistas produzem as notícias e, ao criarem as capas de revistas e manchetes de jornais, contribuíram para a construção da figura de Collor de Mello como “caçador de marajás”. Após narrarem o primeiro contato com o político, os entrevistados que colaboraram com esta pesquisa contam, também, como lidaram, no cotidiano do ofício, com as situações decorrentes do contexto em que viviam. Já naquele momento, ocupavam, ou haviam ocupado, postos de editores nos jornais, gerenciando um grande grupo de jornalistas nas reportagens e redações dos veículos, da mesma forma que conviviam, de perto, com os donos das empresas e seus interesses. A partir das lembranças desses momentos da vida, evidencia-se a existência do “mito da isenção” do jornalista em relação à notícia, ou seja, uma crença nessa isenção e uma dificuldade em vivê-la uma vez que é o sujeito de suas próprias ações. Para finalizar esse capítulo e essa discussão, trazemos ao leitor a narrativa de Wianey Pinheiro sobre a edição do debate levado ao ar pela Rede Globo de televisão às vésperas da eleição em segundo turno entre Lula e Collor. Dessas lembranças, pode-se perceber o movimento de tensão que vivencia o jornalista entre o “mito da isenção” e o ofício da edição.

Já o terceiro capítulo tem sua temporalidade no período que vai de 1990, com a posse do novo Presidente, até sua destituição do cargo, em 1992, com sua renúncia por conta do processo de *impeachment*. Nesse momento, as narrativas dos jornalistas tornam-se ainda mais analíticas em relação ao processo histórico que viveram. Percebe-se, então, como os mecanismos da memória se constroem. A memória se edifica no presente do narrador e os sujeitos-narradores dessa história não poderiam fazer diferente: não bastou contá-la, nem revivê-la. É necessário compreendê-la. A partir dessas Narrativas Orais de Histórias de Vida, pode-se compreender o que se viveu, pela perspectiva do tempo atual – o presente da ação narrativa. Assim, os assuntos discutidos nesse capítulo apontam para a relação que se estabelece entre os jornalistas entrevistados e as empresas jornalísticas em que eles trabalham na mediação do poder político-social vivido nos fatos. Episódios como a ascensão de Alberico Souza Cruz na direção da Central de Jornalismo da Rede Globo demonstram como se deu o alinhamento dessa emissora com o Governo Collor. Mas, tal perspectiva não foi muito duradoura à medida que as denúncias de corrupção ocorreram e o movimento da sociedade contra o governante começou a crescer em diversos setores sociais. Com isso, observamos como, mesmo empresas jornalísticas que não tenham se caracterizado pela postura crítica ao governo até aquele momento, passam também a fazê-lo a fim de

manter seu *status* junto ao seu público, o que requeria valorizar a denúncia, o jornalismo investigativo e desvincular qualquer imagem de apoio a Fernando Collor de Mello.

Nesse capítulo, também é lembrado o episódio da invasão do jornal Folha de S. Paulo pela Polícia Federal sob o comando do Presidente Collor de Mello. Diferentes interpretações do fato, narradas por dois dos jornalistas entrevistados, demonstram como a questão do autoritarismo ainda era premente na sociedade que recém inaugurava seu exercício democrático. Por fim, apresentam-se as explicações que os sujeitos da história atribuem como causas da queda de Fernando Collor de Mello e a derrocada que culmina com o *impeachment* do presidente.

Jornalistas experientes, colunistas, analistas de fatos, profissionais de grandes empresas de comunicação do eixo Rio-São Paulo, esses sete homens não poderiam se furtar a dar suas explicações, seja em relação à História, da qual fizeram parte, seja analisando o ofício do jornalista e os legados de sua geração para os atuais processos de comunicação da reportagem e da notícia. Assim, a partir de relatos de experiências únicas sobre vivências múltiplas, constitui-se aqui o conjunto de memórias coletivas de jornalistas e com isso, torna-se possível compreender que as inovações na comunicação advêm de transformações comunicacionais de diferentes comunidades estudadas e lembradas.

## CAPÍTULO 1 – VIDA DE JORNALISTA

O objetivo deste capítulo é apresentar quem são os jornalistas que passarão a dividir conosco suas respectivas concepções acerca do que viveram. Cada qual irá narrar a si próprio, na medida em que revisitam suas próprias trajetórias de vida.

Optamos por manter partes do relato e primeira pessoa, como forma de reforçar a ênfase dada pela História Oral do sujeito como protagonista da ação.

### 1.1 Augusto Nunes

Augusto Nunes nasceu no dia 25 de setembro de 1949 em Taquaritinga, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo e da qual seu pai foi prefeito por quatro mandatos. *Ser filho de prefeito é o máximo. Quando eu nasci, meu pai era prefeito e ele morreu prefeito. Ele foi prefeito pela primeira vez nos anos 50, depois nos anos 60, depois nos anos 70 e 80.*

Nunes busca na memória lembranças da infância e de como o *status* do pai influenciava seu dia-a-dia. *Moleque, eu nem entendia direito o que estava acontecendo. Eu entrava de graça no campo de futebol, no cinema, no circo, tinha camarote e tal.*

Ele ressalta, no entanto, que também sentiu o oposto da situação. *O outro lado, e que me educou desde o começo, é a queda. Porque o filho de prefeito também é filho de ex-prefeito. E eu nunca banquei o príncipe também por isso. Eu me lembro que no segundo mandato dele, no penúltimo ano, no Natal, tinha leitão, frango, peru, tudo dado pelos outros, e ele disse assim: “Vocês aproveitem aí, porque ano que vem é ano de eleição e se a gente perder, não vem nada”. No ano seguinte, parecia combinado, não veio nada, literalmente, nada, zero. Então a mesa que tinha tudo, agora era uma mesa normal. E ele falou: “perder eleição é assim”.*

Dessas experiências, Nunes afirma ter tirado uma grande lição. *Eu comecei a ver quem era o cara que me tratava como pessoa jurídica e como pessoa física. Quem gostava de mim ou quem estava bajulando o prefeito. Eu percebi, desde menino, que o poder é efêmero.*

Outra questão que acompanha Nunes desde a infância é o gosto pela política. *Eu nasci num palanque. É a forma de arte mais espetacular que existe, mais que teatro. Você não tem script, você vai falando e a reação da multidão condiciona o seu discurso, você muda de direção, é uma coisa fascinante, eu gosto disso.*

Questionado sobre o motivo de não ter seguido carreira política, Nunes explica: *o único dia inteiramente agradável na vida de um político é o dia da vitória, porque antes e depois é só pedido.*

Sobre o início da carreira, ele cita uma inclinação natural pelo jornalismo. *Eu sempre gostei muito de escrever, sempre, desde garoto, de escrever e de ler e sempre achei que seria jornalista numa época ainda em que não havia faculdade, a profissão não era regulamentada e você tinha, nas redações, escritores, advogados e tal. Eu sou pré-faculdades de Comunicação<sup>12</sup>.*

Por volta de 1964, por intermédio do irmão, Nunes teve o primeiro contato com uma redação de jornal. *Eu tinha uns 15 anos e o meu irmão, meu irmão mais velho, que depois estudou Direito, ele escrevia uma coluna de notas curtas, num semanário da cidade, chamado “Nosso Jornal”. E eu fui com ele. O jornal era com composição a frio, ainda, e era tipografia, os caras iam pegando as letrinhas e compondo a página, que depois era rodada a frio. Eu achei aquilo fascinante e romântico, o sujeito ia compondo aquilo e você via pelo avesso. É lindo e comecei a gostar. Já gostava de escrever e comecei a gostar daquele ambiente de jornal.*

Ele segue o exemplo do irmão e começa também a contribuir com a publicação. *Eu comecei a fazer notinhas de falecimento e de nascimento e, graças a mim, todos os bebês que nasceram naquela época eram robustos: “nasceu robusto o bebê...” Sempre igual: “os pais estão felizes, cumprimentos, e coisa e tal” e todo mundo que morria tinha um “séquito numeroso”, todo mundo era acompanhado por muita gente, era um negócio padrão. Eu acabei fazendo isso dos 15 aos 18 anos, um pouco antes de ir para o Rio e começar a Faculdade de Direito.*

Ao decidir fazer faculdade no Rio de Janeiro, Nunes tinha uma segunda intenção, além da advocacia: a possibilidade de seguir carreira diplomática. *Eu queria ser advogado e diplomata sem deixar de escrever. Eu já estava habituado com o negócio de jornal e fui estudar no Rio de Janeiro. Por que lá? Porque é lá que fica o Instituto Rio Branco, que eu queria cursar para virar diplomata.*

Nunes entrou na Faculdade Nacional de Direito em 1968, ano em que o Brasil atravessava um atribulado momento político, com um agravamento das tensões no regime militar. *As aulas começaram em 4 de março de 1968. Eu já me metia em política estudantil em Taquaritinga, então, você imagina, começaram em 4 de março, no dia 28 de março assassinaram aquele estudante, Edson Luiz de Lima Souto. Eu já*

---

<sup>12</sup> A regulamentação da profissão de jornalista no Brasil data de 1969.

*me meti em passeatas e em junho fui eleito vice-presidente do CACO, que era o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Eu já estava metido com jornal da faculdade, centro acadêmico e, como dizia o meu pai: “você não foi fazer o Rio Branco?”, e eu respondia: “Sim, mas eu fui fazer ‘a’ Rio Branco”, que era a avenida onde ocorriam as passeatas!*

Ao longo do ano de 1968 as coisas foram ficando cada vez mais difíceis para Nunes e seus colegas do movimento estudantil. *O Centro Acadêmico foi praticamente dissolvido. Em 1969 eu continuei lá até que no fim do ano eu fui preso quatro dias pela aeronáutica. O Diretor da faculdade chamou os remanescentes do centro acadêmico, eram quatro ou cinco e disse o seguinte: “Se vocês saírem daqui, eu dou a guia de transferência, se vocês ficarem eu expulso”.*

O destino de Nunes foi o Mackenzie, em São Paulo. *O currículo da Faculdade Nacional de Direito era gêmeo com o da São Francisco, mas nenhuma faculdade me aceitou, só o Mackenzie, que era de extrema direita. Eu cheguei ao Mackenzie e no primeiro dia de aula passou um sujeito e jogaram ovos nele. Eu falei: “o que é isso?”. “Presidente do DCE, o Diretório Central dos Estudantes, é um comunista”, era um japonês, um nissei. Aí eu vi que a coisa estava feia e fui jogar basquete e vôlei, sempre fui apaixonado por esportes.*

Paralelamente com o curso de Direito no Mackenzie, Nunes passou também a cursar Comunicação na Universidade de São Paulo (USP). *Entrei em 1970 e já me meti no mesmo ano na política estudantil. Fui Presidente do Centro Acadêmico Lupe Cotrim. Dessa época, ele se recorda da dificuldade em conciliar todas as atividades. Tentei tocar simultaneamente. Quando eu comecei a trabalhar como revisor dos Associados<sup>13</sup>, eu dormia na Faculdade de Direito, e na Faculdade de Comunicação ficava fazendo política. Trabalhava de madrugada. Eu não fiz nada direito.*

A necessidade do emprego surgiu como decorrência de um desentendimento com o pai, que, em determinado momento, deixou de lhe enviar dinheiro. *Meu pai cortou minha mesada dizendo: “Se você quiser ser comunista, tudo bem, mas eu te dou mesada para você ser estudante” e cortou mesmo.*

Quando se viu sem dinheiro, Nunes foi procurar um deputado, que era amigo de seu pai, chamado Pedro Marão, que o indicou à vaga de revisor nos Diários Associados, já na fase decadente do grupo de jornais. *Fiquei um ano na revisão dos Diários Associados, um desastre, só tinha textos de quinta categoria e pagavam atrasado.*

---

<sup>13</sup> Diários Associados, grupo de jornais fundado por Assis Chateaubriand.

Foi, no entanto, um texto que publicou nesta época, que abriu uma nova oportunidade de emprego para Nunes. *Morreu um amigo meu e eu escrevi um texto grande, de uma página, e um conterrâneo meu chamado Darci Gobassi, que trabalhava no Estadão, leu. [...] e mostrou esse texto ao Felix de Ataíde, ele viu, resolveu fazer um teste comigo e me aprovou. E aí eu comecei a trabalhar no Estadão.*

Nunes começou a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1971. *No Estadão eu tive uma experiência muito boa porque eu comecei como repórter, daqui a pouco eles me puseram como repórter para assuntos da América Latina, tinha um golpe atrás do outro. Eu viajava para Bolívia, de lá ia para Argentina, ia para o Chile, eu viajei muito, fui adquirindo mais experiência, até que eles me fixaram como repórter de “cidades”, escrevendo na última página. O pessoal da Veja teve a atenção chamada para alguns textos que eu tinha escrito. Eles precisavam de um redator de cidades e me convidaram.*

Augusto Nunes ficou na revista *Veja* de 1973 a 1986, período em que deu sequência à sua ascensão na carreira. *A mobilidade horizontal e vertical era muito grande. Eu fui repórter de “cidades”, depois repórter de “educação”, depois repórter de “política”, editor assistente e editor de “política” quando eu tinha 28 anos. Eu fiquei durante quatro anos editando política e, aos 32 anos, isso em 1982, eu fui promovido a redator chefe e fui redator chefe até 1986.*

O passo seguinte levou Nunes à sucursal de São Paulo do *Jornal do Brasil*. *Eu era inquieto mesmo, eu não queria morrer na mesma empresa e eu queria saber como era dirigir um jornal. E saí, mesmo sem ter convites, mas depois recebi vários, e o mais sedutor foi do Marcos Sá Correa, que era diretor de redação do JB e me convidou para assumir a direção regional em São Paulo. Deu para montar uma redação de primeiríssima categoria ali na Avenida Paulista, um time ótimo. Eu fiquei de 86 a 87, quando o Marcos Sá Correa me convidou para ser editor executivo, o segundo na hierarquia no Rio.*

É nessa época em que surge a oportunidade de retornar ao jornal *O Estado de S. Paulo*, mas desta vez na função de diretor de redação. *Eu estava no Rio e fui interceptado em janeiro de 88 por um convite para dirigir o Estadão, que me foi formulado pelo Roberto Gusmão. O Julio de Mesquita Neto perguntou ao Roberto Gusmão e ao Fernando Pedreira, de quem ele era muito amigo, se conheciam alguém que pudesse mudar o Estadão, que estava meio envelhecido, e os dois indicaram meu nome.*

Sobre esse período à frente do tradicional jornal paulistano, Augusto Nunes traz á tona série de recordações. *Tive uma experiência fantástica no Estadão, porque eu fiquei quatro anos e fiz mudanças que você só faz com essa idade: assumi com 38 anos e fiquei até os 42. O Estadão não tinha cadernos, não usava cor, não era informatizado e não circulava as segundas-feiras. Olha que loucura, isso até outro dia. E concorria com a Folha e vendia pelo mesmo preço, tremenda posição desigual.*

A primeira providencia de Nunes ao assumir o Estadão foi estabelecer metas a serem atingidas nos próximos quatro anos. *Nós, e quando eu falo nós não é plural majestático não, você não faz nada sem uma equipe boa. Nós montamos um plano de governo para quatro anos e por etapas fomos lançando cadernos, fomos separando editorial do noticiário, que era tudo contaminado, conseguimos informatizar tudo e eu concluí esse trabalho com o lançamento da edição de segunda-feira em cores. Era um absurdo, o jornal circulava em preto e branco e não saia nas segundas-feiras. Isso foi em 1991, não faz tanto tempo, mas eu sabia que tinha um desgaste normal porque eu brigava com o outro lado da família, que me via como um intruso, um plebeu.*

Nunes lembra que sofreu muita pressão, principalmente por tentar mudar práticas que estavam enraizadas na cultura do jornal. *O que mais me espantou foi quando eu fui ver a folha de pagamento. Era uma coisa assustadora, os salários absolutamente aviltados, salários miseráveis. Eles me explicaram: tinha o segundo emprego, que começou para complementar o salário do jornal e depois virou o primeiro. Os caras ganhavam mais no segundo emprego do que no Estadão. Aí eu falei: “vou acabar com isso, mas de que maneira?” Reduzindo o quadro. Porque o que tinha de gente ociosa lá era uma grandeza, tinha um troço chamado “folha morta”, com quarenta caras que iam a cada 15 dias receber o salário e não trabalhavam. Eu demiti todos. Todos se diziam revolucionários de 32, amigos do Dr. Julinho. Eu falei: “Pô, só se combateram quando eram bebês”, porque não tem nem idade para isso.*

O fato dos jornalistas possuírem um segundo emprego foi outra prática contra a qual Nunes afirma ter se oposto. *Um dia eu pude dizer: “acabou o segundo emprego”. Eu vou dar um aumento, que não compensa, não cobre todo o salário que vocês ganham a mais, mas não quero mais. Eu resolvi fazer isso no dia em que eu fui conversar com o secretário de obras e vi que lá na Secretária Municipal de Obras tinha uma pequena redação com uns 12 jornalistas e o chefe era o editor de cidades do Estadão. Aí eu falei: “precisa acabar isso aí”, demorou um pouco, mas eu consegui.*

Outro fato que aparece com destaque em sua narrativa eram as tensões relacionadas a disputas internas na família Mesquita, dona da publicação. A principal

*briga travada foi com os Mesquita do Jornal da Tarde, porque a história do Estadão, para ser compreendida, precisa se remeter ao momento em que o Dr. Julio Neto assumiu, porque a mãe queria o Ruy e o Dr. Julio, Julinho Mesquita, impôs o direito de primogenitura: “olha, tem que ser o mais velho”. [...] Para consolar o filho preterido, criaram o Jornal da Tarde, que é o maior absurdo, porque é a única empresa do mundo que tem dois jornais que concorrem entre si. Ele não é vespertino, sai igual, é um absurdo. O Estadão sempre sustentou o Jornal da Tarde, da mesma forma que criaram a Rádio Eldorado, mas essa até dava lucro, porque tinha outro irmão, eles iam criando cargos de direção para cada Mesquita, tanto que quando eu era diretor, tinha 17 Mesquitas em cargos de direção.*

Nunes relembra que soube que era a hora de deixar o Estadão, logo após ter implementado a edição colorida no jornal. *O último trunfo era a cor. Depois disso eu não tinha mais um projeto para me segurar lá e me aparece o Marcos de Voskem da Zero Hora perguntando, fazia tempo que ele tava me procurando e me consultava, tinha conhecido ele num congresso, quem eu indicaria para diretor de redação, quando chegou a hora certa eu falei: “Eu tenho um cara para te indicar, sou eu”.*

No Zero Hora, importante jornal do Rio Grande do Sul, Nunes permaneceu à frente da redação de 1991 até 1996, quando, ao encerrar mais um ciclo em sua carreira, ele aceitou um convite para uma experiência em uma nova área: ser diretor de Comunicação do Banco de Boston.

Nunes se recorda do espanto quando recebeu um adiantamento a título de luvas, algo que não era comum nas redações por onde passara. *O Henrique Meireles [então diretor do banco] chamou o diretor de Recursos Humanos e disse assim: “Dá cem aí pra ele”. Ele me deu cem mil dólares, de luvas. Na hora que me deram aquele dinheiro lá, eu falei: “o que é isso aqui?”, o cara falou assim: “não, isso aí é luvas, é para você vir”. Avisei que ia sair lá e vim.*

Nessa passagem, embora tenha implementado um projeto em comemoração aos 50 anos do banco que considera ter sido muito bem sucedido, Nunes confessa que uma certa estranheza o acompanhava permanentemente. *Eu tinha descoberto que eu era mesmo jornalista, porque eu me achava vagabundo por sair às 20h, porque isso não é hora de jornalista sair. Eu estava acostumado com a madrugada. Então comecei a fazer freelancers para revistas: para a Playboy, para a República, etc., até ser convidado para ser diretor da revista Época.*

Mais uma vez o convite para assumir um novo cargo, agora na revista Época, veio de Marcos de Voskem, mesma pessoa que já indicara Nunes para o Zero Hora anos



antes. Nunes permaneceu na publicação da editora Globo de 1998 a 2001. *A história da minha saída da Época é muito simples. Os caras falam, eu vejo na Internet e morro de rir, falam que o Roberto Marinho ficou puto porque matei o Jorge Amado. Ao contrário, na verdade foi uma das melhores coisas que eu já fiz na vida e foi um grande momento da revista Época. Como o Jorge Amado estava doente e estava chegando o seu aniversário, eu fiz o seguinte: não sei se você viu a capa, é como se os personagens dele interrompessem as atividades para visitar o criador. Então o Cabo Martim para de jogar baralho, a Gabriela para de servir os fregueses, o Nassib fecha o bar, a dona Flor pega os dois maridos. Então vai sendo assim porque é a visita ao criador e eu, claro, eu já dei um tom de despedida, como se eles fossem se despedir. Eu fiz a capa, escrevi de ponta a ponta e illustrei.*

No entanto, outro acontecimento daquela mesma semana acabou gerando um desentendimento entre Nunes e Vosken, seu superior na empresa. *Cheguei para o Marcos de Vosken e falei: “tem essa capa” e ele ficou encantado. Ai cai, na quinta-feira, o helicóptero do Diniz, do filho do Abílio Diniz. Falei: “Marcos, todo mundo vai dar esta capa do helicóptero, se você quiser eu troco, mas eu acho que é bobagem, pelo seguinte: damos um slash<sup>14</sup>, contamos como foi a queda, porque os jornais vão dar depoimentos de mãe, de pai, de filho, de sobrevivente, a gente conta o que aconteceu, que é o que interessa”. Ele falou “maravilha”. Para o meu espanto, na segunda-feira eu chego e vou falar com o Marcos. “E aí?” Eu feliz, o Marcos assim: “é, erramos a capa”, e eu: “como assim?”. “A capa era o helicóptero”. Eu falei: “Marcos, eu falei, nós optamos”, ele deve ter levado alguma dura do Rio. “Eu te falei”, ele “sim, mas eu não sabia que a Isto É iria ouvir a mãe da vítima. “Eu te contei que iam ouvir as mães”, ele disse assim: “é, mas a capa tá errada”. Eu disse: “olha aqui Marcos, quando o chefe fala que está errada a capa, não precisa falar pela terceira vez. Eu entendo de capa muito mais do que você, mas você é o chefe, me dá um minuto” e fui, e tem a minha mania, toda vez que eu saio de um lugar eu repito a carta do Jânio, que é fascinante, ele resumiu aquela puta crise em três linhas: “nesta data e por este instrumento, renuncio ao cargo de Presidente da República”. Eu coloquei: “nesta data e por este instrumento renuncio ao cargo de diretor de redação da Época”.*

Depois de uma nova passagem pelo *Jornal do Brasil*, no qual, mais uma vez exerceu o cargo de diretor de redação, Augusto Nunes retorna, em 2009, à revista *Veja*,

---

<sup>14</sup> No jargão jornalístico, pequena chamada no canto da página da capa.

desta vez, porém, para sua sessão online. Atualmente ele é responsável por um blog, que conta com cerca de 800 mil acessos semanais.

## 1.2 Bob Fernandes

Roberto Fernandes de Souza, o Bob Fernandes, nasceu em Barretos, no interior do Estado de São Paulo, no dia 18 de maio de 1955. *Nasci lá, diga-se de passagem, meio que por descuido. Eu sou filho de pais, avós, bisavós, tataravós e tudo mais, baianos. Meu pai era agrônomo, engenheiro agrônomo no Banco do Brasil e gostava de viajar, então uma irmã nasceu em Alegrete no Rio Grande do Sul, outro nasceu em Salvador e eu nasci em Barretos, como outros dois irmãos meus, dos quatro, o último nasceu em Olímpia.*

Após morar por cerca de quatro anos em Barretos e outros dois anos em Olímpia, também no interior de São Paulo, Fernandes foi para Campinas, onde estudou em um colégio interno. Dessa época, lembra das sessões de cinema, que incluíam faroestes de John Ford e seriados como “O Gordo e o Magro”, “Os Três Patetas” e “Perseu, o invencível”. *Quando fui para o colégio interno eu nunca tinha visto televisão, eu só tinha visto um aparelho de televisão na loja, na praça, mas desligado, eu nunca tinha visto uma televisão ligada. Olímpia tinha cerca de vinte mil habitantes, uma coisa pequena. Então, antes de aprender a ler, fui para esse colégio de padres e lá tinha cinema toda semana, uma ou duas vezes na semana e eu ficava vendo esses filmes, foi a minha primeira linguagem.*

Algum tempo depois, nova mudança com a família, desta vez para a cidade de Bragança Paulista. *Morei em Bragança dos 8 aos 17, 18 anos, mas sempre indo para a Bahia nos verões. Quando eu tinha 14, 15 anos, já ia sozinho, tinha família lá e depois decidi fazer vestibular em Salvador, na UFB [Universidade Federal da Bahia].*

Segundo Fernandes, há duas versões que explicam sua opção por cursar jornalismo. *A história oficial, e que é a verdadeira, é que eu, desde moleque, lia muito [...] quando morava em Bragança, tinha um clube, chamado Clube Literário e Recreativo. Era um clube, que tinha uma piscina e tinha uma sala de leitura, com jornais como Folha de S. Paulo, Estadão etc. Eu, todos os dias, praticamente, ia para o clube encontrar os amigos e lia os jornais. Além disso, meu irmão que é um ano mais velho, o Fred, comprou o Pasquim desde o número um [...] Então eu lia o Pasquim, depois o Movimento, o Opinião, então eu lia todos os jornais, eu lia Folha de S. Paulo, tinha Paulo Francis, tinha um monte de gente que escrevia, e lia os livros que o meu*

*pai tinha em casa, tem até alguns deles que estão por aqui [ele aponta a estante em sua casa, local em que estamos gravando], são aqueles livros infantis, histórias, o gato de botas, aqueles livros todos de contos [...] Então eu sempre li muito, gibi, jornal, literatura, tudo. Essa é a história oficial, que é verdadeira.*

Fernandes faz uma pausa e dá sequência ao relato: *a outra história, que é a não oficial, e que é verdadeira também, é que eu era um péssimo aluno em exatas. Em matemática era um desastre, passava raspando, aquela coisa, segunda época, Física também, embora gostasse de Física, mas era péssimo. Era bom aluno ou pelo menos tinha capacidade de ser bom aluno quando eu queria em português, história, geografia, humanas, enfim. E era péssimo aluno em exatas, eu era preguiçoso ou não entrava na minha cabeça.*

Chegada a hora de fazer a escolha, Bob Fernandes cogitou se enveredar pela área da Psicanálise, mas desistiu *porque na época, para fazer psicanálise, era preciso fazer medicina, e eu falei: “não, medicina não vai dar certo”. Comunicação já era meio moda na época, até porque era ditadura, tinha o Pasquim, essas coisas todas e falei: “ah, vou fazer o vestibular de Comunicação, vou tomar pau, porque eu não estou bem preparado, aí eu volto para fazer um cursinho e eu passo o verão na Bahia”. Só que eu cheguei lá, passei e passei bem. Na verdade eu sabia mais do que eu achava que sabia.*

Matriculado, já no segundo ano do curso conseguiu um trabalho na própria instituição de ensino. *Comecei a trabalhar no segundo ano, com uma bolsa chamada salário educação, não me lembro direito, mas você pagava a bolsa com trabalho e eu trabalhava na assessoria de imprensa da Universidade, cobrindo “artes e espetáculos”, eram os museus, os shows e tudo o que a reitoria promovia ou de que participava de alguma forma.*

Na sequência, Fernandes começou a estagiar na *Rádio Jornal do Brasil*. *Foi muito bom como aprendizado, a gente fazia os textos e os locutores liam e quem corrigia os textos, imagina, eles iam pelo malote, e a Ana Maria Machado, que é da Academia Brasileira de Letras, escritora de livros infantis, corrigia, fazia observações e mandava de volta.*

Desse momento de sua vida, Fernandes se recorda de uma passagem ocorrida durante uma de suas primeiras coberturas jornalísticas. *Teve uma passeata daquelas, aquelas batalhas campais, batalha de estudante com a polícia, eram cinco, seis, sete, oito horas seguida de porrada em tudo quanto era lugar. Saía ali da UFBA, entrava numa rua que ia dar no Campo Grande, a polícia estava esperando, horas de*

*pancadaria, ia para o Colégio Central, eu ali cobrindo e também na farra, e fiz o texto, quase que um jornal inteiro, era um jornal de quinze minutos, com a passeata e os discursos do Chico Pinto, porrada no governo, e ainda tinha AI-5, 1978, o AI-5 ainda não tinha acabado, acaba, acho, que em dezembro de 79, aí eu me lembro, pena que eles perderam lá, veio uma lauda, aquela lauda retangular da Rádio JB, com uma observação da Ana Maria Machado que dizia o seguinte: “Como diria...”, e na época ele era tido como um sábio, “como diria o sábio cearense Fagner, “manera frufu, manera, os homens estão no poder, ponto, e que poder”*

Pouco tempo depois, em 1979, Fernandes deixou a Rádio, e o curso na UFBA, e foi para o Rio de Janeiro. *Eu tranquei o curso e fiquei quase um ano vagabundando lá no Rio. [...] aquelas coisas de moleque, aquelas loucuras que você faz quando tem vinte e poucos anos. Lá eu não trabalhei, fiquei torrando a grana que eu tinha juntado.*

Um ano depois, ele retornou à Bahia e tentou reassumir o antigo emprego. *Quando voltei, liguei para o Victor Hugo Soares, que era o chefe de reportagem [...] Liguei para ele e ele disse: “Bob, não só não tem vaga, como estamos fechando vagas”. No entanto, o contato lhe valeu uma preciosa dica: Ele disse: “tem um cara que chegou há seis meses por aqui para dirigir a Veja e mandou primeiro três e agora mandou o quarto repórter da Veja embora, mandou tudo embora, e quer dois estudantes novos para disputar uma vaga”.*

Fernandes foi então ao encontro de Ricardo Noblat, o jornalista que havia assumido a sucursal da revista *Veja* em Salvador. *Diz a lenda que eu cheguei de camiseta de manga regata, mas é folclore. Eu devia estar, de fato, com uma sandália franciscana, pois eu andava muito de sandália franciscana, mas imagine: queimadaço, por ter ficado um ano vagabundando nas praias da Bahia e do Rio de Janeiro, cheguei e dei muita sorte no primeiro dia, nas primeiras 24 horas, você vê o que é o destino.*

Ao se apresentar para disputar a vaga na revista, Bob Fernandes teve uma rápida conversa com Noblat, que, por ter um compromisso, decidiu prosseguir com a avaliação no dia seguinte. *Como já era cinco, seis horas da tarde, ele disse: “faz um favor, você fica mais um pouco aqui até o Jornal Nacional acabar, quando acabar você se pica e amanhã a gente conversa”. Eu falei: “tá legal”. Quando começa o Jornal Nacional, a notícia: “fugiu da cadeia o Comissário Quadros”. Quem era o comissário quadros? O comissário Quadros tinha sido chefe da polícia, secretário de segurança e era o chefe do esquadrão da morte na Bahia, tinha sido preso, mesmo na ditadura, o cara barbarizou tanto que tinha sido preso na ditadura, acusado de assassinato, era um personagem importantíssimo na Bahia, lendário naquela época.*

Para a hipótese pouco provável de algo importante acontecer, Noblat havia deixado com o jovem candidato o telefone do editor nacional da revista, Augusto Nunes. Bob Fernandes não teve dúvida, ligou e para o jornalista em São Paulo já se identificando como funcionário da revista. *Eu liguei para o Augusto Nunes na maior cara de pau: "Augusto, tudo bem? quem tá falando aqui é o Bob Fernandes, vou trabalhar com o Noblat, [...] veja bem, aconteceu um problema.... ". Ah, então faz o seguinte, fala para ele mandar a matéria amanhã logo cedo que ainda dá tempo de fechar". Eu falei: "se você quiser, eu já mando".*

Por meio de alguns contatos que mantinha com profissionais de outros jornais, Fernandes lembra ter conseguido levantar um bom material de arquivo sobre o Comissário Quadros. Com base nesses dados, escreveu a matéria e a enviou para São Paulo. No dia seguinte, recebeu elogios de Noblat pela iniciativa. Ele disse: *"parabéns, o Augusto Nunes disse que conseguiu fechar com tudo o que você mandou, tudo redondo, tudo certo, beleza"*. Algumas horas depois, porém, Bob Fernandes foi chamado a explicar outro fato que ocorrera ainda naquele primeiro dia na redação da sucursal de *Veja*. *O Noblat chega e fala: "o que significa isso? Por favor, me leia", eu falei "ah, isso é um convite", "eu sei que é um convite, mas tá no nome de quem?", "ah, tá no meu nome", "agora me explica o seguinte, você não começou nem a trabalhar, como é que um convite está no seu nome?". Eu falei: "cara, foi assim, eu estava aqui, ligou um cara e falou: "olha estou precisando mandar um convite para vocês, mando no nome de quem?", eu falei: "manda no meu".*

Não foi por acaso que Fernandes deu seu próprio nome ao atender aquela ligação. Ele não poderia deixar passar aquela oportunidade de conhecer o luxuoso complexo turístico que acabara de se instalar na região. *O convite era para a inauguração do Clube Mediterranée na Ilha de Itaparica. O Noblat falou: "agora é o seguinte, nego, você vai para lá e você vai cobrir, e se você fizer mal feito, tu tá fora. Foi esperto, agora segura a bronca". Aí eu fui pra Ilha de Itaparica e deu uma matéria super legal, muito bem publicada, até usei no título um negócio que ficou depois, a ilha da fantasia, lembra que tinha a ilha da fantasia?*

Depois de emplacar duas matérias logo nos primeiros dias na redação, Fernandes conquistou a vaga definitivamente. A essa altura ele também já retornara à UFBA, onde concluiu o curso superior em jornalismo.

Alguns meses depois de admitir Bob Fernandes, Ricardo Noblat deixou a direção da sucursal de *Veja* na Bahia, sendo substituído por Roberto Gonçalves. *O*

*Roberto ficou um tempo e a gente produziu muito, fizemos muita coisa legal. Depois de algum tempo ele saiu. Aí veio uma figura, que chegou de Brasília e não entendia nada.*

*Basta dizer que, aspas, não gostava de pobre e de preto. E eu dizia: "amiga, aqui é difícil, você está em Salvador, não gosta de pobre, não gosta de pretos, você tá no lugar errado".*

Os desentendimentos com a nova chefia fizeram com que Fernandes deixasse Veja ainda no início dos anos 1980. *Em junho de 82 eu pedi demissão umas duas ou três vezes e ela não aceitava, aí quando foi em junho de 82, foi até depois do jogo Brasil e Itália, fui fazer uma matéria em Paulo Afonso [...]. Na volta, tinha vinte e cinco coisas para fazer e aquela autoritária, e não sei o que, aí eu disse: "olha minha senhora, vai se ferrar você e a Veja, tchau", chutei o pau da barraca.*

Nesse período, Ricardo Noblat havia assumido a chefia de reportagem da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e convidara Fernandes a repetir a parceria. *Ele me chamou, mas quando eu saí da Veja não tinha vaga, então eu fiquei vagabundando pelo Brasil de junho a maio do ano seguinte, fiquei vagabundando pelo Brasil uns oito, nove meses, viajando, torrando a bela grana que eu tinha ganho, vendi um terreno que eu tinha em Itaparica, a mesma Itaparica, fiquei vagabundando até acabar a grana e até surgir uma vaga para mim em Brasília, no Jornal do Brasil, com o Noblat. Aí mudei para lá. Cheguei lá no dia 2 de maio de 1983.*

No *Jornal do Brasil*, Fernandes acompanhou de perto a campanha pelas Diretas e foi, aos poucos, se especializando na área política, sempre com liberdade de buscar os assuntos que iria tratar. *Era muito legal, na verdade, porque você ficava girando o dia inteiro pelo Congresso, pela esplanada dos ministérios, caçando a maneira de você construir uma história entende? No Congresso tem dezenas de matérias que exatamente eram isso, as grandes coberturas. Aí quando chega a campanha do Tancredo eu fui escalado para cobrir o Tancredo, para acompanhar o cara. [...] Eu fiquei atrás dele a campanha inteira até a missa de trigésimo dia.*

Essa experiência resultou no livro “O complô que elegeu Tancredo”, que Bob Fernandes escreveu em parceria com outros quatro jornalistas.

Em 1985, após o anúncio do Plano Cruzado, Fernandes deixa o *Jornal do Brasil*. *Eu me lembro que fui falar com Everardo Maciel, que eu acho que era subsecretário da Casa Civil, perguntei: "o que é isso hein?". Tava saindo o Plano Cruzado. Ele falou: "vai ser assim, assim". Eu falei: "Putz, vai ser um ano de economia". Meu radar apitou que aquele negócio não ia ser legal, que eu não iria gostar daquele jogo.*

Em seguida, Bob Fernandes também atribui à certa desilusão com a política como um dos fatores que o levaram a deixar o emprego. *Eu saí de Brasília no Plano Cruzado porque a campanha do Tancredo, cara, você não sabe o que foi aquilo para um jovem de 20 e poucos anos, você ver o Brasil naquela loucura das pessoas, não era mais as Diretas Já, mas eram as pessoas querendo, empolgadas pelo fim da ditadura, tinha aquele clima de Copa do Mundo [...] os comícios, eu me lembro dele chegando nos aeroportos e nego quebrando orelhão, as pessoas se pisando, aquela coisa, então, a morte dele foi uma coisa muito dolorosa, mesmo para quem é um jornalista que está ali cobrindo, porque você é um ser humano cara, você viu, acompanhou, as pessoas fazem de conta que não se tocam, mas se tocam, eu me toquei.*

Após uma breve passagem pela revista *Status*, no entanto, Fernandes retorna ao Jornal do Brasil. Em 1987, após cobrir a eleição para o governo da Bahia, ele viaja para o Amazonas e para países como Colômbia e Bolívia para fazer uma série de reportagens sobre o tráfico de drogas. *Eu não estava nem aí para nada de política, mas me liga o Noblat e diz: "larga isso, volta e cola no Mario Covas, se ele entrar no banheiro, você entra junto com ele, faz como você fez com o Tancredo".*

Era tempo de Constituinte no Brasil. E Bob Fernandes atendeu ao chamado. *Colei, coleí mesmo, assim, de manhã, de noite, qualquer coisa que tivesse, eu tinha que estar junto dele e eu estava.* Mesmo quando deixou mais uma vez o JB, desta vez tendo como destino profissional a *Folha de S. Paulo*, Fernandes prosseguiu com a mesma pauta: acompanhar os passos de Mário Covas na Assembleia Nacional Constituinte.

Bob Fernandes ficou pouco tempo na *Folha de S. Paulo*. Encerrados os trabalhos da Constituinte, ele aceitou o convite da revista *Isto É* e passou a dirigir a sucursal de Brasília da publicação semanal. É nessa condição que acompanha a eleição presidencial de 1989 e os momentos que marcaram o governo Collor.

Em 1992, ele parte para os EUA, onde passa a atuar como correspondente da revista *Isto É*. Cerca de dois anos depois, Fernandes retornou ao Brasil, acumulando mais uma breve passagem pela *Folha de S. Paulo*.

De 1994 a 2005, ele atua na revista *Carta Capital*, da qual chega a ser editor chefe. Atualmente, Bob Fernandes é responsável pelo portal de informações *Terra Magazine* e comentarista da TV Gazeta de São Paulo.

### 1.3 Bóris Casoy

Boris Casoy nasceu na cidade de São Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1941. *As pessoas pensam que é um pseudônimo, mas não é, é Boris Casoy mesmo.* Seus pais, judeus vindos da Rússia, chegaram ao Brasil em 1928. Eles tiveram seis filhos. *Um morreu ainda na Rússia, outro veio para cá com três ou quatro anos. Os outros são todos brasileiros.*

Assim como sua irmã gêmea, Casoy conviveu com os efeitos da poliomielite logo nos primeiros anos de vida. *Eu fui um menino que praticamente não andava até os nove anos. Na época não havia vacina. Minha mãe levou a gente para os Estados Unidos, a gente fez uma operação moderníssima em 1950, que era um autotransplante e eu passei a ter, embora débeis, todos os movimentos da minha perna direita. A minha irmã também.*

O pai, dono de uma indústria de panificação, teve um papel importante nos primeiros contatos de Casoy, ainda criança, com a imprensa: *meu pai, que enxergava mal, pedia para eu ler o jornal. Eu deitava no chão, ia abrindo o jornal, ele lia as manchetes e dizia: essa sim, essa não, essa sim. Às vezes eu pedia explicação e ele me explicava a notícia. Ele também era um ouvinte de rádio. Eu me lembro, no tempo da Guerra, ele ouvia a BBC e era eu que sintonizava a onda curta.*

A família se adaptou bem ao novo país. Mesmo a língua não chegou a ser um problema. Segundo Casoy, todos falavam o português, embora buscassem manter vivo o idioma natal. *Eles me fizeram estudar o iídiche, que é um dialeto judeu alemão. Eu falo, leio e escrevo tudo mal. Agora que meus pais já se foram, então, o exercício é mínimo.*

Das tradições mantidas pela família, Casoy destacou os hábitos culinários, lembrando os efeitos danosos do consumo de receitas com alto teor calórico em condições tropicais. *Domingo tinha comida russa. Comida russa é incompatível com o clima brasileiro. É mortal. Ela é feita para 40° abaixo de zero. E eles continuaram comendo. Meu pai ficou diabético.*

Bóris Casoy cursou o equivalente, hoje, ao ensino fundamental em uma escola próxima de sua casa, no bairro dos Campos Elísios: o Ginásio Stanford. *Tinha esse nome, mas não era inglês, era bem brasileiro. Depois me transferei para o Mackenzie. Lá me dei mal com o científico, porque eu devia ter feito o curso clássico, que existia naquela época e era mais voltado para humanas.* Depois, com a ajuda de um supletivo, chegou ao ensino superior. *Eu queria fazer Direito, fiz um curso chamado curso de madureza, no Santa Inês, que era o equivalente ao supletivo e entrei em segundo lugar na Faculdade de Direito do Mackenzie.*



Ele, porém, não terminou a graduação, trancando a matrícula no 5º ano. *Nunca mais voltei. Eu achava que iria terminar, mas não terminei. Tranquei no segundo semestre do 5º ano.*

A essa altura, contudo, Casoy já atuava profissionalmente como jornalista, formando-se na prática, em um momento em que ainda não existiam Faculdades de Comunicação no país. Para construir a narrativa acerca dos acontecimentos que o levaram ao jornalismo, Casoy nos remete novamente à sua infância. *O rádio sempre foi meu companheiro, está lá até o radinho que eu tinha quando tinha seis anos, lá no fundo, um branquinho* [ele aponta um rádio em uma estante. No ambiente de sua casa, onde estamos gravando, e na própria estante, há, aliás, diversos outros modelos de rádios antigos espalhados], *mas não é o próprio rádio, é o mesmo modelo, mesma cor, que eu acabei comprando mais tarde. Eu ouvia muito rádio, gostava muito de rádio. Eu tinha essa mania de rádio e, logo que eu comecei a poder me movimentar, mais ou menos aos 11 anos, comecei a jogar bola na rua, comecei a gostar de esporte e virei palmeirense, porque eu tinha um cunhado que era palmeirense. Aí eu virei um fanático por acompanhar futebol e uni as duas coisas: rádio com futebol, que eram duas coisas de que eu gostava.*

Sonhando ser locutor esportivo, Casoy, com aproximadamente 15 anos, fez um teste na Rádio Piratininga. A rádio transmitia turfe e precisava de alguém que informasse os resultados do futebol durante as corridas de cavalo. *Essa eu ganhei, não porque eu tivesse voz, minha voz era falsete, mas porque eu sabia mais português do que os meus concorrentes, que eram todos adultos.*

Uma vez atuando no ambiente profissional, a rede de relacionamentos encarregou-se de apresentar novas oportunidades ao jovem jornalista. *Eu conheci outra pessoa, um radialista de lá, que me levou para uma rádio que estava começando, a Rádio Santo Amaro, que era da comunidade japonesa e eu comecei a transmitir futebol. Era uma rádio pequena, nova, que tolerava os erros.*

Ele lembra da importância dessa experiência para seu aprendizado, já que teve a oportunidade de transmitir desde jogos da seleção brasileira de futebol até esportes como boxe, luta livre, tênis de mesa ou mesmo beisebol. *A Rádio Santo Amaro fazia transmissão em japonês do beisebol, que era totalmente desconhecido por aqui, ainda é bastante desconhecido. Como em 63 o Jango baixou uma portaria proibindo - a portaria vigora até hoje - proibindo a transmissão em língua estrangeira, a não ser que tivesse tradução, eles pararam de transmitir em japonês. Mas existiam compromissos comerciais e alguém precisava transmitir, e quem era o locutor esportivo? Eu fui*

*transmitir beisebol, transmiti beisebol durante anos, acho que eu fui pioneiro em português. Na época não tinha ESPN, não tinha televisão. Ah, beisebol? As pessoas nem sabiam o que era.*

Depois de uma breve passagem pela Rádio Jovem Pan de São Paulo, o passo seguinte o levou à Rádio Eldorado. *Fui admitido num teste, que um colega me levou para fazer. Era uma rádio muito exigente, de música erudita, muita música estrangeira e também uma boa dose de MPB.*

Logo na sequência, ocorre a primeira grande guinada na carreira de Bóris Casoy. Em 1967, ele deixa a Rádio Eldorado e passa a atuar como assessor de imprensa de Herbert Levi, secretário da agricultura do estado de São Paulo durante a gestão do governador Abreu Sodré. Um pouco mais tarde, chega o Secretário de Imprensa do ministro da agricultura, Sidnei Lima e do prefeito de São Paulo, José Carlos Figueiredo Ferraz.

Sobre sua atuação no período, Casoy relembra: *eu exerci a assessoria de imprensa com o pensamento de que deveria ser o representante da imprensa, abrindo portas e mostrando fatos de dentro dos lugares que eu trabalhava, eu vislumbrava os fatos lá dentro e divulgava. Tirei “por ordem do prefeito”, “por ordem do ministro”, tirei tudo isso dos releases.*

Após alguns desentendimentos entre Figueiredo Ferraz e o então governador Laudo Natel, o prefeito, nomeado, acabou demitido. Casoy encerrava ali sua passagem como assessor de imprensa e aceitou um convite para dar aulas em uma Faculdade de Comunicação. *Eu me desiludi muito com essa coisa de jornalismo político e fui para Alcântara Machado, o Caio de Alcântara Machado me convidou para trabalhar com ele, fiquei um ano lá.*

Mais uma vez, porém, os contatos acumulados ao longo da trajetória profissional abririam novas portas. *Nesse corre-corre, conhecendo muita gente, tendo que conversar com muita gente, eu conheci o Frias, que me convidou para ir para a Folha de S. Paulo. Ficamos amigos para o resto da vida, mesmo depois de eu ter saído da Folha, a gente continuou muito ligado, muito amigo. Eu fui editor de política, editor do Painei, que era o que eu realmente gostava de fazer e se tornou a seção mais lida do jornal na minha mão, já existia, não fui eu o criador.*

Depois dessa experiência com o Painei da Folha, Casoy passou a editor chefe, trabalhando diretamente com o então diretor de redação, Cláudio Abramo. *Ele era meu amigo, nós nos demos muito bem. Eu nunca tive um problema com ele. Tínhamos posições ideológicas opostas, mas uma relação ética muito boa.*

Em 1975, Abramo é afastado da direção da redação. Casoy assume em seu lugar por um breve período e deixa a *Folha de S. Paulo* na sequência. *Eu me senti absolutamente incompetente para dirigir uma redação naquele momento, eu me senti muito mal, eu era inexperiente, me senti muito mal, pedi para sair e fiquei uns dias, uns meses na Fundação Armando Álvares Penteado, a FAAP, fiquei um tempo lá e voltei para a Folha fazendo o Painei, que era o que eu gostava.*

No entanto, em 1977, um incidente grave entre a Folha e o Regime Militar fez com que Casoy assumisse a redação, em um conturbado momento do jornal. *O Frias me convidou para assumir, de emergência, por algum tempo, a redação da Folha e eu fiquei oito anos, no total oito anos, de 77 a 84.*

Com a chegada da década de 1980, avizinhava-se, então, mais uma etapa na trajetória profissional de Bóris Casoy. *Eu queria um novo desafio. Eu já estava pensando: “pô, eu bati no teto, não vou ser editor chefe pela terceira vez, o que eu vou fazer?”. Aí surgiu a TV. Fiquei nove anos no SBT, fiquei oito anos e meio na Record, uma passagem de seis meses por uma emissora que durou pouco, que é a TV JB e depois a Band, onde eu pretendo encerrar a minha carreira.*

Sobre o convite para assumir a bancada do telejornal SBT Brasil, Casoy relembra: *Quando eu fui convidado, foi uma surpresa, fui convidado pelo Marcos Wilson e pelo Emediato, que eu não conhecia. Eles achavam que era eu e eles queriam reproduzir o âncora americano, eu vi tapes e tudo e parti para a reprodução do âncora americano e, no exercício, eu disse: “Olha, é interessante esclarecer isso”. Os comentários foram para esclarecer, eu posso dizer que foi amalgamando, foi se formando esse tipo de jornal, a ideia inicial era fazer o âncora americano, que não comenta, ou quando ele comenta é uma hecatombe, é uma vez por ano que o cara faz um comentário, mas era essa a ideia e foi funcionando, funcionou.*

Em 1996, motivado por uma proposta financeira que classificou como irrecusável, Casoy deixou o SBT e rumou à Rede Record, onde, além do telejornal diário, também chegou a apresentar um programa de entrevistas, chamado *Passando a Limpo*.

Após um longo período na emissora, Casoy deixou a Record. *Eles queriam modificar o jornal, mas as informações que eu recebi eram outras. Eles tinham feito um acordo com o governo e fizeram, o Lula passou a apoiar o Crivella. E aí saí da Record, fiquei um tempo parado, a TV JB que tinha planos grandes e depois se esboroaram, me contratou, nós fizemos o telejornal, foi um período bom lá, ela tinha um canal fraco em São Paulo, era aberta no Rio, Curitiba e outras cidades. E depois Band.*

Bóris Casoy segue trabalhando na TV Bandeirantes, onde apresenta o telejornal “Jornal da Noite”, que vai ao ar de segunda a sexta, por volta da 1 hora da madrugada.

#### 1.4 Clóvis Rossi

Clóvis Rossi nasceu em São Paulo, capital, no dia 25 de janeiro de 1943, em uma família que, como ele mesmo define, *vivia com todas as dificuldades inerentes à vida da classe média*.

Dificuldades à parte, ele inicia sua narrativa ressaltando o fato de ter tido a oportunidade de frequentar boas escolas, sem ter que arcar com gastos extras. *Eu sou filho de escola pública, nunca estudei em escola particular, do primário à universidade, sempre em escola pública*.

Dando sequência às suas lembranças, Rossi destacou a importância de seu pai em sua formação: *meu agradecimento principalmente ao meu pai - minha mãe morreu muito cedo, eu tinha 16 anos quando ela morreu - principalmente ao meu pai, por exemplo, entre outras coisas, por ter me forçado a estudar inglês, coisa que eu preferia estar jogando basquete, eu jogava basquete, cheguei a ser campeão sul americano de clubes, pelo Sírio e era muito mais divertido, evidentemente, jogar basquete do que estudar inglês*.

O reconhecimento prossegue no mesmo tom. *Mas se ele não tivesse me forçado a estudar inglês, eu não teria conseguido seguir a trajetória de coberturas internacionais pela qual me encaminhei [...] Sem falar inglês, seria um profissional morto. Por ele ter insistido e vencido a minha resistência natural de adolescente, que queria mais farra do que estudo [...] e que teria “quebrado a cara” [...] essa lembrança, esse agradecimento eu faço permanentemente*.

Sobre a escolha da profissão, mesmo tendo optado por cursar Jornalismo, Rossi atribui ao acaso os desdobramentos que o levaram a seguir na carreira. *Foi puramente casual. Eu estava no segundo ano da Faculdade, de repente o diretor da sucursal de São Paulo do jornal Correio da Manhã, que já fechou, precisava de gente, pediu a um dos professores da Faculdade, que, aliás, era o professor de taquigrafia, nem era diretamente professor das matérias jornalísticas, o Erasmo de Freitas Nuzzi, que depois chegou a ser diretor da Faculdade de Jornalismo. Ele me escolheu, sei lá por que razão, eu não era um aluno brilhante, destacado, nem nada. Ele me escolheu, mandou*

*eu falar com o diretor da sucursal, que depois acabaria se tornando meu sogro. Fui e fiquei até hoje.*

Segundo Rossi, este período no *Correio da Manhã* foi muito rico em termos de aprendizado. *Era uma sucursal muito pequena e você fazia de tudo. E, além disso, a grande vantagem, que para o país foi uma grande desvantagem, mas que pra mim foi uma grande vantagem, eu comecei a trabalhar durante a conspiração do golpe de 64, então você aprende. Eu comecei em meados de 63, nove meses depois veio o golpe, quer dizer, nesses nove meses eu aprendi mais, provavelmente, do que nos nove anos seguintes, quando a ditadura limitou muito os movimentos jornalísticos.*

A narrativa seguiu seu curso: *o jornalismo é que fez uma opção por mim, porque eu não tinha feito opção por nada, eu nunca planejei nada, tipo: eu vou fazer tal coisa, quero ser tal coisa, quero ser dono de jornal, quero ser repórter, quero ser padeiro, nunca pensei nisso, as coisas foram acontecendo, foram aparecendo propostas, convites ou imposições.*

Em 1965, após o “intensivo” de jornalismo no *Correio da Manhã*, Rossi consegue uma colocação no jornal *O Estado de S. Paulo*. Por um curto período ele chega a se dividir entre três redações. Além do *Correio* e do *Estado*, também atuando em uma revista sobre automobilismo, a *Autoesporte*. Por fim, decide seguir apenas no tradicional jornal paulistano. *No primeiro aniversário do golpe eu já era copidesque, o redator do que eram, então, a primeira e a última página. No Estadão naquela época a primeira página era basicamente de noticiário internacional e a última página era o que é hoje a primeira página, ou seja, o noticiário: nacional, local, esporte.*

Após alguns meses, Rossi, ainda muito jovem, foi convidado a assumir a chefia de reportagem, sem deixar de lado a função de editor de assuntos gerais. *O que incluía tudo que não fosse política e economia: polícia, educação, saúde, Brasil, cidade etc. E chefiando a reportagem ao mesmo tempo. Também foi, acho eu, um erro de quem me indicou porque eu não tinha idade, eu era mais jovem do que todos os repórteres que eu chefiava. Isso foi no começo de 66. Eu não tinha ainda completado 23 anos, tinha 22 anos, iria fazer 23 naquele mesmo mês em que eu assumi a chefia de reportagem. Muito pouca experiência, muito pouca idade para saber o que eu estava fazendo. Mas fui, é o que eu disse antes, você vai dizer o quê? Vai dizer que não? Não quero ser chefe de reportagem? Quero continuar sendo redator, ganhando menos. Não! Vamos ver o que dá. Aí você vai fazendo, fazendo, fazendo e as coisas vão dando certo e você vai ficando, ficando, ficando. Estou até hoje, vou fazer 50 anos no ano que vem de profissão.*

Em 1977, já tendo alcançado o cargo de editor chefe, Clóvis Rossi deixa o jornal *O Estado de S. Paulo*. *Houve uma discussão, uma divergência profunda em termos puramente funcionais, um desses cortes, ou passaralhos, como se dizem na linguagem jornalística. Ordem para demitir um montão de gente, eu achei que não era correto, pedi demissão do cargo primeiro e depois saí do jornal.*

Dá-se então uma rápida passagem pela revista *Isto É*, que funcionava, nas palavras de Rossi *quase como uma cooperativa de jornalistas*. Desse período, ele recordou o estranhamento que o ritmo de uma publicação semanal lhe causava, acostumado que estava com o trabalho em jornais diários. *O jornalismo diário não te permite pensar muito mais do que na matéria que você está fazendo para o dia seguinte e eu sempre fui muito preso a isso de trabalhar de um dia para o outro. Na Isto É eu sofria muito quando tinha que segurar, como se estivesse grávido, ficar uma semana ou quase isso com a matéria na cabeça e não podendo escrever, porque o fechamento era quinta-feira à noite.*

Mas não deu muito tempo para se acostumar. Em 1980, Rossi retornou ao jornalismo diário, desta vez na *Folha de S. Paulo*, publicação na qual permanece até hoje. Questionado sobre o segredo para esta longevidade, ele enfatiza. *Eu nunca exerci função de chefia na Folha e tive a mais absoluta liberdade para escrever o que queria, seja como repórter, seja como colunista.*

Atualmente, Rossi é membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*. Depois de muitos anos assinando uma coluna diária publicada na página dois do jornal, ele mantém, hoje, coluna às *terças, quintas e domingos no caderno "Mundo"*, e às sextas, *publica textos na edição online do jornal, a folhaonline.*

## 1.5 Milton Coelho da Graça

Milton Coelho da Graça nasceu em 1930, no bairro Gamboa, no Rio de Janeiro. *Sou filho de imigrantes portugueses, que morreram pouco depois. Eu tinha três anos de idade quando os dois morreram de tuberculose, que era uma doença que matava os imigrantes.*

Com a morte dos pais, Milton foi criado por uma nova família. *Meu pai fazia ponto de táxi na porta de uma leiteria de outro português e, em Portugal, tem o santo costume de o padrinho tratar de proteger o seu afilhado caso aconteça alguma coisa com os pais, então, morreu meu pai, depois morreu minha mãe, meu pai, que eu*

*também chamo de pai, foi à delegacia e disse: “posso levar o garoto seu delegado?”. O delegado falou: “pois não, pode levar”.*

Dos tempos de criança, ele se recorda de ter que caminhar longos quarteirões para tomar leite. *Minha mãe já estava com tuberculose e não podia me dar de mamar, e a senhora que me dava de mamar também tinha sumido, além disso, a época de mamar também já tinha acabado, eu tinha que tomar leite de vaca, e o meu padrinho me dava leite, desde que eu fosse lá com a leiteira. Eu ia a pé, caminhava, atravessava quatro ruas, uma distância total de mais ou menos 200, 250 metros para pegar leite e voltar para casa. Eu tomava leite e dava para minha mãe*

Milton diz que hoje sua mulher e filhos não acreditam muito na história, mas ele não se cansa de repeti-la. *Eles não acreditam, mas criança pobre tem que se virar desde cedo, não sou só eu, qualquer garoto pobre já conhece a dureza da vida bem cedo, então isso é uma coisa normal. Quando eu fui adotado, passei para uma vida de classe média, meu pai era dono de uma leiteria, pelo menos a gente comia bem, dormia bem, coisas que não fazia antes.* Na sequência, após um breve silêncio, ele prossegue: *é difícil dizer uma coisa dessas, mas a minha vida melhorou quando meus pais morreram.*

Aos sete anos, Milton foi para um colégio interno no qual permaneceu por três anos. Na sequência, estudou por um período em uma escola pública. No entanto, uma operação de hérnia fez com que ele precisasse permanecer em casa por um longo período. *Meu pai resolveu me dar um presente para eu ficar em casa lendo. Ele me deu uma coleção do “tesouro da juventude”. Era uma coleção de dezoito volumes, famosa até, uma coleção de conhecimento geral e eu acho que ali começou a nascer meu jornalismo, porque as ferramentas do jornalista são essas: falar bem português, conhecer bem a língua portuguesa e ter boa cultura geral, e o tesouro da juventude já me propiciou uma ferramenta dessas quando eu tinha 10 anos de idade.*

O gosto pela leitura surgiu cedo. Ele lembra que já aos cinco anos lia jornais para o pai. *Meu pai era analfabeto, meu pai adotivo, minha mãe era semianalfabeta [...] mas sempre fizeram muito esforço para que eu estudasse o máximo possível. Eu me alfabetizei com cinco anos para ler os jornais para o meu pai. Ele era português e era um bom salazarista, torcia para os Franquistas, olha que coisa louca, então eu lia o jornal e ele ficava feliz porque as tropas Franquistas estavam derrotando os Republicanos, era a maneira de eu fazer alguma coisa por ele, gostava de fazer aquilo.*

Milton Coelho da Graça, que muitos anos depois trabalharia em *O Globo*, recorda que era este exatamente o jornal que servia de fonte para as informações que

repassava a seu pai naquela época. *Eu aprendi a ler no O Globo, aliás, eu disse isso para o Roberto Marinho quando ele me contratou. Eu disse a ele: “olha, é a primeira vez que o senhor vai ter um editor chefe que foi alfabetizado pelo seu jornal”. Ele riu muito.*

Milton segue sua narrativa falando um pouco mais sobre os pais adotivos. *O nome deles era Augusto da Costa e Olívia da Silva Costa. Ambos eram de regiões agrícolas de Portugal, nascidos em aldeias. [...] minha mãe tinha sido cronista de teatro, meu pai ia para a primeira fila quando ela aparecia, ele ficava na fila do gargarejo e um dia ele disse: “queres casar comigo?”. Eles casaram e foram muito felizes, viveram juntos por mais de cinquenta anos.*

Aos dezesseis anos, Milton deixou a casa dos pais por causa de uma namorada. *Eu gostava da namorada e minha mãe não gostava da namorada e aí eu resolvi fugir de casa e fui ser soldado voluntário da aeronáutica.*

Um ano depois, ele prestou um concurso para ser piloto de caça. Passou no teste escrito, mas foi reprovado no exame médico. *Descobriram que eu era daltônico, eu sou meio daltônico, aí eu saí, eu não tinha mais família, eu não tinha mais casa, eu passei um período amargo até poder ter uma cama de todo dia para dormir, até arranjar um emprego e começar a trabalhar. [...] Ai namorei, casei com essa moça que tinha causado todo o rebu na minha vida, mas não deu certo e eu me separei, mas antes eu e ela fizemos, juntos, vestibular para Direito e Economia.*

Coelho foi aprovado em ambos os processos seletivos e passou a cursar Direito na UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Economia, na UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No entanto, alguns percalços o afastaram das duas áreas que escolhera. *No penúltimo ano da universidade eu ganhei um concurso para estagiário como economista na General Eletric. E eu me revelei ali, o cara até achava que eu era o melhor aluno do curso interno deles. Eu já estava até indo para um Centro de Estudos Matemáticos em Albany, Nova York [...], mas eu fui participar de um comício da UNE em defesa do “Petróleo é nosso”, eu já estava meio “esquerdoso” naquela época, nacionalista, e a polícia resolveu que não iria ter o comício, dissolveu na porrada e me prendeu bem na hora em que eu estava levantando a bandeira da UNE lá para fazer o comício. Eles me levaram e eu saí na primeira página do Globo.*

Mais uma vez, ele destaca as coincidências em relação ao jornal em que viria a trabalhar no futuro. Eu achei uma graça enorme nisso, eu que fui alfabetizado pelo jornal, saí na primeira página do jornal sendo preso e acabei como editor chefe do jornal.



O relato prossegue: *fui preso. A General Eletric nem me deixou entrar mais. Acabou-se minha carreira de economista ali. Bom, mas Direito eu terminei, terminei e tive meus primeiros clientes: três vagabundos que tinham jogado água no leite e eu fui defendê-los. Consegui um Habeas Corpus, eles saíram da cadeia e não me pagaram. Eu tive duas decepções seguidas nas profissões que eu tinha escolhido para estudar.*

Logo na sequência, porém, em maio de 1959, surge um inesperado convite que leva Milton rumo ao jornalismo. *Um amigo meu, companheiro da UNE me falou: “você quer trabalhar no Diário Carioca? [...] Eu aceitei e nunca mais saí de uma redação. Eu realmente digo isso e repito todos os dias para mim mesmo e para quem quiser ouvir. Gabriel Garcia Marquez definiu a nossa profissão: “o jornalismo é a melhor profissão do mundo” e eu sou fervoroso defensor dessa frase, é isso mesmo, o jornalismo é a melhor profissão do mundo.*

Antes desta experiência no *Diário Carioca*, Coelho já havia sido responsável por um jornal mural, ainda nos tempos da Faculdade de Direito. *Eu fui diretor do jornal da faculdade. Eu comecei a ter uma atividade política estudantil muito forte e eu ainda estava, na época, no Centro Acadêmico Gomes de Oliveira [...] Eu cheguei a morar no prédio da UNE, aquele que tocaram fogo na época do golpe de 1º de abril. Depois que veio o golpe, eu já era jornalista, eu já era um veterano, porque eu realmente nasci para esse negócio.*

Milton Coelho destaca a rápida ascensão que experimentou na carreira. *Eu comecei como redator, pegando texto de colunista social que não sabia escrever e menos de um ano e meio estava no Última Hora, e três meses depois, fui chefe de reportagem. Eu fui chefe em menos de dois anos dentro de uma redação e nunca mais deixei de ser chefe, só fui ser repórter depois, aliás, fiz a carreira ao contrário, porque eu só fui ser repórter no final de carreira.*

A primeira promoção, ainda no *Diário Carioca*, veio por intermédio do mesmo amigo que lhe avisara sobre o emprego. *O Mauricio Azêdo, hoje presidente da ABI [Associação Brasileira de Imprensa], a mesma pessoa que me chamou para esse primeiro emprego, me chamou para ser copidesque. O copidesque, você sabe, é a ideia vinda dos jornais americanos, era o cara que escrevia e colocava a matéria nos padrões de linguagem e de pensamento do jornal. Era esse o copidesque, pegava a matéria, várias matérias do mesmo assunto e fazia um texto só. Estilo de redação uniforme e estilo também de pensamento do jornal. [...] Tinha gente de primeira linha ali e eu aprendi muito com eles, quando eu tinha dúvida, ia lá com eles e fui melhorando também a qualidade do português que eu escrevia.*

Na sequência, surgiu a oportunidade de se transferir para o jornal *Última Hora*, também no Rio de Janeiro, onde iniciou como editor na área de polícia. Sobre esse período, ele guarda a lembrança de uma passagem envolvendo Samuel Wainer, o dono da publicação: *Aconteceu uma coisa que foi fundamental na minha vida de jornalista. [...] Num certo dia, em fevereiro de 1961, morreu, se suicidou, uma moça em São Paulo, uma garota de programa muito conhecida, Alzirinha. Ela pulou do Othon Palace Hotel de São Paulo [...] e o próprio Samuel, que tinha tido um caso com ela, foi para redação e disse: “eu quero fazer a matéria”. Só que eu já estava escrevendo a matéria, entendeu? Já tinha feito o título. E veio o chefe de redação e disse: “olha, o Samuel disse que quer fazer essa matéria”, e aquela coisa de jovem folgado: eu já fiquei meio irritado de tirarem minha matéria. Daqui a pouco: “está aqui a matéria que o Samuel fez”, e o título, me lembro perfeitamente, era: “desespero vital matou Alzirinha”, mas folgado como todo jornalista jovem, eu disse: “é bom, mas o meu é bem melhor”. “Você acha que o seu título é melhor?”, ele disse. “Acho”. “Cadê o seu título?”. Aí eu peguei. Estava fazendo um grande sucesso um filme chamado: La Dolce Vita, então eu coloquei: “La Doce Vita matou Alzirinha”. O chefe de redação pegou o meu título, levou para o Samuel: “O Samuel, tem um garoto lá na redação que disse que escreveu um título melhor que o seu”. E o Samuel: “deixa eu ver”. Levantou os óculos e disse: “o título está bem melhor mesmo”. Aí mandou dar o meu título, e disse: “dá um bônus para ele, quinze dias de salário”. Mas ele me deu mais do que isso, ele me descobriu, descobriu que tinha um cara na redação de que ele gostava. Quatro ou cinco meses depois o cargo de chefe de reportagem ficou vago e ele disse: “tira aquele cara lá da polícia e bota ele para ser chefe de reportagem”.*

Milton Coelho permaneceu como chefe de reportagem da edição vespertina da *Última Hora* do Rio de Janeiro até 1962, quando aceitou um convite do próprio Samuel Wainer para contribuir com a criação de um jornal do Nordeste. *O Miguel Arraes era candidato ao governo de Pernambuco, era prefeito do Recife e entrou em contato com o Samuel e disse: “eu não posso ganhar a eleição sem ter jornal, os dois jornais da cidade são contra mim, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Comércio, você não quer fazer o jornal lá”. O Samuel topou, me perguntou se eu topava ir para Pernambuco, pegou o Múcio Borges da Fonseca, que era chefe de redação da sucursal de São Paulo, convidou para diretor e me convidou para ser o número dois, o chefe da redação, aí fomos nós dois e, sinceramente, a Última Hora foi decisiva para a vitória do Miguel Arraes e ao mesmo tempo ganhou o ódio das forças de direita do estado e depois dos*

*militares, tanto que uma das primeiras coisas que eles fizeram foi destruir a Última Hora, destruir as rotativas.*

Milton não estava mais *no Última Hora* quando veio o golpe militar, em 1964, e o jornal foi fechado. Questões sindicais fizeram com que ele entrasse em rota de colisão com Samuel Wainer um pouco antes disso. *Ele não dava o que eu merecia. Eu fui para a Justiça do Trabalho, ganhei, recebi a indenização e resolvi voltar para Pernambuco, gostava de Pernambuco.*

Ele retornou para Pernambuco e passou a dirigir um jornal pequeno, a edição vespertina do *Jornal do Comércio*, denominada *Diário da Noite*. *Eu estava ali, vivendo a minha vidinha até sair um anúncio no jornal de que a Sudene<sup>15</sup> estava procurando um cara que fosse jornalista experiente em edição de jornais e revistas e economista formado: felizmente apareceu uma oportunidade para eu ser economista.*

Milton se candidatou e conquistou a vaga. *Curioso é que não apareceu mais ninguém. Só apareceu eu, acho que não tinha mais nenhum jornalista formado em economia interessado.*

Em 1963, Milton Coelho foi nomeado diretor de divisão de publicações e passou a ser responsável por uma série de publicações de caráter técnico da Sudene. *Eu fiquei lá publicando minhas revistinhas de pesca, disso e daquilo e veio 1964. Nesse mesmo período, eu fiz uma matéria denunciando como é que o IBAD, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, subornava gente da televisão e dos jornais para ir contra o Arraes. O chefe de polícia do Arraes, que era meu amigo, me disse. “Milton, saquei tudo, descobri os talões de cheque do IBAD”. [...]. Peguei os cheques e fiz uma matéria no Jornal do Comércio.*

Pouco tempo depois, com a efetivação do golpe militar, Milton Coelho foi preso. *Fui preso distribuindo jornal clandestino, o primeiro jornal clandestino, no dia 1º de Abril, na madrugada do dia 1º de Abril de 1964, foi feito em Pernambuco, não me lembro de ter havido outro, ele se chamava: Resistência e a manchete era mentirosa, a manchete era: “Arraes resiste”. Resistiu coisa nenhuma, já estava em cana.*

Sua narrativa passa a remeter, então, ao momento em que deixa a prisão. *Um dos caras que foram em cana comigo era filho de deputado, naquela época ainda a maré estava mansa, o deputado mandou soltar todo mundo, mas tinha uma lista de quem estava impedindo de sair, aí ele perguntava: “você aí, como é seu nome?” e ele ia lá na lista ver se estava ali, nos procurados, se não tivesse, podia ir. Sei que tinham dois*

---

<sup>15</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

*Fernandos e um Eurico na minha frente, tinha mais um também, eu era o penúltimo dos quatro que tinham sido presos, eu era M, aí eu fiquei junto do delegado, eu vi a lista, estava lá: Milton da Graça, “estou f., não vai me deixar sair”. Quando ele perguntou meu nome, eu disse: “Albertino Brandão”, disse bem viado, aí ele: “vai embora fresco, vai embora seu frango”. Naquela época era comum chamar veado de frango no Nordeste. Ele disse isso e eu “vups”. Escapei no dia seguinte, dormi na delegacia, mas sabia que eu estava sendo procurado, sem a menor dúvida, eu estava na lista. Aí me pegaram no dia 20, lá em casa, não estava encontrando mais lugar para me esconder, fui para casa e me pegaram. Fiquei preso oito meses. Fomos os quatro últimos presos políticos de Pernambuco: Arraes, Gregório Bezerra, Francisco Julião e Milton Coelho da Graça. Olha que time em que me botaram hein.*

Ao deixar a prisão, um novo e ambicioso projeto da Editora Abril lhe chamou a atenção. A revista *Realidade*, lançada em 1966, trazia para o Brasil uma série de experimentações e uma forte influência do *new journalism*<sup>16</sup> norte americano. *Fui chefe de redação da Realidade, mais ai veio o AI-5 e botaram todo mundo para correr.*

Milton, explica, na sequência, que seus problemas na revista já haviam começado mesmo antes do Ato Institucional número 5, promulgado no dia 13 de dezembro de 1968. *Veio lá um diretor, um primo dos Mesquita, que era de confiança dos militares. E eu propus, em uma reunião de pauta, fazer uma matéria com o Al-Fatah<sup>17</sup>, dai disseram: “então vai você”[...] Eu fui passar quatro meses atrás do acampamento do Al-Fatah na Jordânia e fiz uma matéria e o diretor sabia que eu não iria permitir que alterasse o sentido do que eu estava falando, olha só o que ele fez na minha matéria. Eu dizia assim: “os guerrilheiros palestinos são tratados como terroristas pelos israelenses, são considerados terroristas e tratados como tal”. E ele colocou assim, mesmo sem falar comigo: “os guerrilheiros palestinos são terroristas e tratados como tal”. Quer dizer, ele mexeu na matéria sem falar comigo e pôs exatamente o sentido contrário. Isso é típico. Era um cara botado lá pelos militares.*

Devido às discussões geradas pelo episódio, Milton Coelho foi afastado da revista. *Eu fui afastado, me mandaram para uma revista de televisão onde eu amarguei um ano e meio. Eu entendia que a Editora Abril estava debaixo de pressão, mas estava me preservando, ela não queria me demitir e devem ter feito mil pressões para me demitir e não me demitiu. Depois eu voltei a ser diretor de Realidade, mesmo ainda na ditadura. Depois ainda dirigi por várias vezes a revista Placar.*

<sup>16</sup> Movimento iniciado nos anos 1960, nos EUA, e que pregava o uso de recursos da literatura no jornalismo.

<sup>17</sup> Movimento pela Libertação da Palestina.

Já na década de 1970, enquanto trabalhava na Editora Abril, Coelho foi novamente preso. *Em 1975, já com a preparação da abertura lenta, gradual e segura eu fui condenado a seis meses de cadeia. E vou dizer uma coisa espantosa: Roberto Civita, dono da Editora Abril, foi me visitar no presídio.*

Questionado sobre o motivo que o levou mais uma vez à prisão, ele explica. *A acusação era de ser comuna e de ter feito os jornais clandestinos. E eu fiz: um chamava Notícias Torturadas, eu fazia escondido. A Editora Abril até se surpreendeu quando descobriu que, além de eu ficar o dia todo lá, eu ainda fazia dois jornais clandestinos. O primeiro foi o Resistência. Depois o outro, que se chamava: Notícias Torturadas.*

Coelho, ao ser preso, foi transferido para o Rio de Janeiro. Um advogado da própria Editora Abril o defendeu no processo. No entanto, ele pediu que a empresa o demitisse ainda durante o tempo na prisão. *Eu pedi para eles me demitirem para minha mulher ter dinheiro para comer, senão não tinha e quando eu saí quem me contratou? Roberto Marinho. Ai é que começou a minha vida com ele.*

O primeiro trabalho de Coelho nas organizações Globo foi na RioGraf, gráfica que integrava o grupo de empresas de Roberto Marinho. *Eu assumi com o filho dele, o Roberto Irineu Marinho. Eu comecei a fazer revistas. Fiz sobre vela e motor, sobre tênis e até uma de rock, só coisas que eu não entendo.*

Depois de uma nova e rápida passagem pela Editora Abril, onde atuou e algumas publicações do grupo e, mais uma vez, chegou a ser diretor da revista *Placar*, Coelho retornou às empresas de Roberto Marinho, desta vez como editor chefe do jornal *O Globo*. Ele [Roberto Marinho] *gostou daqueles dois anos que eu fiquei na Riograf, apesar daquilo não ir para frente, era por causa do filho dele, não era por minha causa. O cara não fazia nada. O Dr. Roberto gostava muito de mim, eu sentia isso, apesar de eu não ter nunca nenhuma intimidade, bom, eu nunca fui à casa dele, só fui uma vez, com todo mundo do jornal, tem sempre os caras que se enturmavam, mas eu nunca, eu era editor chefe do jornal, se ele me convidasse eu iria, se ele não me convidasse, não entrava na sala dele, a menos que ele me chamasse. [...] O jornal, quando ele se afastou, o jornal deixou de ser o que era, o jornal só está se aguentando mesmo, na minha opinião, porque não tem adversário.*

Milton Coelho da Costa ficou em *O Globo* do final dos anos 1970 até 1982, quando aceitou um convite da *Gazeta Mercantil* para ser correspondente nos EUA, onde viveu durante todo o ano de 1983. Do período na *Gazeta*, ele guarda um grande orgulho. *O Matias Molina, que é o jornalista mais competente e mais exigente que eu já vi na minha vida, era diretor da Gazeta Mercantil. Ele é tão exigente que faz uma coisa que*

*eu nunca vi: ele conta as chamadas no jornal de primeira página e vê quem são os repórteres que fizeram aquelas matérias. No final do ano ele faz uma coisa interna só para ele, uma avaliação do repórter: quem botou mais matéria na primeira página [...]. Eu ganhei, em 1983, a contagem do Matias Molina sobre as chamadas de primeira página da Gazeta Mercantil. [...] No ano seguinte, eu só trabalhei seis meses e ganhei outra vez [...]. Quando alguém me perguntar qual é o meu título maior no jornalismo: “eu ganhei duas vezes o troféu Matias Molina”.*

Em 1984, Milton Coelho retorna ao Brasil para dirigir a revista *Isto É*. *Fui engabelado pela conversa do dono da revista. Eu disse: “minha condição é a Isto É entrar nas Diretas Já”. Ele disse: “pode fazer a campanha, eu estou nesse negócio, também quero as Diretas Já”. Perdemos e isso acabou resultando na minha saída.*

Em meados dos anos 1980 ele retorna ao jornal *O Globo*, no qual atuou até 1992. Nesse período, entre coberturas, passa a acompanhar a Fórmula 1 e atua como correspondente do jornal no exterior.

Em 1992 Milton Coelho deixou *O Globo* para trabalhar na *Gazeta de Alagoas*, jornal da família do então presidente Fernando Collor de Mello, dirigido por seu irmão, Pedro Collor. *Sai de lá em junho de 92, pouco antes da queda, o Pedro ainda estava vivo.* A partir de então, ele passa por uma série de publicações de âmbito regional, como o *Diário da Manhã*, de Goiânia, e o *Diário do Amazonas*. Mais tarde, no fim dos anos 1990, Coelho se envolveu no projeto de um portal na Internet, o “Comunique-se”, voltado à informações dirigidas a profissionais da área de Comunicação Social e do qual foi colunista e editor.

Atualmente apresenta o programa “Cara e Coroa”, levado ao ar semanalmente pela TV Brasil. Nele, são apresentadas matérias realizadas em parceria por um jornalista experiente (o coroa, no caso, Coelho), e um jornalista novato. (o jovem jornalista João Manuel).

## **1.6 Roberto Pompeu de Toledo**

Roberto Pompeu de Toledo nasceu na cidade de São Paulo, no dia 17 de setembro de 1944. *Sou produto de um casal tipicamente paulista: um paulista antigo com uma filha de imigrantes.*

Segundo ele, o fato de possuir um sobrenome tradicional não significa, necessariamente, que a família fosse abastada. *O meu background familiar é de uma*

*família de classe média. Classe média-média. Uma família que, apesar dessa antiguidade, nunca foi uma família de grandes posses.*

Toledo lembra que, na infância e na adolescência, morou no bairro de Perdizes, *que não era ainda uma coisa de moda, era até uma coisa afastada*, e que estudou no Externato Assis Pacheco, *uma escola particular, mas acessível a pessoas de rendas não exatamente opulentas*. Alguns anos depois, no entanto, transferiu-se para o tradicional Colégio Rio Branco, *um colégio mais conhecido, de prestígio*.

Nesse período, recorda que uma grande paixão já lhe despontava. *Eu me sentia vocacionado para literatura, para escrever. E realmente a minha vida passou a ser mais prazerosa quando eu tinha um livro na mão*. Ao mesmo tempo em que se deliciava com os livros, Pompeu passou a acompanhar mais de perto grandes nomes da imprensa brasileira. *Comecei realmente a me pendurar na leitura de jornal, na leitura de revistas*. Entre suas leituras cativas, ele destaca as crônicas publicadas pela revista *Manchete*. *A Manchete tinha quatro cronistas, dos quais três eram de minha grande admiração e ocupavam uma página a cada edição. O meu pai comprava a Manchete toda semana, tínhamos em casa e esses cronistas eram Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga*.

E era exatamente a capacidade desses autores de transitar entre estilos literários e jornalísticos o que mais encantava Toledo. *Alguns eram mais literários, como Paulo Mendes Campos, outros mais voltados para o cotidiano, como o Fernando Sabino. O Rubem Braga dando pinceladas, que às vezes ia para o jornalismo, às vezes ia para uma coisa mais pessoal. Era uma leitura que muito me influenciou, muito me encaminhou, muito me confirmou a minha preferência, essa minha tendência para essas coisas*.

O noticiário também não ficava de fora das atenções do jovem Roberto. *Nessa época, também aos 16, 17 anos, sei lá, eu comecei a acompanhar o noticiário[...]. Tínhamos a assinatura do Estado em casa e assim foi*.

Mesmo com todo esse interesse despertado pela literatura e pelo jornalismo, Toledo optou por seguir os estudos na área do Direito. *Eu resolvi ir para faculdade de Direito. Agora, já desde o primeiro momento eu sabia que eu não iria ser advogado, nem juiz, nem promotor, nada disso*.

Ele lembra que a decisão foi influenciada, sobretudo, por dois fatores: o pai e as opções oferecidas pelo ensino superior brasileiro à época: *Teve uma questão de meu pai julgar a profissão de advogado uma coisa muito... Ele não fez o curso de Direito, era frustrado por causa disso e trabalhava mais ou menos na área, trabalhava num*

*tabelionato de notas [...] e o meu pai tinha essa figura de advogado como uma figura proeminente na sociedade. E tinha um irmão que era advogado, era uma pessoa letrada, a pessoa mais letrada na família, então ele, um pouco por aí, também me influenciou.*

A narrativa prossegue: *Outra coisa que me influenciou foi o seguinte. Existiam três carreiras que uma pessoa de uma família como a minha achava de prestígio: engenheiro, médico e advogado. Eu não iria ser engenheiro nem médico, isso estava completamente afastado. Então eu fui ser advogado numa época em que faculdades de jornalismo praticamente eram inexistentes.*

Toledo prestou o Vestibular na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1963 e, aprovado, iniciou o curso superior em 1964. *Terríveis anos, ano do golpe militar em 64, ano de muitos, muitos conflitos políticos em 63, os quais eu acompanhei vivamente, não como militância, mas como leitor e como espectador daquilo que acontecia e que me tocava profundamente, me apaixonava.*

Em suas lembranças da faculdade, Toledo destaca a frase de um de seus professores. *Ele dizia: “esta faculdade é o desaguadouro das vocações indefinidas” [...] e me senti identificado, percebi o porquê eu estava lá. Na verdade eu estava lá também esperando entre duas coisas, eu tinha em mente duas coisas, uma era o jornalismo e outra era a diplomacia, e eu tinha como exemplos os muitos escritores que foram diplomatas.*

Toledo chegou a se informar sobre o processo seletivo do Instituto Rio Branco e se preparou para o exame. *Passei quase um ano estudando línguas, inglês e francês, que eram exames eliminatórios, português, inglês e francês, depois tinham outros exames. Mas, afinal, nesse ínterim eu comecei a trabalhar. Logo em 65 eu tive meu primeiro emprego, que foi na Rádio Bandeirantes. E aí eu me dividia entre essa coisa, será que eu sigo essa carreira de jornalista? Ou faço o exame para o Itamaraty?*

Na Bandeirantes Toledo atuou como redator de um noticiário. *Eu era um dos “titulares da notícia” [...]. Tinha uma redaçãozinha ali, quatro ou cinco pessoas, um ou dois repórteres. Alguns meses depois de admitido, porém, ele pediu demissão. Olha, agora eu vou fazer o Instituto Rio Branco, agora vou me dedicar a estudar. Essa foi a minha alegação para pedir demissão.*

O destino dele, porém, seria outro. *O negócio do Itamaraty era uma coisa complicada, precisava mudar para o Rio, viver lá, quer dizer, tinha uma logística que era meio complicada. Aí surge um amigo meu, Homero Ferreira, era um grande amigo,*



*que eu conheci na faculdade, fazia faculdade comigo, tinha um vozeirão e trabalhava na Rádio Eldorado.*

Por meio desse contato, Toledo chegou à Rádio Eldorado, onde atuou também como redator, de 1967 a 1970. Desse período, ele se recorda de algumas características da rádio. *Ela proibia jingles, não tocava jingles, os comerciais eram ditos pelos locutores. A programação era de música clássica, em grande parte, e de música popular de boa qualidade, assim durante a tarde. Aí tinha o concerto do meio-dia, depois tinham os concertos da noite e noticiários intermeando as coisas.*

Encerrado o curso de Direito em 1968 e já tendo abandonado a intenção de seguir carreira no Itamarati, Toledo dedica-se exclusivamente ao jornalismo. Em 1970 consegue, finalmente, realizar um antigo desejo: trabalhar com jornalismo impresso. *E no Jornal da Tarde, que era um ícone, uma coisa grande, uma coisa muito inovadora na imprensa, tinha uns títulos muito curiosos, provocativos, era um jornal sem a sisudez dos matutinos, especialmente de O Estado de S. Paulo.*

Dois anos depois, ele aceita um convite para trabalhar na revista *Veja*. *Outra publicação também muito ambicionada... O ambiente era outro, muito mais profissional do que tinha encontrado no Jornal da Tarde, na Radio Eldorado..., era uma coisa muito mais exigente, uma coisa que no começo até me assustou.*

Esta foi sua primeira passagem pela *Veja*, que durou até 1979. Neste período, Toledo foi editor assistente e depois editor de “internacional”. Após sete anos na *Veja*, Toledo retorna ao jornalismo diário ao aceitar o convite de Mino Carta para trabalhar no recém fundado *Jornal da República*, publicação de vida curta, mas marcante na história da imprensa brasileira e que reuniu em sua redação, além do próprio Mino, nomes como Cláudio Abramo, Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho entre outros. *Eu fui ser editor de “internacional”, mas durou pouco, o Jornal da República durou seis meses, durou de julho de 79 a janeiro de 80. E aí algumas poucas pessoas o Mino convidou para continuar com ele na Isto É e pronto, lá fui eu ficar na Isto É.*

Na revista *Isto É*, Toledo chegou a dividir o cargo de redator chefe com o jornalista Silvio Lancelotti, mas um novo convite da revista *Veja* o levou novamente à publicação do grupo Abril. *Era um convite para uma coisa que me interessava muito, que é ser correspondente no exterior.*

A partida para o exterior, no entanto, não foi imediata. Somente em 1985, dois após ser contratado, Toledo seguiu para Paris, como correspondente da revista. *A minha sede era Paris, mas eu fazia coberturas na Itália, na Inglaterra, na Espanha, Portugal, na Líbia...*

Em 1988 ele retorna ao país, desta vez para o *Jornal do Brasil*, no qual permaneceu até 1991. Em seguida tem início sua terceira passagem pela revista *Veja*. *Fui ser o que eu queria na época, o que me interessava na época, que é um repórter solto, para fazer matérias sem nenhum vínculo com a hierarquia, não era chefe de nada e respondia só ao diretor de redação.*

Toledo permanece até hoje na revista *Veja*, na qual assina uma coluna quinzenal publicada na última página, além produzir matérias especiais esporadicamente.

## 1.7 Wianey Pinheiro

Francisco Wianey Pinheiro nasceu na cidade de Jaguaribe, no agreste cearense, em 1949. *Eu sou de uma família grande, nós éramos dezoito irmãos. Quando meu pai, após uma, duas, a terceira seca, perdeu tudo o que tinha, fez o que até hoje se faz, embora menos do que antigamente, vendeu o pouquinho que sobrou, comprou um caminhão, fez um pau de arara, botou os dezoito filhos e veio bater no extremo leste de São Paulo.*

Foi um período complicado para a família, do qual, porém, Pinheiro se recorda com visível orgulho. *Era uma vida muito difícil, mas uma família muito unida*, comenta, lembrando que o pai, *homem muito trabalhador*, fazia questão de que os filhos também o fossem. E não foi diferente com ele, caçula. *Eu comecei a trabalhar muito cedo, o primeiro emprego oficial, no meu caso, foi no Bradesco, fui bancário, tanto é que eu tenho até hoje uma coisa que me orgulha, uma autorização do juiz de menor do estado de São Paulo me autorizando a trabalhar aos treze anos.*

Pinheiro ainda não sabia, mas esse emprego lhe abriria, indiretamente, as portas do jornalismo. No banco, teve contato com uma máquina estranha, composta por um teclado e um rolo de papel. Conhecido como teletipo, a nova tecnologia, em pouco tempo, substituiria o velho telégrafo nas redações dos principais jornais do país. *E eu fiquei meio taco naquilo, eu sabia datilografar direito.*

Em uma época em que era fundamental para os jornais chegar às bancas antes do concorrente, *A Gazeta Esportiva* resolvera revolucionar sua cobertura, instalando um daqueles aparelhos no recém-inaugurado estádio do Morumbi e outro na redação. *Eu não lembro como, mas essa informação chegou lá no Bradesco [...] meu chefe falou: você tem que, domingo, ir ver isso. Procurei o pessoal da Gazeta e lá fui.*

A habilidade de Pinheiro com o teletipo não seria desprezada. O garoto, que adorava futebol e mal completara 14 anos, passou a contribuir com a equipe do jornal,

tendo a oportunidade de conviver com seus ídolos da imprensa esportiva. *Eu sou corintiano e quem cobria o Corinthians na época era o Solange Bibas, que era o maior repórter de esporte da imprensa escrita daquela época. Então conviver com o Bibas, com o Joel Leli, com o Olímpio de Sá Peixoto e alguns outros [...] é muita gente muito boa, eu ficava extasiado, estou trabalhando, estou reproduzindo aqui, sem acrescentar nenhuma vírgula, mas um texto do Bibas, isso é que é fantástico.* Segundo Pinheiro, o trabalho funcionava perfeitamente. *Eles escreviam rapidamente já no intervalo: comentários, matérias, reportagens... me davam, eu ia lá e mandava para redação.*

Ao deixar o Bradesco – nove meses depois de contratado – Pinheiro usou dos contatos que conquistou nestas oportunidades. *Fui cuidar lá de uma salinha onde chegavam, via teletipos, as matérias das agências internacionais e das sucursais. E eu cortava, levava para um editor, levava para outro.* A experiência marca profundamente Pinheiro, que vê naqueles anos seu amadurecimento profissional. *Eu vou me formar jornalista, antes de ir para faculdade, pelo menos repórter, dentro da redação da Gazeta Esportiva.*

Anos mais tarde, aos 18 anos, quando *já saía para a rua e fazia matérias...* ele se matricula no curso de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, mantida pela fundação de mesmo nome, também proprietária de *A Gazeta Esportiva* e de *A Gazeta*, jornal, este, em que Pinheiro passara a atuar. *Eu fui muito relapso na sala de aula, mas fui muito dedicado na redação,* admite Pinheiro, lembrando que a proximidade entre ambas contribuiu tanto em relação à pequena distância que tinha que percorrer diariamente quanto no tocante à afinidade. *A Gazeta, que era no centro da cidade, mudou para o prédio que existe hoje na Avenida Paulista. Então tinha a Faculdade e as duas redações: a da Gazeta e a da Gazeta Esportiva [...] e a maioria dos professores do curso eram os cobras lá da redação, eu convivia com eles no dia-a-dia.*

Na época, porém, uma grave crise financeira abalou os jornais que serviram de escola para Pinheiro nestes primeiros anos na imprensa. Tanto que ambos, *A Gazeta Esportiva* e *A Gazeta*, precisaram ser vendidos, passando ao controle do grupo Folha. *O Otavio Frias de Oliveira, o pai do Otavinho, hoje diretor de redação da Folha, foi lá e comprou os dois jornais. Tanto é que a redação saiu da Paulista e foi lá para a Barão de Limeira, pra aquele conjunto de redações [...].* Mais tarde, quando eu entrei na Folha, *o Frias já tinha sete jornais, vamos ver se eu lembro de todo mundo: Folha de S. Paulo, Folha da Tarde, Última Hora, A Gazeta, Gazeta Esportiva, Cidade de Santos e Notícias Populares. Sete jornais, todos eram feitos ali naquele lugar onde está a Folha hoje.*

Como já adiantou em sua narrativa, seu próximo destino seria a Folha de S. Paulo. Pinheiro narra, então, como isso ocorreu. *Quando a Fundação degringolou de vez, fomos todos demitidos [...] mas o diretor, o último diretor de redação da Gazeta, antes dela morrer, o Múcio Borges da Fonseca, era muito amigo do Cláudio Abramo, então diretor de redação da Folha de S. Paulo. E o Múcio, vendo lá a nossa choradeira, fechar a redação, parar o jornal, demitir todo mundo, o Múcio escolheu lá uns dois ou três, principalmente por idade, o Múcio tinha essa preocupação, ligou para o Claudio e falou: “eu gostaria que você tentasse arrumar emprego para esses”, e eu estava no meio desses dois ou três.*

Ele conseguiu o emprego e permaneceu na Folha por doze anos, de 1968 a 1980. Mais uma vez, em sua narrativa, Pinheiro ressalta a importância do período em que atuou em *A Gazeta* para sua formação profissional, destacando que os anos na Folha seriam também determinantes para seu amadurecimento como jornalista. Nesse contexto, o nome de dois profissionais emergem com força. Múcio Borges da Fonseca e Cláudio Abramo. *Devo muito ao Múcio [...] ele com a sua experiência, sua dedicação em atender os jovens, a ensinar coisas, mesmo com a empresa, a Fundação, se deteriorando... mas o grande período de consolidação de algumas coisas fundamentais, de conhecimento da profissão foi na Folha [...] no período com o Cláudio Abramo na direção da redação.*

Pinheiro lembra que durante sua atuação na *Folha de S. Paulo* chegou a morar no Rio de Janeiro, no tempo em que foi responsável pela sucursal do jornal na cidade, porém, uma morte na família fez com que retornasse a São Paulo. *Eu estava lá e estava bem: jovem, Rio de Janeiro, a sucursal com muito prestígio, todo dia muitas matérias, às vezes manchetes, mas aí faleceu meu pai e é um trauma muito grande para nós, para a família, a importância dele para nós todos. Eu falei: “Claudio, eu acho que eu não vou ter condições de ficar aqui”.*

Para poder atender ao pedido e trazer Pinheiro de volta a São Paulo, o diretor de redação convidou Alberto Dines, que estava lecionando nos EUA à época, a retornar ao Brasil e assumir a sucursal carioca do jornal. Dines, que também passaria a assinar a coluna Rio de Janeiro, na página dois da Folha, é outra referência que Pinheiro faz questão destacar. *Conheci o Dines nessa época, ficamos muito amigos, ele queria que eu ficasse: “Pinheiro, eu não vou tocar, eu estou muito velho para fazer essas coisas aqui, toca aí, você toca tão bem, vamos alternando na página dois, eu escrevo, você escreve, não sei o que..., eu digo “não Dines, eu preciso ir”.*

Paralelamente à ascensão na carreira, Pinheiro passara a se envolver no movimento sindical. Em meados dos anos 1970 ele já integrava a direção do Sindicato dos Jornalistas, ocupando a Presidência da entidade em 1979, ano da última grande greve da categoria. Sobre esta paralisação histórica, ele comenta: *Era única e exclusivamente sobre a questão salarial, não tinha nenhuma outra reivindicação[...]. Só houve duas greves, a outra foi em 1962 [...] as greves no Jornalismo nunca tiveram participação como teve a de 79. Na assembleia, das quatro que houve, assembleia que decidiu a greve, tinham 3 mil e trezentos jornalistas e votaram sim.*

Retornamos, pois, a 1977, ano em que Bóris Casoy assume a direção de redação da *Folha de S. Paulo*. Como o Bóris não podia, no meu caso, me demitir, porque eu tinha imunidade sindical, me transferiu para a *Folha da Tarde*.

Segundo Pinheiro, a mudança significava uma drástica inversão de ambiente. *No conjunto de sete jornais que eu falei pra você, tinha o jornal mais à esquerda do país, que era a Folha de S. Paulo, dirigida pelo Claudio, e tinha a Folha da Tarde, que era o jornal mais a direita que existia [...] comprovadamente exercia essa função de órgão oficial da direita e do regime militar.*

Pinheiro sentia que havia uma pressão para que pedisse demissão, o que não demorou a ocorrer. A participação na greve comentada há pouco, no entanto, contribuiu para que Pinheiro enfrentasse dificuldade para conseguir uma recolocação. *Os patrões se conversavam [...] eu não conseguia emprego, essa que é a verdade.* Sem conseguir um emprego como jornalista, Pinheiro aceitou um convite de um amigo que trabalhava em uma grande agência de publicidade. *Fui ser redator na DPZ.*

Passados nove meses, ele deixa a agência ao receber outro convite, desta vez por parte de Voile Guimarães, que era então editor regional da *Globo* em São Paulo, e o chama para atuar na emissora. Sobre as primeiras impressões do novo emprego, Pinheiro relembra: *primeiro chama a atenção o salário, que era bom, a Globo sempre pagou direito, mas eu fui jogado lá, tive uma conversa com o Voile [...] “olha, isso aqui demora para aprender, mas fica aí, vai aprendendo, vai perguntando”.*

A adaptação, no entanto, não foi automática. *Ser editor do Bom Dia significava chegar na televisão três horas da manhã, porque o jornal ia ao ar às sete. Então era aquela redação meio vazia, eu chegava: “o que tem para fazer?”. “Olha, noticiário internacional, hoje o principal assunto é esse”, aí você pegava aqueles milhares de quilômetros de texto, de informação e compilava, mas sempre que eu fazia: “não, não pode ser desse tamanho”. Eu não tinha noção o que era tempo, um minuto, trinta segundos, e assim foram muitos dias até que eu fui me angustiado, aí eu cheguei, o*

*jornal foi para o ar, eu deixei um bilhete embaixo da porta do Voile: “irmão, olha, valeu, obrigado, você amparou um desempregado, mas o meu negócio na televisão é só ligar para assistir o Corinthians e nada mais”.*

Pinheiro queria descansar e encontrou refúgio no interior de São Paulo. *Tinha uma cidadezinha do interior que eu frequentava, eu estava realmente muito abatido com tudo e fui para lá: beira de rio, pescar, tomar uma cerveja. Um pensamento, no entanto, o incomodava. Vou continuar tendo dificuldades em ir para imprensa escrita, televisão é onde está crescendo, o mercado estava crescendo, tenho que aprender esse troço. Bom, uma semana depois eu voltei.*

Segundo Pinheiro, ao retornar havia uma série de telefonemas em sua secretária eletrônica, além de inúmeras cartas. *O Voile achou que negligenciou, não deu atenção, ele é muito atencioso até hoje, aí eu voltei, num horário que eu ia pra televisão e botei outro bilhete: “Voile, agora me esquece, brigado, eu vou aprender essa p...”. E assim foi: eu passava o dia inteiro, dia e noite na televisão, me lembro que a grande professora minha foi a Silvia Sayão, que hoje é diretora do Globo Repórter. Ela era a editora principal do Jornal Nacional em São Paulo. “Silvia, porque se escreve assim?, porque tem reticências?”, “não, é que na televisão, é para o repórter narrar...”, e eu: “mas por quê?”[...]enfim, em alguns meses eu estava realmente experiente na coisa, peguei a mão.*

Neste período, estava nascendo o projeto do telejornal Bom Dia Brasil. Com a sua “professora” Silvia deslocada para Brasília por conta do novo jornal, Pinheiro passou a ser o encarregado pelo Jornal Nacional em São Paulo. Na sequência, foi convidado pelo diretor de Jornalismo, Armando Nogueira, a assumir novas funções no Rio de Janeiro. *Primeiro fui ser editor chefe do Jornal da Globo, depois tinha uma área lá, que era a super chefia de reportagem, que estava meio desconectada, eles pediram para eu assumir, eu assumi o centro de produção de notícias, existe até hoje, CPN.*

Ele relembra as modificações que implementou na oportunidade: *Fiz lá uma série de modificações, inclusive tecnológicas, passou a ter a famosa reunião da caixa de sapato, após os jornais, particularmente após o Jornal Nacional, você botava em contato, ali no salão grande do CPN, todos os editores do jornal, e eu comandava uma reunião com o país inteiro.*

A narrativa segue: *era uma reunião de crítica, ali tinha briga “pô, cortaram minha matéria, tiraram, derrubaram aquela matéria” aquelas conversas, e o resultado desta reunião, ele seguia no começo da madrugada, de volta para todas as praças e*

*afiliadas no JP, jornal da pauta, ia por telex na época, não tinha ainda computador, e esse jornal da pauta, por ser JP, todo mundo chamava de Jornal do Pinheiro.*

O JP trazia, em linguagem telegráfica, o resultado da reunião e algumas opiniões do próprio Pinheiro. *Tinha desde: “a gravata que o Carlos Dorneles usou na matéria, manda ele usar quando for visitar a família em Porto Alegre, não pode mais entrar no ar”, “Ah a matéria tal não sei o quê”, sempre as coisas mais críticas, entende, “faltou isso, faltou aquilo” e eram assim, umas dez pílulas por dia, era o que mais se esperava na redação no dia seguinte.*

Outro destaque da época foram as viagens. *Andei aí pelo país, fui para o exterior, na época estava nascendo a CNN.*

O próximo cargo que ocupou foi o de chefe nacional de redação. *A essa altura a central de Jornalismo da Globo passava por uma reestruturação. Além da direção de Jornalismo, exercida por Armando Nogueira, e a direção executiva, de responsabilidade de Alice-Maria Tavares, foram criadas duas novas diretorias: a de direção dos telejornais de rede (à qual Pinheiro estava subordinado e que tinha como diretor seu amigo Voile Guimarães) e a de telejornais comunitários (esta, chefiada por Alberico Souza Cruz).*

Uma questão particular enfrentada por Voile, no entanto, mudaria esse organograma, motivando a saída de Pinheiro da Globo. *O Voile Guimarães, por um problema familiar, pediu para voltar a São Paulo.*

O problema é que o cargo de Voile, diretor de telejornais em rede, tinha que ser ocupado por alguém que morasse no Rio. Por isso, Armando Nogueira efetuou uma troca de funções entre os diretores: Alberico foi para “Rede” e Voile assumiu os “comunitários”. *Saía um amigo e chegava um desafeto. Eu nunca me dei com o Alberico por numerosas razões, mas principalmente por incompetência, que eu identificava nele, e por falta de respeito mesmo, tanto profissional quanto pessoal.*

Isso ocorreu em 1986, época em que Pinheiro estava envolvido com a Copa do Mundo de Futebol. *Nesses grandes eventos é comum formar um núcleo, tira gente de tudo quanto é lugar. E eu estava há meses com a Copa, muito cansado.*

Ao fim da cobertura especial, veio o pedido de demissão: *Terminou a Copa, eu falei para a Alice: “eu vou sair de férias e não volto mais [...] com o Alberico não vou trabalhar”.*

Pinheiro lembra que o desligamento não foi automático. Por cerca de quatro meses, a Globo seguiu pagando seu salário e tanto Armando Nogueira quanto Alice

Maria o procuraram tentando fazê-lo mudar de ideia. *Foram meses de vagabundagem, eu morava lá na Barra da Tijuca, era verão e a Globo não me demitia.*

Mais uma vez, o convite de um amigo seria determinante para uma mudança em sua carreira. *Tinha assumido a Bandeirantes, a direção de jornalismo, o Fernando Mitri, que está lá até hoje. E o Mitri estava vindo do Jornal da Tarde, totalmente analfabeto de televisão, ele me ligou: “Pinheiro, eu sei que você está aí, vem para São Paulo, vem me ajudar aqui na Bandeirantes”.*

Pinheiro explicou a situação para Alice Maria e conseguiu, finalmente, sua demissão. *Aí o Alberico extinguiu o cargo de chefe nacional de redação, tanto que não tem até hoje e eu vim pra São Paulo, fui para a Bandeirantes, fiquei nove meses com o Mitri.*

A precariedade técnica que encontrou na nova emissora e desentendimentos internos motivariam o fim de sua passagem na Bandeirantes, em mais um ciclo de nove meses em sua trajetória profissional. *Eu inventava lá umas coisas, com muita dificuldade [...]e eu tinha que tratar isso com o Ricardo Saad, que era o irmão do Johny [...]. E uma vez eu fui ao Ricardo, era coisa mínima, era um negócio de metros de cabo para vir áudio e vídeo e o cara não liberava [...]. Sei que uma das vezes nós fomos fazer uma entrada na Gabi, Marília Gabriela era apresentadora do telejornal principal, ela e o Ferreira Martins, e aí caiu a luz no meio e ela estava no ar ao vivo, ficou ruim [...]. Eu subi na sala do Ricardo, falei absurdos para ele e de lá fui embora. Só despedi do Mitri, assim saí da Bandeirantes.*

Seu retorno à Globo mais uma vez foi por meio de um convite de Voile Guimarães, a esta altura diretor de telejornais comunitários. Após um período trabalhando com afiliadas espalhadas pelo país, Pinheiro, foi nomeado diretor de Jornalismo em São Paulo. *E aí que eu fico um ano e pouco, até chegar a eleição, onde, como em todo grande evento, faz-se lá os núcleos e o Armando e a Alice pediram para eu ir para o Rio em função da minha experiência dos anos que eu fiquei lá, para supervisionar os telejornais, todos os telejornais: Bom Dia, Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Globo e atualidade do Fantástico.*

Desentendimentos por conta do debate entre os candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 1989, que serão abordados no capítulo dois desta dissertação, fazem com que Pinheiro deixe a Globo mais uma vez. *Como eu disse lá no caso de 79, por causa da greve dos jornalistas, o mesmo aconteceu na saída da Globo, porque quando eu saí o Collor era um superpresidente, era aquele cara com poder total, então*



*este que é o tal do Claudio Humberto<sup>18</sup>, que se diz jornalista, ele foi o responsável, em vários lugares eu consegui checar, de ligar pessoalmente para os patrões para dizer “fulano, fulano e beltrano, principalmente o Pinheiro”, porque fui eu que dei a primeira declaração, então eu não tinha onde trabalhar cara, eu simplesmente não tinha de novo.*

A solução foi montar seu próprio negócio. Em parceria com seu amigo Voile Guimarães e Luiz Gonzáles, também ex-diretor da TV Globo, Pinheiro criou a *GW Comunicação*, produtora de conteúdos audiovisuais na qual trabalha atualmente.

Analisando o conjunto de biografias que integram este capítulo, podemos identificar características em comum, que nos ajudam a delinear melhor o grupo aqui estudado.

Antes, no entanto, cabe ressaltar algumas questões. A primeira delas é que, como destaca Sarlo (2007), só existe passado para quem o retoma do presente, ou seja, as narrativas que acompanhamos neste capítulo, como também as que estão presentes nos próximos, estão “impregnadas” não apenas daquilo que os depoentes viveram no passado, como também do que são hoje.

Também é interessante notar que, ao contarem suas histórias, os entrevistados estão também fazendo escolhas sobre como querem perpetuar a história de suas vidas (BOSI, 1979, p.1).

Os depoentes são indivíduos, que têm, cada qual, uma história, enfrentaram dificuldades e prazeres ao longo da vida.

Perazzo e Caprino (2008, p. 119) lembram que a rememoração de sua história de vida reafirma o narrador como “sujeito da ação”, que com isso “recria e reconstrói suas diferentes identidades ou possibilidade de identificações”.

Thompson (1998, p. 208) também estabelece essa relação ao afirmar que “narrar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade”.

Outro ponto Segundo Maurice Halbwachs (1990), por meio das memórias individuais de um grupo forma-se a memória coletiva dessa comunidade.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 1990, p. 54).

---

<sup>18</sup> Secretário de Comunicação do Presidente Fernando Collor de Mello

Podemos notar algumas características comuns em se tratando dos setes jornalistas entrevistados. Em primeiro lugar, temos o fato de todos terem atuado por boa parte de sua carreira profissional em grandes veículos da imprensa brasileira. Interessante notar que não raro, chegaram a passar pelos mesmos órgãos de imprensa.

Eles também pertencem senão a uma mesma geração, ao menos a gerações muito próximas, já que a maioria dos profissionais ouvidos nasceram durante a primeira metade do século XX. A única exceção é Bob Fernandes, um pouco mais novo, nascido em 1955.

Essa contemporaneidade faz com que, por exemplo, a maior parte deles tenha chegado ao mercado de trabalho quando as faculdades de jornalismo no país não existiam ou ainda apenas iniciavam suas atividades.

Augusto Nunes, Bob Fernandes, Clóvis Rossi e Wianey Pinheiro chegaram mesmo a obter o diploma de jornalistas, no entanto, os depoimentos mostram que, mesmo para estes, estava na prática profissional o grande fator de aprendizado experimentado ainda nos primeiros anos na área. Além disso, as oportunidades de emprego e de novas opções na carreira estavam quase que predominantemente atreladas à rede de relacionamentos instituída a partir dessa atuação profissional. Em todas as narrativas encontramos momentos em que um amigo, geralmente com o qual o depoente já trabalhara, é responsável por abrir as portas de uma nova possibilidade no mercado de trabalho.

O desejo de seguir carreira diplomática também está presente em ao menos duas narrativas, já que tanto Augusto Nunes, quanto Roberto Pompeu de Toledo externaram essa ambição inicial.

Outro item que aparece constantemente nas narrativas é o fato dos depoentes ressaltarem o gosto pela leitura, despertado ainda na infância e adolescência, como um sinal de propensão natural para o jornalismo.

Bóris Casoy e Milton Coelho incluíram um fator emocional a essa introdução ao mundo das letras e do gosto pela imprensa, já que em suas recordações descrevem como, ainda crianças, costumavam ler jornais para os pais impossibilitados de o fazer por si próprios, seja por problemas de visão ou por não serem alfabetizados.

A importância da leitura e de uma bagagem cultural para o exercício da profissão também é notória. Milton Coelho chega a citar a coleção “Tesouros da Juventude” como a responsável por lhe municiar, aos dez anos de idade, com o que descreveu ser “uma das ferramentas essenciais para a formação do jornalista”: noções básicas de conhecimentos gerais.

Outro fato que aparece nas narrativas diz respeito ao momento político do país. Chegar às redações no momento do golpe militar e conviver com a ditadura são experiências que tiveram grande impacto nessa geração.

Todos os entrevistados galgaram diferentes cargos nas redações por que passaram, exercendo, inclusive, funções de chefia. No momento em que foram entrevistados, seguem atuando profissionalmente, embora já tenham atingido o ápice de suas carreiras, distanciando-se de funções de gestão.

Clóvis Rossi deixou a coluna diária que por muitos anos manteve na página dois da *Folha de S. Paulo*, mas segue escrevendo para o jornal, na editoria de “internacional”. Bóris Casoy ainda apresenta um telejornal na TV aberta, mas não mais em horário nobre. Roberto Pompeu de Toledo mantém sua coluna, agora quinzenal, na revista *Veja*, enquanto Augusto Nunes e Bob Fernandes encontraram na Internet um novo espaço de atuação. Já Milton Coelho da Graça, atualmente com 82 anos, dedica-se às gravações de seu programa na TV Brasil.

## CAPÍTULO 2 – A IMPRENSA E O “CAÇADOR DE MARAJÁS”

O objetivo deste capítulo é apresentar as narrativas de jornalistas sobre o período que antecede a eleição presidencial de 1989 e que fez de Fernando Collor de Mello o primeiro presidente brasileiro eleito pelo voto direto após o Regime Militar iniciado em 1964.

A intenção é construir um painel de lembranças acerca de fatos que marcaram a trajetória de Collor rumo à Presidência da República, sempre a partir do ponto de vista de nossa comunidade de jornalistas, o que também contribui para que melhor compreendamos a visão que esses mesmos jornalistas têm da profissão e de seu papel no mundo contemporâneo ao produzirem notícias.

### 2.1 Primeiras recordações

No dia 15 de novembro de 1986, vinte e três<sup>19</sup> novos governadores foram eleitos no Brasil.

Turbinado pelo efeito do Plano Cruzado, pacote econômico que à base, sobretudo, de um congelamento de preços, aparentemente, domara a inflação, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), do então presidente José Sarney, conseguiu eleger os governantes de todos os estados brasileiros, à exceção do Sergipe, onde a vitória nas urnas coube a Antônio Carlos Valadares, do PFL (Partido da Frente Liberal).

Entre os eleitos, estavam Orestes Quércia, em São Paulo, Newton Cardoso, em Minas Gerais, Moreira Franco, no Rio de Janeiro e Pedro Simon, no Rio Grande do Sul. No Norte, Amazonino Mendes assumia pela primeira vez o governo do Amazonas, enquanto no Nordeste, Miguel Arraes voltava ao cargo do qual fora alijado pelo golpe militar de 1964.

Nessa eleição, o PMDB também conquistou o Palácio dos Martírios, como é conhecida a sede do governo de Alagoas. O eleito foi um jovem de 37 anos: Fernando Affonso Collor de Mello.

Na campanha para o governo do estado, além do sucesso do Plano Cruzado, Collor contou com outros trunfos, entre os quais o apoio do grupo de comunicação de sua família, composto, entre outras empresas, pelo jornal *A Gazeta*, por emissoras de rádio e pela *TV Gazeta*, retransmissora da programação da Rede Globo em Alagoas.

---

<sup>19</sup> Roraima, Amapá e Tocantins só passaram a existir oficialmente a partir de 1988.

Embora populares na região, o alcance desses veículos não se estende ao restante do país. O mesmo poderia ser dito, em meados dos anos 1980, sobre Fernando Collor de Mello. Mesmo eleito governador, o político não era um nome conhecido nacionalmente.

*Ele era uma figura inexpressiva* relembra Wianey Pinheiro, referindo-se à projeção que Collor desfrutava na mídia de abrangência nacional ao ser eleito governador.

Seguindo a mesma linha, Bob Fernandes relata uma passagem que ficou em sua memória, ocorrida na época em que cobria a Assembleia Nacional Constituinte pela *Folha de S. Paulo*. *Um dia de manhã, Constituinte andando, vejo um sujeito apressado, assim como se fosse um atleta, de terno bege clarinho, me lembro até hoje, de terno bege claro, bem claro, quase gelo, entrar com dois ou três assessores no gabinete do Covas.*

Naquele primeiro momento, não foi a figura do já empossado governador de Alagoas que veio à mente de Fernandes. Sabemos que o jornalista, em certo momento de sua trajetória profissional, conforme consta no primeiro capítulo desta dissertação, viveu intensamente a cobertura da campanha das *Diretas* e acompanhou de perto a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Não é por acaso, então, que, ao buscar em sua memória de onde conhecia aquele homem que acabara de despertar sua atenção, a primeira referencia acionada foram lembranças de um significativo período de sua própria história de vida. *Eu vi aquele cara entrar e pensei: esse cara eu conheço da campanha do Maluf, ele votou no Maluf. Um ilustre mané, ninguém sabia quem era o Collor. Era um jovem de quem eu lembrava vagamente da época da eleição no colégio eleitoral.*

Curioso sobre o motivo da visita, Fernandes procurou Mário Covas, então senador por São Paulo, com quem recorda ter travado o seguinte diálogo. *Eu falei: "o que aconteceu?". E ele: "É um maluco, o Collor, ele veio dizer o seguinte, que eu vou ser presidente, então ele quer ser meu candidato à vice". Foi o dia em que pela primeira vez prestei atenção no Collor. [...] Não tive boa impressão. O Covas, que era um sujeito no qual eu confiava no radar, também não teve boa impressão, e o cara foi até se oferecer para apoiá-lo, mas não teve boa impressão.*

Bóris Casoy também narrou seu primeiro contato com Collor. *Eu estava fazendo o Painei<sup>20</sup> e o Otávio Frias Filho me chamou e disse assim: "você já ouviu falar desse*

---

<sup>20</sup> Coluna do jornal Folha de S. Paulo composta por uma série de pequenas notas sobre acontecimentos políticos.

*jovem governador de Alagoas? Caçando marajá, todo mundo diz que ele é um cara muito inteligente, você não quer entrevistar ele? ”. E fui entrevistar, acho que foi no Maksoud Plaza<sup>21</sup>.*

Ao contrário do que ocorreu com Bob Fernandes, Casoy simpatizou, de imediato, com o governador alagoano. *Eu fiquei muito impressionado, aliás, todo mundo ficava impressionado. Ele era um cara bem apessoado, falava bem e tinha uma boa aureola em torno dele.* Além de uma matéria de página dupla, publicada na *Folha de S. Paulo*, a entrevista rendeu uma nova fonte de informações para Bóris. *Passei a conversar com ele sistematicamente para o Painel [...]. Ao contrário do que as pessoas dizem, ele conhece o país, apesar de jovem ele já tinha ideias próprias para o país. Agora todo mundo picha, ficou fácil.*

Este trecho em particular é um convite para que reflitamos sobre a relação que se forma entre jornalistas e suas fontes. No caso específico levantado por Bóris Casoy, vemos como o mesmo político que em determinado momento é tema de uma matéria jornalística, poderá, na sequência, vir a se tornar uma fonte privilegiada de informações. Cria-se, então, uma relação de interesses mútuos na qual fatores subjetivos não devem ser menosprezados.

Na sequência, vemos que Roberto Pompeu de Toledo, assim como Casoy, constrói sua narrativa quanto às suas primeiras lembranças em relação a Collor a partir de um encontro com o dono da publicação em que trabalhava. Então correspondente da revista *Veja* em Paris, o jornalista se recorda de uma conversa que teve com Roberto Civita, em 1987, quando o presidente do Grupo Abril visitou a redação na capital francesa. *Ele estava de passagem por lá. Eu falei: “mas quais são as figuras que surgiram?”. E ele: “Fernando Collor. Surgiu um governador de Alagoas que parece uma coisa nova”. Não foi a primeira vez que eu ouvi falar nele, mas marcou, ficou na minha cabeça.*

Já no caso de Augusto Nunes, a primeira lembrança acionada diz respeito a Arnon de Mello, pai de Fernando Collor. *Ainda adolescente eu conheci a história do Arnon de Mello, senador Arnon de Mello. Ele era um cara refinado, da UDN<sup>22</sup>, um advogado que estudou, se eu não me engano no Rio e foi para Alagoas depois de se casar com a filha do Lindolfo Collor, que tinha sido o primeiro Ministro do Trabalho do Getúlio.*

<sup>21</sup> Hotel de luxo localizado na cidade de São Paulo.

<sup>22</sup> União Democrática Nacional, partido político de tendência conservadora, extinto logo após o golpe militar de 1964, que impôs o bipartidarismo no Brasil.

Aqui temos um exemplo da importância de conhecermos alguns aspectos da história de vida dos depoentes, mesmo quando trabalhamos a História Oral em sua vertente temática. O fato de Augusto Nunes também ser filho de político e, desde muito jovem, nutrir grande interesse por assuntos ligados à política regional, ajudam-nos a compreender o espaço que dedica em sua narrativa à família Collor e a acontecimentos da vida política alagoana.

Governador de Alagoas entre 1951 e 1956, Arnon se envolveu em um tiroteio que terminou com morte, em 1963, de um senador em pleno Congresso Nacional. Nunes passa a contar essa história, situando a origem da tragédia nas desavenças políticas suscitadas pela campanha ao governo do estado: *ele entrou com uma proposta de mudança na mesma época em que o Sarney fez isso no Maranhão, uma geração, o Aloísio Alves no Rio Grande do Norte... E ele, propondo renovação, ganhou da família dos Góis Monteiro, ganhou do irmão do Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que era um típico coronel nordestino, andava de terno branco no senado e armado. Um homem violento [...]. O Arnon de Mello ganhou o governo e depois se elegeu senador. O Silvestre Péricles diz o seguinte: “o Arnon não vai discursar na minha presença, se discursar eu mato”.*

Para Nunes, o episódio deixou consequências na personalidade de Fernando Collor. *Estou contando essa história porque isso marcou bastante o Collor. É por isso que ele tem esses rompantes de valente, porque o pai ficou com uma imagem muito sólida de covarde, porque ele ficou quase oito meses sem falar. Era praxe fazer o discurso de estreia, como é hoje, e ele não ia para tribuna.*

Nunes deu sequência à história, descrevendo o que ocorreu quando Arnon decidiu subir à tribuna e iniciar seu primeiro discurso. *Ele abriu a boca e o Silvestre, que estava na fila do gargarejo, levantou, puxou o revólver e apontou. Ele era bom atirador e o Arnon, que não era disso, puxou o revólver também. Os dois atiraram. Silvestre Péricles errou o tiro, segundo Nunes, atrapalhado pelo Senador João Agripino, da Paraíba, que tentou evitar o disparo. O Arnon, que atirava mal, atirou. A bala passou por cima do Silvestre Péricles e como o plenário do senado, não sei se você conhece, ele é em aclave, estava entrando lá pelo fundo um senador chamado José Kairala, que era suplente, tinha acabado de assumir pelo Amazonas, não tinha nada com isso, não sabia o que se estava passando, não sei se era do Acre, ou da... E morreu.*

Nem Silvestre Péricles tampouco Arnon de Mello foram responsabilizados judicialmente pela morte do senador José Kairala. O pai de Collor, que criou e dá nome ao grupo de comunicação da família, faleceu em 1983. Dos quatro filhos, apenas um

seguiu os passos do pai e tornou-se político. Não era essa, no entanto, a profissão do jovem Fernando quando Augusto Nunes o conheceu. *Eu conheci o Collor como o filho do Arnon de Mello. Ele era jornalista do Jornal do Brasil, da sucursal de Brasília. Eu o acompanhava e soube que ele tinha se casado com a Lilibeth, que era uma princesa, foi um casamento espetacular, dos Monteiro de Carvalho.*

Por cerca de dois anos, Collor fora repórter do *Jornal do Brasil*. Isso ocorreu no início dos anos 1970, logo após trancar sua matrícula no curso de Economia da Universidade de Brasília (UnB). De acordo com Conti (1999), conseguir o emprego para o filho foi uma forma que o então senador Arnon de Mello encontrou para tentar manter Collor longe da vida de farras que Fernando levava na capital federal, além disso, seria uma boa oportunidade do jovem adquirir experiência no ramo para quando tivesse que assumir as empresas da família. Na mesma época, seu irmão Pedro, que dividia um apartamento com Fernando em Brasília, também passou a atuar como repórter da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Collor permaneceu casado com Lilibeth Monteiro de 1975 a 1981. Em 1984 ele se casaria novamente, desta vez com Rosane Malta, com que permaneceu casado até 2005.

Mas voltemos à narrativa de Augusto Nunes do mesmo ponto em que a interrompemos no parágrafo acima para esta breve contextualização. *Os Monteiro de Carvalho têm uma chácara em Santa Tereza, que tem quatro mansões, numa área tão grande, mansões tão imensas, tanta árvore, tanto espaço, que de uma você não vê a outra. Então, ele se casou com a aristocracia carioca e, de repente, foi prefeito, se eu não estou enganado, prefeito nomeado pelo Divaldo Suruagy, a quem eu fiz a advertência, porque eu vi os dois convivendo, e o Divaldo Suruagy: “eu vou nomear o Fernando Collor porque eu preciso de Jornal, de TV e ele tem a Globo”. Eu falei: “Divaldo, você é filho de um sargento da PM, você acha que um Collor de Mello vai ser chefiado por você? Você está criando a cobra que vai te picar”.*

Augusto Nunes, na época editor-chefe da revista *Veja*, cobriu a campanha para as eleições de 1982 em Alagoas. O jornalista percorreu o estado acompanhando o candidato ao governo, Divaldo Suruagy, e Fernando Collor, então candidato a deputado federal. É dessa época que resgata as lembranças sobre a advertência feita a Suruagy.

Nunes segue seu relato sobre Collor: *ele parecia o Alain Delon em campanha, porque em Alagoas todo mundo tem um metro e meio, bom, mulher em Alagoas não tem uma que bata no ombro, não dá para dançar de rosto colado de tão baixinhas, e passava aquele cara de um metro e noventa, bonito, candidato a deputado. Ele fez uma*



*campanha gloriosa. E ele era tão pouco familiarizado com interiorzão lá, que nós fomos com um carro para uma cidade e o carro não entrou na cidade porque não cabia na rua. A cidade era tão pequena que tivemos que ir a pé, mas tinha três sublegendas do PDS<sup>23</sup>. Três! E tivemos que comer nas três.*

Aqui cabe o seguinte questionamento: ao viajar com os candidatos, como relata Nunes, passando por longos períodos de convivência, estaria, qualquer que fosse o jornalista, imune à criação de laços de afinidades ou mesmo de animosidade tão comuns à condição humana? Acreditar que esses fatores não estarão, de alguma forma, contemplados no momento em que uma matéria jornalística é elaborada seria tão equivocado quanto acreditar que isso ocorra, sempre, de forma intencional.

Em 1982, Collor conseguiu a vaga para a Câmara dos Deputados e, na eleição seguinte, foi eleito governador. Em ambas as oportunidades o raio de ação regional foi suficiente para que alcançasse seus objetivos. Para poder sonhar mais alto, no entanto, seria necessário romper essa barreira e chegar aos grandes centros do país. Ser notado pela grande mídia brasileira era parte importante dessa equação. Fernando Collor, e seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto, sabiam disso e partiram em busca de espaços.

## **2.2 Do governo de Alagoas para as manchetes nacionais**

A primeira aparição de Collor em rede nacional ocorreu em março de 1987, alguns dias antes de sua posse no governo de Alagoas e já deixava visíveis os contornos do que mais tarde formaria a figura do “Caçador de Marajás”. Trata-se de uma entrevista concedida ao telejornal *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo de Televisão. Mário Sergio Conti, em sua obra *Notícias do Planalto – a imprensa e Fernando Collor de Mello* (1999) explica o que justificou a presença de Collor no telejornal:

Ele estava em Brasília, e era notícia, porque naquele mesmo dia pediria a Sepúlveda Pertence, Procurador Geral da República, a abertura de um processo para impedir o pagamento de benefícios aos superfuncionários alagoanos. (CONTI, 1999, p 13)

O material que Collor deixou com Sepúlveda Pertence após a entrevista não era novidade, sendo em sua maioria formado por recortes de matérias publicadas pela Gazeta de Alagoas, os quais o próprio Collor já havia utilizado à exaustão durante a campanha para o governo alagoano. Segundo Conti (1999, p. 14) “requestrar notícias

<sup>23</sup> Partido Democrático Social, ao qual Collor era filiado quando eleito Deputado Federal. A sigla substituiu a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) em 1980, após o fim do bipartidarismo.

provincianas era o de menos. O que importava era o aparecimento dos marajás na cena nacional. Com eles debutava na grande imprensa o seu algoz, Fernando Collor”

Os “marajás” não eram o único alvo das críticas de Collor ao assumir o governo de Alagoas. Com o fracasso do Plano Cruzado, Collor passou a fazer uma oposição cada vez mais ferrenha ao presidente José Sarney, que perdia popularidade em ritmo alucinante. De acordo com Maria Cecília Ribas Carneiro. (1997) “Corrupto”, “incompetente” e “safado” são alguns dos termos utilizados por Collor para se referir ao presidente da República nessa época.

Outro tema que integrava o discurso de Collor naquele período eram as promessas de colocar fim às vantagens concedidas pelo poder estadual aos usineiros alagoanos. Augusto Nunes lembrou o fato em sua narrativa: *Ele falava com tanta convicção que iria f... com os usineiros, que todo mundo acreditava, mas depois, não dá para fazer isso em Alagoas, você não se elege. Quem conhece Alagoas sabe que ele não faria nada, mas eu não podia imaginar que ele não só não enquadraria os caras, como seria sócio, virou comparsa, até porque o rei dos usineiros é o João Lira, que é sogro do Pedro, e continua aliado do Collor.*

Foram, porém, os ataques aos “marajás” que abriram, mais uma vez, um espaço para Collor na grande mídia.

É interessante analisar neste ponto os mecanismos que envolvem a construção da notícia por parte da imprensa. Cremilda Medina, em sua obra *Notícia: um produto a venda*, lembra que “a notícia é um produto comercializado e industrializado” (1988, p. 30).

Interessante notar que Collor, herdeiro de um grupo de comunicação e já tendo, inclusive, atuado como repórter, conhecia bem esse mecanismo e soube “fazer-se” notícia a ser consumida.

No dia 2 de abril de 1987 vai ao ar, na Rede Globo de Televisão, o programa Globo Repórter que teve por tema exatamente os altos gastos dos estados brasileiros com o funcionalismo público e no qual Fernando Collor foi um dos entrevistados.

Dois dias depois, foi a vez do *Jornal do Brasil* abrir espaço em suas páginas para o político alagoano.

Augusto Nunes, na época, era o chefe da sucursal de São Paulo do jornal. Ele e o jornalista Ricardo Setti assinam o texto publicado no dia 4 de abril de 1987. Em seu depoimento, Nunes cita rapidamente a matéria, lembrando que a mesma agradou tanto ao *staff* de Collor, que lhe valeu um convite de trabalho. *Quando eu e o Ricardo Setti fizemos uma entrevista que o ajudou, já era o “caçador de marajás”, uma semana*

*antes da capa da Veja, e se chama: O Furacão Collor, no JB. O irmão dele gostou de mim e sugeriu que eu fosse nomeado assessor de imprensa, chefe de comunicações no lugar do Claudio Humberto, que começou uma guerrilha violenta, sem que eu soubesse. Eu não iria nem a pau, jamais, mas ele começou a fazer intrigas.*

Logo no início da matéria do *Jornal do Brasil*<sup>24</sup>, o leitor é informado que Collor é faixa-preta em judô. A imagem de um atleta voluntarioso e dinâmico apareceria muito também em outras matérias referentes à Collor dali em diante. Abaixo segue um outro trecho da matéria:

Imprimindo velocidade de furacão a uma gestão que mal chegou a três semanas, ele mandou reabrir os primeiros e empoeirados inquéritos sobre os 800 assassinatos impunes cometidos pelo “sindicato do crime, partiu para o saneamento das falidas finanças do Estado, desafia o poder dos usineiros do açúcar que dominam 70% da economia alagoana. (*Jornal do Brasil* - 4/04/1987)

Como o próprio Nunes adiantou, dois dias depois desta reportagem do *Jornal do Brasil*, chegou às bancas a edição 972 de *Veja*. Não se trata, porém, de matéria de capa. Collor aparece nas páginas amarelas da revista, tradicionalmente dedicadas à entrevista especial da semana, diagramada no formato pergunta-resposta. O título é: “*Vou acabar com os marajás*”.

Logo na apresentação, assim como ocorrera no texto do *Jornal do Brasil*, o fato do entrevistado ser faixa preta em judô ganha destaque.

Descalço, de quimono branco e faixa preta na cintura, o governador alagoano Fernando Collor de Mello, 37 anos, um homem que pela aparência está a meio caminho entre um garotão bronzado da Zona Sul carioca e um advogado bem sucedido, começa seu dia invariavelmente distribuindo golpes contra alvos imaginários. (revista *Veja* – 22/04/1987)

Não seria apenas por meio de matérias jornalísticas que Collor apareceria com destaque na mídia em 1987. Os planos de Collor e de Cláudio Humberto para aumentar a exposição do governador nos grandes centros do país também incluíam verbas publicitárias. Em junho, o governo de Alagoas pagou para publicar anúncios de quase uma página em jornais do Rio e de São Paulo com a chamada: *a Revolução das Alagoas*. Nele havia trechos das entrevistas de Collor publicadas pelo *Jornal do Brasil* e por *Veja*. (CONTI, 1999, p 67).

<sup>24</sup> Disponível em: <http://bibliotecno.com.br/?p=594>. Acesso em: 22 jan. 2013.

Em agosto de 1987, mais uma vez os marajás são tema de *Veja*. A edição 988 da revista semanal traz a chamada de capa: “*Funcionalismo Público – A praga dos Marajás*”<sup>25</sup>. Na matéria uma frase de Collor aparece logo no primeiro parágrafo. Ele se tornara referencia sobre o assunto.

Nos anos 40, antes de a Índia conquistar sua independência, popularizou-se no Brasil a expressão marajá, que designava aqueles príncipes riquíssimos que passeavam em poltronas de prata no alto de elefantes, moravam em palácios cravejados de pedras preciosas e dispunham de um séquito de escravos à sua volta. Do jeito que vão as coisas, dentro de poucos anos poderá ocorrer uma mudança surpreendente. Na Índia, onde essa nobreza milionária é uma espécie em extinção, as pessoas acabarão descobrindo que o verdadeiro país dos marajás é o Brasil atual. “Esse caso já se transformou em uma tragédia nacional”, afirma o governador Collor de Mello de Alagoas. (revista *Veja* – 12/08/1987)

Na sequência dessas primeiras aparições, surgem outros momentos em que o governador alagoano, de alguma forma, foi mencionado nos grandes veículos de comunicação brasileiros. De acordo com Wianey Pinheiro, aos pouco, por exemplo, Collor foi consolidando um importante espaço na TV Globo. Nesse contexto, o jornalista destaca em sua narrativa a crescente amizade entre o governador de Alagoas e Alberico Souza Cruz, um dos diretores da emissora. *Começa a vir muita coisa de Alagoas, que era uma praça inclusive meio devagar para trabalhar, primeiro um estado muito pobre, que não era de estar presente no jornal. Era raridade Alagoas aparecer em qualquer assunto, mas, de repente, aparece uma coisa que o pessoal do Centro de Produções de Notícias, CPN, não pedia, mas eles ofereciam, e via de regra tinha alguma coisa falando do Collor, mostrando o Collor, com sonora do Collor. Muitas coisas, pelos critérios normais, eram derrubadas, mas algumas iam para o ar.*

Collor inicia o ano de 1988 marcando presença novamente nas páginas da revista *Veja*<sup>26</sup>. Na edição 1012, publicada no mês de janeiro, ele aparece em uma grande foto, que ocupa metade da página 27, dedicada a um texto que repercute o fato de José Sarney ter reduzido o repasse de verbas federais para Estados nos quais os governadores mostravam-se contrários à extensão do mandato presidencial para cinco anos<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 22 nov. 2012

<sup>26</sup> Idem

<sup>27</sup> Após uma série de discussões, a Assembleia Nacional Constituinte fixou o mandato de Sarney em cinco anos.

Na foto, Collor aparece à frente do Palácio do Planalto, puxando os bolsos da calça.

Mais uma vez é possível verificar uma convergência entre o político, que quer virar notícia e sabe utilizar de imagens fortes para isso, e a imprensa, que busca construir diariamente novos fatos noticiosos para chamar a atenção de seu produto, no caso, a própria notícia.

A imagem que ficou famosa, no entanto, é a da edição de 23 de março de 1988 de *Veja*, na qual Collor aparece na capa, ladeado pelo célebre título: *Collor de Mello - O caçador de Marajás*. Entre uma série de informações, a matéria cita a crescente popularidade de Collor e a possibilidade – considerada um “*exagero de retórica*” – de concorrer à Presidência da República. Também cogita que Alagoas poderia sofrer uma intervenção federal, caso o governador não acatasse ordem judicial para seguir pagando “*as vantagens dos marajás locais – que são abusivas, mas têm o respaldo da lei*”. O assassinato do Senador Kairala também é lembrado. Abaixo segue um trecho da reportagem.

Pode-se mesmo acusar o governador Collor de Mello de mover-se apenas por propósitos demagógicos em sua campanha contra os marajás, da qual o maior beneficiado é ele próprio. Pode-se ainda duvidar de suas chances reais de chegar à Presidência e é possível, finalmente, dizer que não há hipótese de que desobedeça com sucesso a uma ordem da Justiça que mandou pagar as vantagens dos marajás. Pode-se fazer tudo isso – mas será sempre obrigatório concluir que o povo aplaude Collor de Mello porque ele fala contra os privilégios de funcionários aproveitadores e combate abusos que, no fim da linha, são pagos pelo bolso do contribuinte. E os contribuintes, no Brasil, estão cansados de ser explorados. (revista *Veja* – 23/03/1988)

Na mesma época em que aparece na capa da revista *Veja*, Collor foi convidado por Daniel Tourinho, dono do Partido da Juventude (PJ) a participar do programa em cadeia de rádio e televisão a que o partido tinha direito. (CONTI, 1999, p. 96). Collor já havia ajudado o PJ anteriormente, garantindo registros suficientes para um diretório estadual em Alagoas.

As conversas com Tourinho evoluíram positivamente, tanto que em maio de 1988 Collor gravou sua participação no programa. A Justiça Eleitoral, porém, proibiu a exibição do vídeo, pois uma lei impedia que políticos que não fossem filiados às respectivas legendas fizessem uso do espaço.

Bóris Casoy faz menção ao Partido da Juventude ao comentar a primeira vez em que ouviu Collor dizer que seria candidato à Presidência. O jornalista, já na condição de âncora do *TJ Brasil*, do SBT, admite não ter levado a sério, de imediato, a pretensão do governador alagoano. *Um belo dia ele me telefonou e disse: “aqui a nossa rede de Alagoas é ligada a Globo e ninguém da Globo me entrevista”. A Globo estava com o Sarney e ele era um adversário do Sarney. “Eu quero te contar que eu vou ser Presidente da República”. Chamava Partido da Juventude o partido que ele estava criando, depois virou PRN. Eu dei risada e falei: “você está brincando comigo, você quer ser vice do Ulysses”. “Não, eu sou candidato a Presidente da República e você vai me cobrar”. Achei um absurdo total, mas marquei a entrevista.*

Bóris lembra, em seguida, de uma passagem ocorrida no dia da entrevista para exemplificar como, já em meados de 1988, Collor ainda não se tornara um personagem conhecido do grande público. *Ele deu a entrevista, ele era totalmente desconhecido. Eu me lembro que a produtora da entrevista virou para ele e perguntou: “Governador, o seu Collor é com um “L” ou dois?*

Por fim, Casoy abre um sorriso ao narrar o desfecho do episódio: *o diretor do departamento de jornalismo, que era o Marcos Wilson, me chamou e disse: “mas você entrevistou um cara totalmente desconhecido, você que diz que tem que ser o primeiro time, você só iria entrevistar o primeiro time”. Eu falei: “Marcos, você está errado”, falei isso de chute: “você está errado, esse cara vai ser presidente da República”. Algum tempo depois Marcos Wilson se diria surpreendido com o conhecimento de Bóris acerca da cena política e sua capacidade de antever acontecimentos. *Ele falava: “o Bóris foi o primeiro a dizer que o cara seria Presidente”.**

Afirmamos, anteriormente, que Fernando Collor, com seu conhecimento acerca dos mecanismos que regem a imprensa, soube fazer uso da permanente busca dos jornalistas por notícias para ganhar espaço nos grandes órgãos de imprensa do país. O relato de Bóris, nesse mesmo contexto, chama a atenção para a questão da relação do jornalista com sua fonte de informação. Como ser “imparcial” e “objetivo” como o querem manuais de redação e estilo (MARTINS, 1997) quando o tema da notícia é alguém com quem manter boas relações poderá significar informações em primeira mão?

### 2.3 Personagem de ficção

Cerca de um ano depois de ser entrevistado por Bóris Casoy na bancada do *TJ Brasil*, e já filiado à legenda de Daniel Tourinho, Collor aparece no horário gratuito destinado ao Partido da Juventude, agora rebatizado como Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O programa, exibido em março, contou com cuidadosa produção e foi apresentado pelos atores Alexandre Frota e Cláudia Raia. Embora o período eleitoral ainda não estivesse começado oficialmente, o que se viu foi um candidato em campanha.

A filosofia que o embasava era transmitir indignação e compromisso com a mudança. Collor usou pela primeira vez a expressão “minha gente”, atacou a s elites, chamou os coronéis do sertão de assassinos e canalhas e disse que só pagaria a dívida externa depois de fazer uma auditoria do acordo com os credores. (CONTI, 1999, p. 143)

Nos meses seguintes, Collor também ocupou o tempo de TV dedicado ao Partido Trabalhista Renovador (PTR) e ao Partido Social Cristão (PSC).

Para Conti (1999) muito mais do que as matérias na grande imprensa, foram essas primeiras exposições no horário eleitoral gratuito os principais responsáveis pela consolidação de Collor como um nome verdadeiramente capaz de chegar ao Palácio do Planalto. Ele baseia essa opinião em números de pesquisas do IBOPE. Em março, antes do primeiro programa do PRN com Collor ir ao ar, ele tinha 9% das intenções de voto, bem atrás de Brizola, com 19%, e de Lula com 16%. Em maio, depois da exibição do terceiro programa, o do PSC, Collor já aparece com 32% da preferência do eleitorado, mais do que o dobro de Brizola, com 15% e o triplo de Lula, com 11%.

O que explica essa arrancada fenomenal? A resposta cabe em duas palavras: propaganda e dinheiro. Em pouco mais de dois meses, o candidato apareceu em três programas publicitários, de uma hora cada um, em rede nacional de televisão. Programas caros, pagos por Collor. (CONTI, 1999, p. 141)

Há uma grande diferença, no entanto, entre a exposição de um candidato em um programa eleitoral e aquela que é realizada por meio da imprensa. No primeiro caso, não se espera um contraponto do discurso apresentado. O candidato “fala sozinho”. No segundo caso, espera-se a presença de um componente crítico, que traga informações contextualizadas.

Clóvis Rossi afirma em sua narrativa que, ainda durante a campanha, já era possível evidenciar que a imagem que Collor procurava passar em suas aparições no programa eleitoral não eram condizentes com seu passado político. *Vou localizar bem o momento em que eu pelo menos, e a própria Folha, percebem que o Collor é uma grande fraude. Quando as primeiras pesquisas do Datafolha indicavam que o Collor passaria à frente, ficaria em primeiro lugar [...] eu e a Elvira Lobato estávamos em Alagoas exatamente para botar, digamos assim, carne na ossatura da pesquisa. Para não publicar uma pesquisa só com números, que fica uma coisa meio sem graça. Rossi prossegue: minha parte era mais ver qual era a relação de Collor com a sociedade alagoana, e a Elvira foi mais para parte, digamos, de corrupção, que havia também e foi denunciada e publicada. E aí ficou evidente que o sujeito era uma enorme fraude, uma imensa fraude.*

Mais adiante, Rossi cita um encontro que teve com Collor no mesmo período. *Depois ele nos chama, a mim e ao Roberto Dimenstein para um café da manhã, que terminou depois do almoço, num hotel em Brasília e eu saio e escrevo uma coluna dizendo que ele era o novo Jânio Quadros, naquela farsa de, enfim, inventar imagem, pura demagogia. E depois houve ameaças por parte do círculo íntimo dele: “vamos acertar as contas com ele depois da eleição”.*

Roberto Pompeu de Toledo também fala sobre o modo como Collor trabalhou sua imagem durante o período eleitoral. *Na campanha, o Collor já impressionava muito. Impressionava em primeiro lugar como ator, no qual eu desde logo percebi a falsidade daquele personagem, quer dizer, aquela coisa, como ele tinha inventado um personagem. E a mise-en-scène que acompanhava a sua campanha. Segundo Toledo, a performance do candidato o aproximava de um personagem de ficção. Eu dei o apelido de “Indiana Collor”, Indiana Jones fazia sucesso na época, estava na moda, na época do filme, e depois esse apelido, não era bem um apelido, era mais um epíteto, era para tentar chamar a atenção para esse personagem que estava sendo criado cheio de aventuras, de truques. Para mim aquilo tinha uma conotação de: “olha como o personagem era falso”, como era uma coisa cinematográfica que está sendo inventada.*

Para Clóvis Rossi, a grande maioria dos veículos de imprensa brasileira contribuiu para que a imagem de Collor não sofresse maiores abalos durante o período eleitoral. *Alagoas era um microcosmo político do que seria a República de Alagoas instalada na Presidência da República. Estavam ali todos os defeitos.*

O jornalista da *Folha de S.Paulo* segue sua narrativa: *a Folha ficou isolada nessa coisa de apurar as coisas, de tratar o candidato como um candidato qualquer,*



*como tratou o Lula, como tratou o Brizola, como tratou o Covas, como tratou todo mundo.[...] Os outros jornais embarcaram na coisa ideológica de evitar a vitória do que se chamava na época de monstro “Brizula”: o Brizola e o Lula.*

Roberto Pompeu de Toledo concorda que os veículos jornalísticos deveriam ter apurado mais afundo e noticiado informações sobre o passado de Collor, no entanto, ressalta que houve exceções. *Durante a campanha, acho que foram poucas as boas matérias, não de cobertura da campanha, mas de revelar o verdadeiro Collor, o que ele tinha feito em Alagoas, mas algumas delas mostravam a falsidade do caçador de marajás, por exemplo. Aquele negócio: pelo contrário, ele alimentou os marajás e deixou a coisa tal qual.*

Bob Fernandes, por sua vez, lembrou que a revista ISTOÉ, ainda durante a campanha, já apresentava a seus leitores um personagem que ficaria famoso no país inteiro anos mais tarde. *Quando começa a campanha, o que definitivamente me chamou a atenção foi quando saiu no Jornal do Brasil uma matéria e no meio da matéria um cara dizendo assim: “Eu tenho a agenda do Collor”, uma coisa assim. Falei: opa, quem é esse cara? Ai eu comecei a fuçar quem era PC Farias e só vinha lixo, só vinha informação do tipo: é o operador do cara.*

Fernandes também evidencia em sua narrativa o fato de a publicação em que trabalhava não ter poupado o candidato do PRN de críticas ainda durante o período eleitoral. *Como a gente fazia as matérias que tinham que ser feitas, evidentemente críticas, até porque eu estava ouvindo um monte de coisas, o pessoal do Collor tratava muito mal repórter, fotógrafo, da ISTOÉ, aos coices, não recebiam, não davam informação, nada. Segundo Fernandes, a postura editorial da revista dificultava a aproximação de interlocutores próximos ao candidato do PRN. A gente não tinha fonte no Collorismo quase nenhuma porque a gente era, aspas, os inimigos. ...inimigos porque essa é a percepção dos caras, você faz matérias, os caras querem que você lambe, não lambeu, é inimigo.*

Em outro momento, Bob Fernandes volta a enfatizar a “docilidade” de setores da imprensa com a candidatura Collor. *Eu tenho que tomar cuidado para não ficar parecendo o seguinte: “ah, eu sou o gostoso, todo mundo...” não era isso, tinha um monte de repórter bom em lugar legal, se pudesse teria publicado, teria feito, mas nego não queria, cara. Em sua opinião nem todos os veículos proporcionaram a seus jornalistas a mesma liberdade presente na revista ISTOÉ. Não havia as condições que a ISTOÉ propiciou e havia uma cumplicidade em relação à eleição de Collor de boa parte dos meios, isso é uma coisa inegável, não é só a Rede Globo. Você pega a capa:*

“Lula e o capitalismo”<sup>28</sup> da *Veja*, que antecede o segundo turno, é um escândalo, leia aquilo, está lá que o cara iria invadir e que iria pegar dinheiro, tudo o que o cara do outro lado fez.

Interessante chamar a atenção para um traço que acompanhou as narrativas deste segmento: a importância que os jornalistas expressam para a necessária presença de uma postura crítica na cobertura da imprensa e como a ausência disto deformou a atuação durante o período eleitoral de 1989.

Vemos que Bob Fernandes e Clóvis Rossi lembraram incisivamente que tanto *ISTOÉ* quanto a *Folha de S. Paulo* conseguiram manter esse elemento crítico por estas empresas terem garantido um componente de liberdade a seus jornalistas. Cabe, então, a pergunta: é possível afirmar que tanto a revista *ISTOÉ* quanto o jornal *Folha de S. Paulo* não tenham seus interesses?

Emiliano José, em seu livro *Imprensa e Poder – Ligações Perigosas*” (1996) ao analisar a atuação dos órgãos de imprensa durante o período eleitoral e na sequência do governo Collor, destaca a cobertura realizada pela revista *ISTOÉ*. No entanto, reflete que algumas condições contribuíram para o desempenho da publicação:

É o caso de se perguntar por que *ISTOÉ* pôde desenvolver um jornalismo bem menos oficial. Primeiramente, o virtual candidato da revista, Orestes Quércia, com que tinha relações privilegiadas, não viabilizou sua candidatura. E o relacionamento entre *ISTOÉ* e Collor se acirrou desde a campanha, mais especificamente desde o episódio de Niterói, quando Cláudio Humberto sofreu uma pedrada e um editorial da revista praticamente dizia que ele havia se jogado na frente da pedra. A partir dali, Collor e sua equipe passaram a tratar mal os jornalistas de *ISTOÉ*”. (JOSÉ, 1996, p 50)

Logo na sequência, Emiliano José (1996) pondera que fatores relacionados ao mercado em si, como a disputa com a concorrência e a necessidade de um posicionamento mais definido também são elementos a serem considerados:

Pode-se dizer que, no caso de *ISTOÉ*, prevaleceu a dinâmica interna do negócio jornalístico. Era fundamental, para a revista, afirmar-se como veículo crítico, ocupar espaço, ganhar leitores e então credencia-se também, pelo seu peso específico, junto aos anunciantes, o que naquele período de alguma forma aconteceu. Num momento como esse, quando uma publicação se dispõe a soltar os seus jornalistas, a imprensa cresce na sua capacidade de iluminar as zonas de sombra do poder. (JOSÉ, 1996, p 51)

<sup>28</sup> Bob Fernandes se refere à edição 1107, de 29/11/1989. A capa traz uma foto com fundo escuro, na qual o candidato Luis Inácio Lula da Silva aparece com o rosto sério, ao lado do texto: “Lula e o capitalismo: as mudanças que o PT promete dividem o Brasil.

A discussão nos leva a refletir como uma cobertura jornalística está sujeita a uma série de fatores, que podem influenciar o fazer jornalístico para além de critérios puramente objetivos. A imprensa não é neutra, até porque é formada por pessoas. Não há como negar, então, a existência de fatores aos quais todo e qualquer ser humano está sujeito.

Clóvis Rossi, mais adiante, levanta outro tema interessante: até que ponto o jornalismo impresso influencia o eleitorado. *É preciso levar em conta que jornal não tem impacto na opinião pública pelo número de leitores que tem, quer dizer, a Folha tira o que? Hoje em dia tira, como naquela época não devia tirar muito mais do que uns 300.000 exemplares, num eleitorado de, hoje, 120 milhões, que naquela época teria o que? 90 milhões, sei lá quantos eram os eleitores daquela época, não me lembro mais, mas não era muito mais do que isso. 300 mil exemplares era o quê? Uma gota d'água no oceano. Quem faz, evidentemente, as coisas acontecerem é a televisão, e a televisão estava mergulhada na coisa ideológica de derrubar o que se chamava no mundo político de monstro Brizula.*

Em seguida ele ressalta que mesmo o telejornalismo não pode ser considerado: *Eu discordo um pouco dessa ideia de que a Rede Globo fez o Collor, não acho que tenha sido assim [...] a Rede Globo estava, até abril de 1989, querendo que o Quéricia fosse o candidato do PMDB e apoiaria o Quéricia. Só se bandeou para o lado do Collor quando o PMDB preferiu o Ulysses Guimarães que, evidentemente, era uma inviabilidade eleitoral, por mais interessante que seja a personalidade do Dr. Ulysses [...] quando se tornou evidente que a única alternativa para derrotar o monstro “Brizula” era o Fernando Collor de Melo, aí sim a Rede Globo passa a apoiá-lo, mas o Collor já estava em primeiro lugar nas pesquisas, já tinha, sei lá, 14, 15, 16% e terminou a eleição com 20 e alguma coisa, não muito mais do que isso.*

Para ele, a influência no horário eleitoral não pode ser subvalorizada. *O grande empuxe da campanha Collor foi o programa eleitoral gratuito, que foi muito bem feito, sem dúvida nenhuma muito bem feito. “Marketing” puro, imagem pura, uma coisa de plástico, não tinha coisa por dentro, mas pegou, colocou, porque disseminou pela televisão que é o veículo, tornou a dizer, que realmente influi na opinião pública.*

Bob Fernandes também relativiza o poder da imprensa: *a imprensa não elege, a imprensa pode trabalhar no sentido de ajudar a eleger. Quem elege é o povo, nego estava com saco cheio das formas habituais de se fazer política, governo Sarney, 80 % de inflação e escolheu o que parecia ser legal.* Ele, no entanto, faz uma ressalva logo

em seguida. *Agora, que a imprensa trabalhou para desconstruir candidaturas e construir, trabalhou, seguramente trabalhou, em que nível isso foi importante, ajudou, não ajudou, não seu dizer. Hoje em dia isso é menor, porque hoje em dia você tem Internet, mas naquela época isso era um canhão, isso era um canhão, ninguém resistia a quinze minutos de Jornal Nacional.*

Fernandes também lembra que a influência da mídia não ocorre apenas em momentos específicos como os que antecedem uma eleição. *Você constrói ou destrói candidatos ao longo dos quatro anos que antecedem uma eleição[...] Uma vez eu provoquei um cara e ele: “eu não preciso fazer nada a meu favor, eu faço jornalismo com os adversários, isso basta”.*

A mesma contradição aparente está presente no depoimento de Augusto Nunes: *Eu acho que é muito supervalorizado o poder da imprensa. Se a imprensa ganhasse, a grande imprensa, a “mídia golpista”, se ganhasse a eleição, o Lula não seria eleito, a Marta não seria eleita, sabe, o povo elege quem quer. Eu sempre achei meio ridícula a expressão quarto poder, nunca usei.*

Mais adiante, no entanto, Nunes reconhece que, no caso do *impeachment* de Collor, ao encontrar as condições favoráveis, a imprensa foi decisiva para o desfecho ocorrido. *A imprensa derrubou. A imprensa derrubou. Quando você começa a pegar o fio da meada, a ISTOÉ descobriu o Eriberto, a Veja fez com o Pedro Collor. Cada jornal fez com um, o Globo descobriu não sei o que e aí vai.*

Independentemente de concordamos ou não com as discussões em torno do poder da imprensa junto ao público, é interessante notar como isso faz parte do imaginário dos jornalistas. As narrativas falam de um período pré-Internet, no entanto, lembramos mais uma vez que essa análise está sendo feita no presente. Sabemos, pelas histórias de vida dispostas no primeiro capítulo desta dissertação, o significado que o exercício do jornalismo teve para essa geração. Colocar em dúvida a importância de sua atuação é, então, relativizar seu próprio passado.

## **2.4 A opinião do jornal, a opinião do jornalista e o mito da isenção**

Ao relembrar a eleição de Fernando Collor, muitas narrativas nos levam a refletir sobre a influência dos donos dos meios de comunicação no noticiário. Na opinião de Bob Fernandes: *a censura existe imposta pelos interesses ou ideológicos, ou empresariais, ou comerciais dos donos dos meios de comunicação. Quem é que desconhece isso, pelo amor de Deus? Imagine que tem cinco mil e seiscentos*

*municípios no Brasil, imagina como que é lá em Arapuaca da Serra, o único cara que tem a única rádio, que tem seus interesses, se ele vai publicar? Vai publicar xongas. [...] Existe censura imposta pelo dono do meio de comunicação em grande parte dos casos. É total? Não, não é. Tem espaço para trabalhar? Tem. Tem como entrar sem o cara nem perceber? Tem. Mas pouca gente está disposta a jogar esse jogo, as pessoas se acomodam, tem que sobreviver, tem filho, tem esposa etc.*

Em 1989, Wianey Pinheiro era o chefe de jornalismo da TV Globo em São Paulo. Ele nos explica que era normal, a cada grande evento, formar-se na emissora núcleos dedicados a coberturas especiais. Nesse contexto ele foi enviado ao Rio de Janeiro para supervisionar os telejornais de abrangência nacional durante as eleições presidenciais. Em seu relato, aparecem lembranças sobre os bastidores da TV Globo nesse período: *vem chegando a eleição, como todo aquele drama que era a cobertura de uma eleição daquela importância nacional e tal e, de novo, tensões internas dentro da Globo porque ficou, foi ficando cada vez mais aparente uma preferência da empresa, personalizada na figura do Doutor Roberto Marinho, pelo Collor.*

A respeito disso, Pinheiro cita uma conversa que teve com Armando Nogueira. *Enfim, como eu tinha, a pedido do Armando e da Alice, ido para lá supervisionar, eu não deixava de falar, de escrever relatórios: tem coisa errada assim, assim, assado. O Armando, numa conversa mais pessoal comigo, disse: “olha Pinheiro, tem um jogo pesado sendo jogado, mas vamos manter a serenidade, vamos tocar o barco, porque após a eleição eu vou ter, já combinei com o Boni<sup>29</sup>, nós vamos ter uma conversa com o Dr. Roberto, tal”. Eu falei: só acho grave que você tá falando no pós, mas enfim.*

Augusto Nunes, que havia deixado o *Jornal do Brasil* e desde 1988 ocupava o cargo de Diretor de Redação do jornal *O Estado de São Paulo*, também tratou o assunto em sua narrativa sobre o processo eleitoral. Ele relata que, *sem exceção*, existia uma preferência dos donos dos grandes veículos de comunicação pela candidatura de Collor e que essa preferência estava muito ligada ao que Lula representava naquela oportunidade. *Você não pode esquecer que só em 2001 o Lula escreveu a carta aos brasileiros<sup>30</sup>. Pô, o programa dele em 1989 era radical, era pra assustar qualquer patrão. Se ainda hoje eles falam em controle social da mídia, imagine o que o Estadão não achava em 1989.*

<sup>29</sup> José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, na época Diretor Artístico da Rede Globo.

<sup>30</sup> Durante a campanha presidencial de 2002, o então candidato Luis Inácio Lula da Silva divulgou um documento no qual, entre outros pontos, compromete-se a, se eleito, manter contratos vigentes e respeitar a propriedade privada.

Alberto Dines, em seu clássico livro: *O papel do jornal* (1986), mostra que a discussão sobre a interferência dos donos dos veículos de comunicação no conteúdo a ser noticiado não foi algo exclusivo do “período Collor”.

Dirigentes ou proprietários de jornais, com exceções é claro, nem sempre se libertaram da onipotência, seja institucionalizando as “listas negras” (assuntos e pessoas que não pode aparecer no jornal) seja abraçando interesses sem adotar qualquer isenção diante de causas e pessoas. No falecido *Diário da Noite*, por exemplo, os tabus eram a Academia Brasileira de Letras e o então Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Oliveira Salazar. (DINES, 1986, p. 62).

Mas se o empresariado estava a favor de Collor, como afirma Nunes, o mesmo não se pode dizer da maioria dos jornalistas. É o que relata Bóris Casoy: *Hoje todo mundo desmente. O front da imprensa era totalmente Lula, você vai encontrar isso. Era totalmente Lula, cantava junto com o Lula... Eu me lembro uma vez que o Lula estranhou, ele foi gravar um negócio no Teatro Municipal, uma campanha e tal nas escadarias lá e ele mesmo disse: “pô, que estranho”. Os jornalistas, fotógrafos, colocaram as máquinas no chão e todo mundo cantou Lula-lá.*

A afirmação também aparece na fala de Augusto Nunes. Segundo o jornalista, o fato se acentuou durante o segundo turno já que a presença de um grande número de candidatos no primeiro - eram ao todo 21 - contribuiu para uma maior pulverização das preferências. *A cobertura do primeiro turno foi tranquila nas redações por isso, porque tinham muitos. O segundo turno é que foi mais barra pesada, porque aí o Brasil se dividiu ao meio e as redações se dividiram ao meio assim: 99% era PT e 1% tentava controlar uma situação maniqueísta incontrolável.*

Nunes cita algumas situações com as quais se deparou. *Eu tive que fazer proibições que hoje parecem brincadeira. Falava assim: não pode colocar bandeirinha do PT na máquina de escrever, porque isso é depredação do patrimônio da empresa. Não pode usar aqueles bottons. Eu falei: como é que vocês vão entrevistar um outro cara com botton do adversário. Olha o que a gente tinha que fazer, todos eram do PT, militantes, os jornalistas.*

Outros exemplos do que considera distorções provocadas pela militância dos jornalistas em favor de Lula aparecem ao longo do depoimento de Augusto Nunes, como no momento em que narra a cobertura do último comício dos candidatos já no fim do segundo turno. *Eles me apresentaram uma página, o último comício dos dois. O Lula fez um grande comício: “Lula faz seu maior comício” e ao lado eu tinha dado, eu*

*controlava o espaço tudo igual, pode pegar as edições do Estadão, não tem um centímetro a mais pro outro que era a minha maneira de equilibrar, editorial eu não tinha nada a ver com isso, e eu queria um noticiário isento, aí me sai do lado: “O fracasso do comício de Collor em Belo Horizonte”, já na primeira linha, tinha chovido, na primeira linha falava assim: “Chama a atenção a expressão de desanimo no palanque da Sra. Risoleta Neves”. C...!. Se você tem a viúva do Tancredo no palanque isso é ponto pro candidato. Você querer uma viúva alegre, mesmo tendo morrido alguns anos antes, já é demais, e tomando chuva. Olha o que eles destacavam. Eu tive que botar um título às pressas, que ficou uma bosta por causa do verbo, que era assim: “Collor exorta...”, exorta não existe, mas era o que cabia e eu pus lá: “Collor exorta a luta sob a chuva”, que é um título neutro, quer dizer, não é Collorido, o outro era Lulista.*

A preferência de jornalistas pela candidatura Lula também aparece nas narrativas de Roberto Pompeu de Toledo: *A campanha, especialmente no segundo turno, foi uma coisa extremamente divisiva, em que você tinha uma redação em polvorosa, muito favorável ao Lula, e um patrão favorável ao Collor. Você tinha que tourear isso aí. Agora, muitas vezes, talvez a maioria das vezes pelo menos no quadro que eu tenho hoje daquela época, eu acho que, apesar da tentativa de manter uma linha neutra entre essas duas coisas, muitas vezes pendia para o lado Lula*

Bóris Casoy narra uma experiência delicada por qual passou durante a campanha de 1989. Se as preferências, veladas ou explícitas, dos donos de órgãos de imprensa e de jornalistas por este ou aquele candidato já davam margem a uma série de especulações, o que não dizer quando o próprio presidente de uma emissora de TV é - ele próprio - um dos candidatos? *Eu fiquei num mato sem cachorro* lembra Casoy, por ocasião do anúncio da candidatura de Silvio Santos já em meio à campanha eleitoral. *Pô, o cara é candidato, acho que não dá, é uma coisa ruim. Aí eu fui num amigo meu lá, que era sobrinho dele e disse: Guilherme<sup>31</sup>, eu estou numa situação complicada, o que eu faço. Me ajuda. E ele me disse: “Você não tem compromisso com a independência? Então fala o que você quiser”. Eu descasquei a candidatura do Silvio, ataquei a candidatura do Silvio no ar, na televisão dele. O que aconteceu? Ele é um homem esperto, ele faturou isso, mostrando que ele era democrata, que ele tinha lá um jornalista, âncora, que tinha a liberdade de atacá-lo, faturou o episódio.*

Bóris, ainda hoje, faz críticas à pretensão do ex-chefe. *Não tinha condições. Ele é voltado para outras coisas. Como eu não tenho condições de ser maquinista de trem,*

---

<sup>31</sup> Bóris se refere a Guilherme Stoliar, que na época já ocupava a Vice-Presidência do SBT.

*you probably don't have to be an astronaut, he doesn't have the conditions to be President of the Republic. He said that he would be President of the Republic and he would continue presenting the audit program. Because he wasn't going to travel, because he wasn't a politician, he was going to put a big administrator and he was only going to supervise. No way!*

Bob Fernandes foi outro que citou a candidatura de Silvio Santos em sua narrativa. Ele o fez ao recordar uma passagem em que, mais uma vez, Mário Covas, então já candidato à Presidência, é um dos personagens. *Eu e a Cristina Lobo, do canal 40, Globo News, que é comentarista de Política, viajamos juntos com ele pra esses comícios, uma coisa dessas, um caso de campanha no Ceará, durante a campanha eleitoral. Quando a gente chega no Palácio, o Tasso Jereissati, Governador, fala pra ele: “O Silvio Santos acaba de lançar sua candidatura”, aí ele: “acabou a eleição, me f...”. Isso ele estava em alta. “Tá, mas como assim?”. E ele: “É o seguinte: a candidatura do Silvio Santos não vai passar no TSE, ele não vai ser candidato, mas o que vai acontecer é o seguinte, agora era a minha onda, tinha sido a onda do Afif<sup>32</sup>, não sei o que, e essa discussão, isso vai interromper a minha onda, então acabo de perder a eleição”.*

Segundo Conti (1999), a candidatura do dono do SBT surgiu no rastro da crise do PFL e dos ataques de Collor a José Sarney. Atolado no 1% nas pesquisas, e desgostoso com a falta de apoio dos próceres do PFL, Aureliano Chaves foi convencido a retirar sua candidatura em favor de Silvio Santos. A frase: *“Combateremos o veneno com um veneno igual”*, atribuída ao líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha, ficou famosa e é um bom exemplo do que se esperava do confronto entre o midiático Collor e o experiente apresentador de TV.

No entanto, como lembrou Bóris Casoy e previu Mário Covas, uma série de fatos impediram que o embate entre *“O Caçador de Marajás”* e o *“Homem do Baú”* de fato ocorresse nas urnas.

Conti (1999) sugere que pressões, vindas principalmente de pessoas ligadas a Roberto Marinho, fizeram com que Aureliano Chaves desistisse de ceder seu lugar na chapa. Silvio Santos, então, ocupou o lugar de Armando Correa, então candidato do PMB (Partido Municipalista Brasileiro). Como lembrou Casoy, por não haver tempo para se imprimir novas cédulas, quem optasse por Silvio Santos deveria marcar o nome de Armando Correa ao depositar seu voto na urna.

---

<sup>32</sup> Guilherme Afif Domingos era o candidato da Aliança Liberal Cristã (PL – PDC) no pleito de 1989.



Por fim, no dia 9 de novembro de 1989, mesma data em que caia o Muro de Berlim, o TSE impugnou a candidatura de Silvio Santos, alegando que o PMB não realizara o número mínimo de convenções estaduais exigidas pela legislação.

Alguns dias depois do TSE anunciar a decisão, uma quarta-feira, 15 de novembro de 1989, ocorre o primeiro turno da eleição. Nenhum outro cargo estava em disputa naquele pleito. Era uma data histórica. Pela primeira vez os brasileiros escolheriam, por voto direto, o Presidente da República, desde que Jânio Quadros derrotou o marechal Henrique Lott no longínquo ano de 1960.

Urnas abertas, Collor assumiu a primeira colocação com ligeira folga. O grande suspense ficou por conta de quem o enfrentaria no segundo turno, já que as pesquisas de boca de urna apontavam para um empate técnico entre Lula e Brizola. Em uma época pré-urnas eletrônicas, em que o sistema de contagem de votos levava dias, a imprensa escrita, sobretudo os jornais diários, viviam um dilema: afinal, que manchete destacar no dia seguinte ao da eleição?

O fato de Otávio Frias de Oliveira, diretor de Redação da *Folha de S. Paulo*, ter decidido apostar em um segundo turno entre Collor e Lula aparece com destaque na narrativa de Clóvis Rossi. *A decisão corajosa, em alguns momentos me pareceu excessivamente ousada do Otávio, de bancar, no primeiro turno que o segundo turno seria Collor e Lula, quando o Lula e o Brizola estavam “pau a pau” na pesquisa boca de urna, a diferença não permitia você cravar com segurança. Nós fizemos pelo menos umas cinco ou seis reuniões naquela noite do primeiro turno para ver como é que sairia e o Otávio bancou com coragem.*

Na sequência, Rossi fala dos momentos de aflição que viveu enquanto aguardava os números oficiais. *E aí, na apuração, inclusive, não se definia a coisa, ficava ali, Lula e Brizola, lado a lado e eu rezando toda a noite, porque imagina se o Brizola passa o Lula e vai pro segundo turno? O jornal ficaria desmoralizado por ter apostado na hipótese inversa, que acabou sendo verdadeira, graças a Deus.*

Para alívio de Clóvis Rossi, a *Folha de S. Paulo* acertou a manchete do dia 16 de novembro de 1989. Por uma diferença de apenas 0,6% , equivalente a cerca de 254 mil votos (CARNEIRO, 1999, p 19) Lula venceu Brizola e com isso conquistou o direito de disputar o segundo turno, marcado para 17 de dezembro.

O jornalista, no entanto, não participaria desta cobertura. Segundo o próprio Rossi, a impossibilidade de atuar de forma isenta o levou a sair do país. Ao tratar, no próximo capítulo, do governo Collor, veremos que uma situação parecida ira se repetir. *Eu preferi, no segundo turno Collor/Lula, eu preferi cobrir o Plebiscito no Chile, ou a*

*eleição no Chile, não sei. Não, o plebiscito tinha sido em 88, a eleição que pôs fim ao regime Pinochet foi em 89. Eu preferi cobrir a eleição no Chile para não ficar numa campanha em que a Folha iria manter, e acho que fez bem em manter, a sua equidistância, a sua independência em relação aos dois candidatos e eu não podia, eu achava que.. Não por uma questão ideológica, mas por uma questão de caráter, um candidato absolutamente sem caráter que era o Collor e um candidato com todos os defeitos que possa ter, que é o caso do Lula, que tem caráter, então, não dava para você se manter afastado, neutro em relação a eles dois. Essas são as coisas que mais me chamaram a atenção, que mais me marcaram nessa campanha.*

O tema da isenção é recorrente neste estudo. Não é o caso aqui de concluir se a cobertura do processo eleitoral foi prejudicada pelo favorecimento dos donos dos veículos de comunicação em favor de Fernando Collor, ou pela militância pró-Lula de repórteres e jornalistas como defendem outros. A questão a ser destacada está na tensão existente em uma profissão, que, por um lado, propaga o discurso da total imparcialidade, mas por outro, dada a própria natureza de seu exercício diário, toma uma série de atitudes nas quais fatores subjetivos prevalecem.

O jornalista Willian Bonner, um dos apresentadores e atual editor-chefe do Jornal Nacional explica no livro: *Jornal Nacional: modo de fazer* (2009, p.243) porque o telejornal de maior audiência do país não abre espaço para a opinião de seus apresentadores.

Os apresentadores do JN têm opinião? Sim, pode apostar. Sobre todos os assuntos. E as revelamos, sem nenhum problema, nas conversas com amigos, nos encontros sociais e de trabalho. Mas outra coisa é impor essa opinião ao público telespectador sem que ele a tenha pedido. (BONNER, 2009, p. 243)

Acreditar que as matérias exibidas diariamente no Jornal Nacional, como de resto, em qualquer outro órgão de imprensa do mundo, não sejam resultado de conjunto de opiniões e escolhas com algum grau de parcialidade seria negar não apenas a forma como se dá o exercício do jornalismo, mas também a própria natureza humana.

## **2.5 A edição do debate no Jornal Nacional**

A fase final da disputa eleitoral brasileira reservaria, ao menos, duas grandes polêmicas, que ocorreram quase que de forma simultânea, nos últimos dias da campanha: o depoimento de Mirian Cordeiro, ex-namorada de Lula, exibido no

programa eleitoral do PRN, no dia 12 de dezembro; e a edição do último debate dos candidatos, levada ao pelo Jornal Nacional no dia 15 do mesmo mês.

Roberto Pompeu de Toledo lembrou o caso envolvendo Mirian Cordeiro: *Aquele negócio da Mirian, Mirian o que mesmo? Mirian Cordeiro, a filha é Lurian. Quando aparece na televisão, aquilo foi uma coisa tão feia, tão... O personagem estava se desmanchando, já naquele segundo turno o personagem estava se desmanchando. A eleição quase escapou dele por causa disso. A coisa começou a ficar..., a impostura começou a se evidenciar, o que havia de impostor naquele personagem.*

O *Jornal do Brasil* já havia publicado, em abril daquele mesmo ano, uma matéria do jornalista Luiz Maklouf Carvalho dando conta da existência de Lurian, filha de Lula com Mirian Cordeiro (CONTI, 1999, p. 234). Além disso, a menina, de quinze anos, havia participado recentemente da festa de aniversário de Lula realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

No entanto, alguns elementos do depoimento que Cordeiro deu no programa eleitoral do PRN foram chocantes. Entre outras acusações, a ex-namorada de Lula afirmou que o candidato do PT havia pedido que ela realizasse um aborto, pois não estava interessado em ser pai naquele momento. Houve espaço até mesmo para a descrição da cena ocorrida quando Lula visitou a filha pela primeira vez na maternidade. Miriam Cordeiro disse que entregou a recém-nascida nas mãos de Lula e disse: *“Agora você mata porque quando ela estava na minha barriga eu não permiti”*<sup>33</sup>.

Por meio da narrativa, reconstruímos o passado sob o olhar do presente. Natural, então, que Augusto Nunes tenha optado por uma referência relativamente recente ao lembrar o caso Mirian Cordeiro. *O Lula abraçou o Collor, eu nunca imaginei que viveria para ver essa cena, porque eu nunca vi nada mais sórdido do que aquele programa em que o Collor apresentou a Miriam. Como é mesmo o nome da moça?*

Nunes dá sequência à sua narrativa, lembrando, naturalmente, o nome de Miriam Cordeiro enquanto fala: *Beliza Ribeiro, minha amiga, cuidava do programa do Collor. Quem teve a ideia, quem localizou essa Miriam Cordeiro, contratou, levou, foi o Leopoldo Collor. Ele a achou aqui em São Paulo, pegou o Chico Santa Rita, marqueteiro, porque a Beliza falou: “eu não faço, eu não faço esse programa”, eles discutiram muito porque eles estavam desesperados, o Collor tinha começado a cair, ele se elegeu ali, porque deixou o Lula completamente transtornado, porque o Lula*

---

<sup>33</sup> Vídeo disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=\\_JQVLKpBzn0](http://www.youtube.com/watch?v=_JQVLKpBzn0)> . Último acesso em: 18 maio 2011.

*falava que foi o dia mais terrível que já viveu na vida, o dia em que ele viu aquilo, porque a menina o acusava de querer matar a filha.*

Alguns meses depois da eleição, quando Collor já ocupava a Presidência da República, Lula deu uma entrevista no programa *Jô Onze e Meia*, comandado pelo humorista Jô Soares nas noites do SBT. Na oportunidade, ele afirmou que Miriam Cordeiro fora paga pela equipe de Collor para dar seu depoimento. Como, naquela oportunidade, acabara de ser anunciado o Plano Econômico com o qual o governo prometia por fim à inflação, Lula usou uma frase espirituosa para encerrar o assunto: *“Tomara que o dinheiro que ela ganhou com isso tenha sido confiscado na poupança”*<sup>34</sup>.

Havia pouco espaço para humor, no entanto, naquela última semana de campanha. O clima era tenso, a disputa, acirrada. No dia em que o pronunciamento de Miriam Cordeiro foi ao ar, pesquisa do Datafolha chegava a assinalar um empate técnico entre os candidatos na preferência do eleitorado: 46% a 45%. (Conti, 1999, p. 242).

É nesse contexto em que se dá uma das maiores controvérsias envolvendo o jornalismo brasileiro nos últimos anos. *O debate, até hoje, é uma coisa muito discutível. Quer dizer, realmente, da maneira como aparece no Jornal Nacional, a edição do debate, o Lula é massacrado. Ele não foi massacrado, mas ele perdeu*, lembra Roberto Pompeu de Toledo, enfatizando que o exagero com que essa derrota do Lula fora representada terminou por provocar a polêmica: *e edição da Globo acentuou essa coisa, chamou muito a atenção [...] Houve uma seleção criteriosa de todos os momentos em que o Collor realmente foi melhor.*

Ao recordar o episódio, Toledo o situa em um momento específico da história da Rede Globo de Televisão. *A Globo hoje é diferente do que era a Globo do Roberto Marinho. O Roberto Marinho é o grande senhor da imprensa. É o "senhor feudal" e um dos donos da República. Já vinha comandando a República na época, já vinha demonstrando a sua vocação, essa sua vocação não, essa sua preeminência, durante a ditadura e mais ainda na redemocratização, quer dizer, era uma coisa escandalosa. O Sarney consultava o Roberto Marinho para nomear o Ministro da Fazenda. E o Roberto Marinho gostou e apoiou o Collor, quer dizer, ele era o “fazedor de reis”, ele tinha se auto-outorgado essa função.*

---

<sup>34</sup> Vídeo disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=bzKHPVUOdzA> > . Último acesso em: 18 maio 2011.

Um trecho do livro *Além do Feijão com Arroz* (2010 p. 381), autobiografia que o ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega escreveu com Louise Z. Sottomaior e Josué Leonel, vai ao encontro com o que nos fala Toledo. Nóbrega explica que dias antes de ser confirmado como Ministro, recebeu um telefonema do presidente José Sarney instruindo-o a se encontrar com Roberto Marinho na sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro, encontro durante o qual respondeu a uma série de perguntas feitas pelo dono da emissora. O desfecho do episódio segue abaixo:

Ali pelas seis da tarde, apenas uns dez minutos depois de sair do escritório da Globo, fui surpreendido pela minha secretária. “Parabéns!”. Não entendi. Ao questioná-la, contraiu as sobrancelhas, me olhando com ar inquisitivo. Estava em dúvida se eu estava sendo discreto demais ou realmente não sabia. Hesitante, confessou: “Porque o senhor é o novo Ministro da Fazenda”. Ao meu cenho franzido, esclareceu: “Deu no Plantão do Jornal Nacional”. (SOTTOMAIOR; LEONEL; NOBREGA, 2010, p. 381).

No segundo turno das eleições de 1989 foram realizados dois debates, transmitidos em conjunto pelas, à época, quatro grandes redes de televisão do país: SBT, Globo, Bandeirantes e Manchete.

O modelo já havia sido testado no primeiro turno, quando ocorreram quatro encontros nos mesmos moldes. Jornalistas das emissoras se revezavam na mediação de cada um dos blocos dos encontros, que foram transmitidos em *pool* para todo o país.

Collor preferiu não participar dos encontros realizados durante o primeiro turno, que ocorreram sem maiores polêmicas. Mesmo o primeiro debate do segundo turno, entre Lula e Collor, levado ao ar no dia 3 de dezembro, no estúdio da TV Manchete, no Rio de Janeiro, não suscitou grandes discussões no que diz respeito ao tratamento dispensado pela imprensa.

No entanto, como nos lembra Wianey Pinheiro: *o debate que importa é este último da campanha, que aconteceu nos estúdios da Bandeirantes.*

Mergulhemos, pois, nas memórias de Pinheiro e vejamos como o responsável pela supervisão dos telejornais da Rede Globo durante a cobertura das eleições de 1989 constrói a narrativa sobre os momentos que antecederam a veiculação da polêmica edição. *Eu reuni, nos dias anteriores, as equipes de fechamento de cada um dos telejornais e montamos o seguinte: cada telejornal tem que agir independente, em função da disputa que são os tempos apertados. Então, eu falei: “a edição para o Bom Dia Brasil, nós vamos fazer aqui no Rio”[...]e pedi, ao contrário dos debates anteriores, que ninguém assistisse na emissora. [...]Eu fiquei hospedado lá no Marina*

*Palace, no Leblon e fiz o mesmo, pela primeira vez não fiquei, eu ficava na emissora até o Jornal da Globo sair do ar. Fui para o meu hotel, tomei um banho e assisti o debate, fiz minhas anotações e não precisou chegar nem ao meio do debate para eu ter já a certeza que o Lula tinha ido mal, que o Collor foi melhor.*

No dia seguinte, Pinheiro chegou cedo à emissora, pois havia marcado uma reunião com a equipe do Jornal Hoje para passar orientações sobre a produção do resumo do debate, que seria levado ao ar pelo telejornal no início da tarde. *Marcamos sete horas da manhã, o editor de política do Hoje - pois cada telejornal tem o editor disso, daquilo - o editor de política era o Carlinhos Peixoto. Aí eu perguntei: “qual a tua avaliação Carlinhos Peixoto?” O editor chefe era o Edson Ribeiro. Foi unânime, nós todos, a avaliação era aquilo, que o Collor tinha ganhado o debate. Aí ligo para a programação para ver se me davam alguns minutos a mais, porque os tempos dos telejornais são muito cravados, aí me disse o Busoni, o diretor de programação: “agora no Hoje não dá para eu dar nada, você tem que se virar, eu estou me reorganizando para dar uns minutos a mais no Nacional”. Eu falei: “tudo bem, o Nacional é o que importa”. E assim foi.*

O relato de Pinheiro prossegue: *o Carlinhos a cada meia hora me chamava: “E o critério?”. Falei: “o critério é o que nós discutimos: os trechos são mais ou menos esses. E o que não pode? É ter mais tempo para um ou para outro, no caso tem que ter exatamente o mesmo tempo para cada um dos candidatos. Tem réplica? Tem que ter a tréplica” E assim foi, mas muito apertado para fechar, muito material para manipular, tanto é que foi a última coisa que subiu para o controle de exibição lá no Rio.*

Segundo Pinheiro, destinar o mesmo tempo para cada candidato na edição era um dos pontos principais da orientação que passou aos responsáveis pelo trabalho. Isso lembra a declaração de Augusto Nunes, quando afirmou zelar, no Estadão, para que cada candidato ocupasse exatamente o mesmo espaço nas páginas impressas da publicação. Na falta de critérios objetivos a embasar uma atividade tão sujeita ao olhar humano e a suas subjetividades, ambos os jornalistas perseguiram a pretensa isenção jornalística à base de cronometro e régua.

Ao dar sequência à sua narrativa, Pinheiro afirma não ter ficado muito satisfeito com arte, ou seja, os elementos visuais como vinhetas e grafismos que dão acabamento e “embelezam” o produto final. Porém, o tempo era curto e como se não bastasse ter que correr para conseguir produzir o material no horário a ser exibido no telejornal, sua equipe também acompanhava o desenrolar de outro fato que agitou aquela última semana de campanha: a repercussão do sequestro do empresário Abílio Dinis. *A arte se*

*perdeu um pouco, tanto é que no frigar dos ovos, de tanto “tira isso, tira isso”, ficou meio pelado<sup>35</sup> e rolando aquelas outras coisas que eu lhe disse, sequestro do Abílio, e eu recebendo telefonema do João Roberto Marinho: “ah tal, você tá ouvindo sobre o sequestro do Diniz”. Eu falei: “nós estamos ouvindo tudo, João Roberto”.*

O empresário Abílio Dinis, então Presidente do grupo Pão de Açúcar, foi sequestrado no dia 11 de dezembro de 1989. O boato, que chegou a ser noticiado por alguns meios de comunicação, de que o Partido dos Trabalhadores poderia estar envolvido no crime suscitou uma série de acusações de ambos os lados envolvidos na disputa eleitoral.

Wianey Pinheiro, porém, não se aprofunda nesse episódio. O desfecho do sequestro ocorreria no dia seguinte, 16 de dezembro, véspera da eleição, quando policiais finalmente libertaram o empresário.

Em meio à construção de sua narrativa, Pinheiro nos remete a outros acontecimentos daquele dia 15 de dezembro que lhe chamaram a atenção: *me estranha que, por volta de umas dez horas da manhã, não sei de onde, vem lá uma mensagem do Alberico dizendo: “Pinheiro, você já viu a pesquisa que o Vox Populi fez sobre o debate?”. Eu falei: “não, não vi nada”. “Ah, vou te mandar, vou te mandar”. Eu sei que dali a pouco apareceu na minha mesa, lá na redação, uma pesquisa do Vox Populi feita por telefone e claro, o Collor estourado. Aí eu, nos critérios profissionais, lá dentro da Globo, a Globo só dava o IBOPE e o Datafolha, e pesquisa por telefone é uma regra, a gente não usa. E não usei. O Jornal foi para o ar. Ainda no controle, onde eu e meu editor chefe, o Edson Ribeiro, estávamos eu recebi um telefonema do próprio Armando falando: “brilhante o telejornal, assisti junto com a família Marinho, olha quero inclusive que no Jornal Nacional você não mexa na edição, mantenha essa mesma edição para o Jornal Nacional”. E falei: “Armando, primeiro que o Busoni ficou de me dar um pouquinho mais de tempo”, ele falou: “não, você sabe como essas coisas são, use para o resto do noticiário”, “ok, então só vou mexer nas artes, que não deu tempo, só dar uma `emboncadinha`, mas fica do mesmo jeito”. Tudo bem. Terminou o Jornal Hoje, fomos papear, todo mundo gostou do jornal. Ah, ainda na redação, a Alice ligou: “o Armando já falou contigo?”. “Ele acabou de me falar, mudou alguma coisa?”. “Não, ao contrário, eu estou lhe dizendo que é isso, não mexa em nada!”. Eu falei: “não, está tudo bem”. Eu sei que saímos do bar ali onde a gente*

---

<sup>35</sup> Jargão jornalístico para o material que apresenta um acabamento gráfico incompleto.

*frequentava, comemos alguma coisa e eu, às duas horas, tinha reunião com o pessoal do Nacional.*

Encerrado o trabalho em relação ao Jornal Hoje, Pinheiro inicia sua tarde na Rede Globo tendo como foco a edição do Jornal Nacional, que iria ao ar naquela noite. *A equipe do Jornal Nacional é um pouco maior [...] Para vocês entenderem, cada jornal tem o seu editor de assunto, mas cada assunto tem um editor chefe. Então, no caso, na época, economia: a editora que cuidava do Jornal Nacional, Cristiane Caelis, do Jornal Hoje, se eu não me engano era Lúcia Guimarães acho, essa que hoje está em Nova Iorque, não lembro bem. E o chefe deles era o Paulo Henrique Amorim, que era o editor de economia da central. No caso da política, tinha cada um o seu, e o Ronald de Carvalho era o editor de política, muito próximo do Alberico. Bom, aí na reunião do Jornal Nacional, eu cheguei para o Carlinhos, ele cheio de anotações, falei “você é um sortudo mesmo”, aí contei o episódio, que foi para o ar, que todo mundo gostou. “Então, o que você vai fazer? Vai cuidar basicamente da arte. Chama o Delfim Fujifara, que era o chefe da arte, vamos discutir aqui, pois vai ter tempo para fazer tudo bonitinho”. E o dia rolando, Abílio, isso, e não sei mais o que. Aí recebo um telefonema da Alice me dizendo: “O Alberico ligou, falou que você não deu uma pesquisa que ele pediu para dar”. Aí eu contei para ela e ela: “ah, então fez certo, pensei que era uma pesquisa do IBOPE”.*

Pinheiro se recorda, repentinamente, de outro fato, que passa a narrar: *ah, um outro episódio ainda no Hoje. Por uma decisão do pessoal do Esporte, eles tinham feito uma coisa que se eu tivesse sido consultado antes eu não recomendaria, mas fizeram, porque o “esporte” às vezes tem até uma certa inconsequência. Eles botaram uma urna em cada um dos grandes clubes cariocas: Flamengo, Botafogo, Vasco etc. E pediram para os jogadores votarem. E o que acontece? O pessoal do Globo Esporte chegou lá, Ricardo Pereira que era o editor chefe: “Pinheiro, olha, estou com esse negócio aqui”. Eu falei: “olha, bota aí no teu programa que eu acho que aqui não me agrada muito”. Sei que rolou, isso de manhã, antes do Hoje ir para o ar. Dali a pouco volta o Ricardo e fala: “Pinheiro, só para você saber, em só dois dos times o Collor tinha ganho, o Alberico soube, ligou aqui, disse para não dar”. Aí eu só liguei para lá e falei com a Alice, “teve isso, eu já não iria dar mesmo no Hoje, mas é só para ficar registrado”.*

Feito o registro, Pinheiro retorna à narrativa sobre o Jornal Nacional: *aí vamos para o Nacional, rolando o dia, tudo que está acontecendo e tem um horário, em*



*função do deadline<sup>36</sup>, lá no Rio, até hoje é assim, é um corredor grande com ilhas de edição dos dois lados. Eram, não sei se aumentaram, dez ilhas de edição. E o Otavio Tostes, do Jornal Nacional, estava lá na ilha 10, que é a última do lado esquerdo, e o que acontece? É comum, desde a minha época anterior, e acho que até hoje é assim, vai dando o deadline, no nosso caso, na época o jornal entrava cravado às oito horas da noite, hoje mudou o horário, então o que acontece? O último horário de subir lauda, texto para os locutores, na nossa época Cid Moreira e Sérgio Chapelin, era sete e meia e o último momento de subir VT, com matérias, era quinze para as oito, porque dava tempo de checar, botar tudo no ponto e fazer as coisas. Então em função disso quando dá umas 7h15, normalmente, o editor chefe, no meu caso era o Fabio Peres, fomos os dois dando “esporro” nas ilhas: “olha, acaba ou vai derrubar”. Eu lembro que na ilha que cuidava da sessão internacional, alguém me chamou, eu perdi um tempinho e estava na ilha mexendo com noticiário internacional, veio o Tostes, um cara grandão, gordão, cabeludo, assim esbaforido: “Pinheiro, Pinheiro, eu não vou conseguir subir o VT”. “Por quê?”. “Não, é que desceu, pensei até que tinha passado lá com você na redação, desceu o Alberico e o Ronald e pediram mil modificações no VT. “Mas quais modificações?”. “Não, já fiz um pedacinho e tal”. Ai fui lá na ilha, ele me mostrou, só pelos dois minutos que eu consegui ver deu vontade de quebrar tudo”.*

Ao ver que a edição preparada para o Jornal Hoje fora modificada, Pinheiro diz ter ficado tão furioso, que teve de ser contido por quem estava próximo. *O Fabio Perez foi querendo me segurar, sabia como eu era. Aí liguei para o Armando, falei: “Armando, aconteceu um negócio de uma gravidade que eu não sei como descrever, não dá tempo nem de voltar ao que era original, a não ser que a gente pegue o próprio Hoje que está feio, ou de refazer o que foi pedido aqui. Eu não concordo com absolutamente nada do que foi modificado”. “Me dá um minuto”. Aí ele desligou. “Dá para você subir aqui na minha sala?”. Eu falei: “Armando, eu não quero contemporização. Ou eu vou botar o Jornal que eu acho que tem que ir para o ar, ou alguém vai botar, eu não vou botar isso”. “Pinheiro, se acalme, não sei o que, o momento é muito grave”. Bom, a conclusão é que quando termina esse telefonema, está a Alice, que me pega pelo braço, falou alguma coisa com o Fabio Peres e me levou para a sala do Globo Repórter, que sobe umas escadinhas assim à esquerda. Aí cheguei lá, estava o Jorge Pontual, o então diretor, esse que é correspondente lá fora, era o diretor do Globo Repórter na época, estava o Narciso Calile, recém falecido, que*

---

<sup>36</sup> Prazo final para a conclusão das matérias que irão para o ar no jornal

*cuidava do Fantástico e não sei mais quem. Eu falei: “eu preciso...”. O Alberico ficava no oitavo andar, nós estamos falando do térreo e sobreloja: “Preciso subir lá para dar uma porrada na cara dele senão eu vou morrer aqui”. Aí fica, segura daqui, segura de lá e tal.*

A reação à versão exibida no Jornal Nacional daquela noite foi imediata. Pinheiro lembra que mesmo artistas da própria Rede Globo organizaram um protesto na emissora. *Peguei um taxi e fui para o meu hotel, depois chegaram lá essas mesmas pessoas, meus amigos que me acalmaram. Bom o que aconteceu? Imediatamente após o Jornal ir para o ar, houve uma insatisfação tremenda dentro da Globo. A Globo lá no Rio tem uma entrada pela Rua Jardim Botânico e pela Lopes Quintas, aí você vira assim, tem outra entrada pela Von Martius, pela Von Martius entrava o mundo artístico, os caras da novela, shows e tal, e aqui entrava jornalismo. Tanto é que alguns minutos depois, estavam na portaria, era comandado inclusive pelo Roberto Talma, vários artistas famosos, xingando, foi um negócio muito ruim. Isto fez com que, lá para cima, no comando da empresa, a coisa pegasse mal.*

Pinheiro se recorda, ainda, de mais uma conversa que teve com Armando Nogueira, naquela mesma noite. *Mas aí eu estou no hotel conversando, eu não ouvi, eu não vi o jornal no ar, não vi, e o povo estava lá, até quem atendeu o telefone foi o Pontual, falou: “É o Armando querendo falar contigo”. Aí eu falei “Armando, pode dizer o que você quer, a única coisa é que eu agora não consigo voo, mas amanhã a primeira coisa que eu vou fazer é pegar um avião e ir para São Paulo”. “Não, você não pode fazer isso comigo agora, eu não posso lhe falar tudo, mas temos que resistir, não sei o que, não sei o que...”, Aí eu falei: “olha, duas alternativas, ou você me deixa ir embora para São Paulo ou você vai garantir que até a eleição, que era dali a três dias, o Alberico não aparece, idealmente, na empresa, segundo, não pode aparecer na redação que vai dar m.... Se o Ronald Carvalho aparecer, a mesma coisa, e que eu possa praticar o que justifica esses meus quinze anos aqui na empresa que é a minha dignidade profissional”. “Faça tudo isso que eu lhe garanto”. E assim foi, mas um negócio muito “buxixado”, a imprensa noticiando todas as coisas, ficou muito ruim. A eleição veio, foi o que foi, o Collor ganhou e terminado eu voltei para São Paulo.*

Pinheiro lembra como foi quando retornou à Globo no dia seguinte à exibição da edição do debate no Jornal Nacional. *Eu sei que teve insatisfação dentro da própria redação, que eu controlei. Eu falei: “eu não vim aqui a pedido do Armando e da Alice para ficar alimentando nossos ódios, então vamos fazer o que tem que fazer”, enfim,*

*dei também um chega para lá. Ninguém mais insatisfeito do que eu com toda esse episódio, acho que a gente prestou um desserviço ao país e ao jornalismo brasileiro.*

Questionado se a ordem para que fosse realizada uma segunda edição do debate partira de Roberto Marinho, Pinheiro é enfático. *A esta altura eu não tenho a menor dúvida, não digo uma ordem, depois quando vem a demissão de todo mundo da Central de Jornalismo, do Armando e da Alice, de todos nós, o Dr. Roberto Marinho chegou a dar declarações assumindo que era orientação dele. Mas eu digo que todo o processo foi desenvolvido pelo Alberico, foi conquistando o Dr. Roberto, com seu jeito mineiro e tal, os outros filhos, e uma empresa que já tinha uma memória ruim quanto à isenção no jornalismo, aí vive um período bom de isenção no jornalismo, depois deixa tudo a perder. Eu até escrevi uma carta para o Dr. Roberto onde eu pondero tudo isso, mas já depois de ter saído da Globo.*

Por fim, Pinheiro se diz contrário à atual regra interna da TV Globo que proíbe a edição de debates. *O povo não é obrigado a assistir duas horas de debate, o trabalhador brasileiro, o povo, assiste o Jornal Nacional. O Jornal Nacional tem obrigação sim, e competência, tem que ter competência para fazer direito, com dignidade, com procedimentos jornalísticos. No mundo inteiro se faz resumo de debate. Isso é uma balela. Critico até meu amigo Carlos Henrique Schoreder, que hoje dirige a central, que embarcou nessa tese, eu não concordo nem um pouco. Não. É tirar do espectador, no caso da televisão, do leitor, no caso da imprensa escrita, uma informação que ele precisa, que é o resumo de um debate. Se você não tiver a tendência ideológica, se você não tiver pré-disposição de distorcer, tem como fazer sim um bom resumo do debate.*

Em seu depoimento, Augusto Nunes também citou as duas versões do debate exibidas pela Rede Globo. *É verdade que a edição do debate feita pela Globo favoreceu o Collor e foi feita pra isso, agora, também é verdade que o Collor ganhou o debate, porque você não inventa uma edição. Eles exageraram: a vitória tinha sido 2 a 0 e eles puseram 12 a 0.*

Em outro momento, Nunes retoma o tema: *pegou muito mal para a imagem da Globo, mas onde começou o erro? A primeira edição do debate, feita pelo Chico Wianey Pinheiro, que era petista declarado, dava empate. Pelo menos empate, quando estava errado, porque o Collor ganhou.* Segundo Nunes, tanto a edição levada ao ar pelo Jornal Hoje, quanto a veiculada pelo Jornal Nacional apresentavam problemas. *As duas estavam erradas, a primeira gerou a segunda. E o Roberto Marinho é o menos envolvido nisso. Ele nem viu direito. Os caras falaram para ele: “houve isso”. “Então*

*equilibra”. Sempre quem faz o serviço sujo é o jornalista, vou repetir isso, sempre a culpa é nossa, o patrão, ele dá ordens genéricas, alguém falou para o Roberto Marinho, imagino que no seu material, você tem isso já desvendado, alguém falou: “essa edição que saiu no Jornal Hoje está errada porque o Collor ganhou”. Eu tenho certeza que o Roberto Marinho não viu antes de dar a ordem assim: “então equilibra à noite”. Mas aí doutor, você fala para um puxa saco equilibrar, ele vai para o extremo oposto.*

Após ter assistido várias vezes a polêmica edição, Milton Coelho da Costa, acredita que o medo que Lula causava pode ter sido determinante para que a edição fosse levada ao ar daquela forma. *É engraçado, mas pode ter sido das pessoas que estavam dirigindo o grupo, influência ideológica: “não podemos deixar esse maluco ganhar a eleição”, eu não sei, não posso dizer, mas obviamente houve, não tenho dúvida, pelo o que eu já ouvi, houve malandragem ali na edição final do debate.*

Em outro trecho de seu depoimento, Coelho afirma: *está certo que houve, já está certo que houve pessoas que participaram daquilo. A Globo agiu decisivamente para a vitória do Collor.*

Augusto Nunes discorda. *Não foi a Globo que decidiu a eleição, foi o mau desempenho do Lula, e foram esses detalhes, porque ele foi muito mau no último debate, nos outros ele ganhou, mas ele perdeu o último porque o Collor tinha um trunfo devastador. Ele já tinha desmoralizado o Lula com a história da Mirian Cordeiro e ainda iria falar que ele tinha uma namorada, e falaria porque ele estava desesperado, o Collor era um cara de 40 anos disposto a tudo.*

Em entrevista publicada no livro *Complexo de Clark Kent: são super-homens os jornalistas?* (VIEIRA, 1991, p.64), questionado sobre sua versão para os acontecimentos relacionados ao debate, o jornalista Alberico Souza Cruz afirmou:

*É preciso deixar claro que não participei da edição do debate a que você está se referindo, eu estava em São Paulo e cheguei ao Rio de Janeiro quando tudo já estava em andamento. O que deve se colocar nesta questão, de qualquer maneira, é que a edição do Jornal Nacional era correta do ponto de vista jornalístico: houve um debate em que um ganhou e outro perdeu, e uma edição correta precisava demonstrar isso.*

No Jornal Nacional daquele dia 16 de dezembro de 1989, logo após a exibição da edição modificada do debate, o apresentador Cid Moreira fez uma pergunta para o

telespectador: “*E quem venceu o debate?*”<sup>37</sup>. Na sequência, o apresentador informa que, segundo dados de pesquisa do Instituto Vox Populi, a maioria dos entrevistados julgara que o melhor desempenho havia sido o de Collor, que também apresentara as ideias de forma mais claras e era o mais preparado para governar.

Por fim, Cid Moreira afirma: “Ao transmitir o encontro com os presidencialistas a televisão cumpriu mais uma vez o seu papel na democracia”.

No dia 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente da República em uma disputa acirrada. A diferença entre o presidente eleito e seu adversário nas urnas foi de apenas 5% dos votos válidos (MELO, 2007, p. 162).

O episódio sobre a edição do último debate dos candidatos à presidência da República em 1989 está inserido em uma discussão que engloba o fazer jornalístico como um todo, afinal de contas sempre que produz uma matéria jornalística, este profissional está realizando uma edição daquilo que procura reportar.

Até mesmo a denominação dos próprios cargos que compõem uma redação, com editores, sejam eles assistentes ou chefes, faz referência a essa característica.

Por mais que se busquem critérios objetivos, a atividade jornalística traz em si um alto grau de subjetividade. No entanto, manuais de redação são categóricos: “faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (MARTINS, 1997, p. 17). É a tensão entre este discurso e aquela prática que emergem as grandes questões suscitadas nas narrativas aqui expostas.

---

<sup>37</sup> Vídeo disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,5270-p-21752,00.html>>. Último acesso em: 28 dez. 2012.

## CAPITULO 3-A IMPRENSA, O GOVERNO E O *IMPEACHMENT*

O objetivo deste capítulo é apresentar narrativas de jornalistas sobre o período entre a posse e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, estendendo-se de 1990 a 1992.

Mais uma vez, a intenção é construir um painel de lembranças acerca dos episódios que marcaram o período, sempre a partir do ponto de vista de nossa comunidade de jornalistas, o que também contribuirá para que melhor compreendamos a visão que esses mesmos jornalistas têm da profissão e de seu papel no mundo contemporâneo.

### 3.1 O confisco

Depois que Jânio da Silva Quadros recebeu a faixa presidencial de Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1961, o Brasil precisou esperar por quase 30 anos para acompanhar novamente uma cerimônia de posse de um Presidente da República eleito pelo voto direto, o que só voltou a ocorrer no histórico dia 15 de março de 1990, quando Fernando Affonso Collor de Mello recebeu a faixa presidencial das mãos de José Sarney.

Os ataques que sofreu durante a campanha eleitoral, não impediram que Sarney atendesse a uma solicitação da equipe de transição de Collor. Dois dias antes da cerimônia, o presidente em fim de mandato decretou feriado bancário no país (CARNEIRO, 1999, p 55). Os serviços só seriam reestabelecidos no dia 19 daquele mês.

Não foi preciso esperar até lá para saber como o novo governo iria colocar em prática uma de suas principais promessas de campanha: o combate à inflação. Já no dia seguinte à posse, em meio a uma tumultuada entrevista coletiva, a nova equipe econômica anunciou o que ficou conhecido como Plano Collor<sup>38</sup>.

Entre as vinte medidas provisórias e os três decretos anunciados, o que causou mais polêmica, compreensivamente, foi o congelamento, por 18 meses, dos ativos excedentes a 50 mil cruzados novos (cerca de 1.250 dólares na época). Na prática, o

---

<sup>38</sup> Carvalho (1996, p. 286) lembra que o programa econômico tinha o nome oficial de Plano Brasil Novo, quase nunca utilizado. Plano Collor foi o nome que prevaleceu, em geral designando só o bloqueio dos haveres financeiros, sem referência ao amplo leque de medidas de finanças públicas, política de rendas, política cambial, comércio exterior e administração pública.

governo efetuava o confisco de dinheiro depositado na caderneta de poupança e em conta-correntes em todo o Brasil.

Roberto Pompeu de Toledo, ao buscar em sua memória lembranças sobre o governo Collor, foi taxativo: *foi um governo grotesco, grotesco, desarticulado e que recebeu seu golpe de morte no primeiro momento ao adotar o plano econômico errado, com pessoas erradas.*

O anúncio do plano econômico também está presente na narrativa de Clóvis Rossi. Conforme já fizera quando se ateu ao período eleitoral, o jornalista voltou a enfatizar sua dificuldade em ser isento quando se tratava de temas relacionados à figura de Collor. Mais uma vez observamos como a crença na possibilidade da isenção é forte em seu discurso. *Eles chamaram um grupo de jornalistas ao Palácio do Planalto no dia em que foi lançado o plano para que a Zélia e os seus assessores, o Ibrahim Eris, que era presidente do Banco Central e o Antônio Kandir, que antes e depois viria a ser editorialista da Folha, explicassem o plano. Eu fui chamado com um grupo pequeno de jornalistas e me pareceu uma coisa... Sei lá, eu volto a dizer, eu não tenho a menor boa vontade, porque, de repente, podia ser o melhor plano do mundo, concebido pelo Espírito Santo e eu acharia uma m...*

Augusto Nunes foi outro que falou sobre o assunto. Ele lembrou aspectos positivos em termos de abertura econômica, mas destaca, assim como Toledo, que Collor e sua equipe não estavam preparados para o essencial: o combate à inflação: *O Collor teve um lado modernizador muito bom e interessante, porque ele era um cara cosmopolita, o Brasil não tinha nem cartão de crédito, não valia no exterior, ele abriu isso, ele abriu, ele abriu a economia, mas não tinha um plano contra a inflação e quem não tivesse plano contra a inflação estava condenado, tanto que a coisa só se resolveu com o Plano Real”.*

Para entendermos melhor a afirmação de Nunes, é preciso contextualizar o que a inflação representava para a população brasileira naquele momento. Mirian Leitão, em sua obra *Saga Brasileira – a longa luta de um povo por sua moeda* (2010) utiliza uma série de exemplos retirados do cotidiano de pessoas comuns para dar dimensão ao que significava conviver com uma taxa inflacionária que atingiu inacreditáveis 1.764,9% ao ano durante o governo Sarney.

Por incrível que pareça, o plano que desorganizou a vida e anarquizou projetos pessoais de todos os que tinham dinheiro aplicado no banco acabou sendo aceito, no primeiro momento, com certo fatalismo. Collor disse que aquela era a última e única medida possível para

livrar o país do pesadelo inflacionário. Os brasileiros estavam exaustos daquela inflação. Prisioneiros de escolhas trágicas, aceitavam aquele horror econômico como pacientes de câncer que aceitam quimioterapia. Depois do sonho desfeito do Cruzado, tinham aprendido que não há cura sem dor. Só que aquela dor era demasiada e não levou à cura. (LEITÃO, 2010, p. 171)

Bóris Casoy, ao falar sobre as medidas econômicas - e também administrativas - colocadas em prática por Collor, segue a linha de Augusto Nunes, lembrando os benefícios que a abertura trouxe ao país. Casoy, porém, não cita a inflação e sim os atritos com o empresariado local como uma, dentre muitas outras, causas que levariam à derrocada do governo pouco menos de dois anos depois. *O Brasil era um país fechado para o exterior, com grande parte do empresariado muito acomodado. Você não importava uma agulha, nada, era rígido, você não importava nada [...]. Todo mundo se acomodou, a indústria no exterior ficou anos luz acima do Brasil. Então ele abriu uma frente de luta efetivamente econômica contra a Federação das Indústrias de São Paulo, que era o órgão representativo, a CNI ainda é mais fraco que a FIESP, abriu uma guerra contra a FIESP, que foi inclusive verbalizada contra o presidente da FIESP, que era o Mário Amato, tiveram brigas. Abriu uma frente contra a Federação do Comércio, porque essa abertura comercial para importação, que ele fez, era vitriólica para esse pessoal, esse pessoal não tinha condições de concorrência com o que vinha do exterior, até porque os custos de produção aqui eram altos. A indústria estava estagnada.*

O anúncio oficial do Plano Collor foi transmitido ao vivo por emissoras de TV. Segundo Leitão (2010, p. 167) “Jornalistas de economia no Brasil já viram muitos erros de comunicação no Ministério da Fazenda. Nada foi pior do que a entrevista concedida naquele dia 16 de março”.

*Os caras são loucos.* É assim que Clóvis Rossi descreve o que pensou ao acompanhar o anúncio da equipe da ministra. Ele ressaltava também estranhar que o Congresso Nacional tenha compactuado com medidas tão pouco afeitas aos preceitos que regem o liberalismo econômico. *É curioso. Alguns parlamentares que se dizem liberais, portanto totalmente contra qualquer intervenção do estado ou no que quer que seja, votaram a favor de um plano que era uma maciça intervenção do estado na economia de todo mundo, meteram a mão no bolso de todos os cidadãos brasileiros, no entanto votaram a favor. É um país tão... esse pessoal é tão sem... sei lá como dizer para não parecer excessivamente ofensivo, mas tão sem noção das coisas, que vota a favor daquilo que contraria profundamente o que eles, da boca para fora, dizem que o Estado não deve fazer.*



Observa-se que nenhum dos entrevistados incluiu em sua narrativa a própria experiência pessoal com o confisco, ou seja, que consequência prática o episódio que mexeu com milhões de brasileiros teve em suas vidas particulares. Quando foram instigados a falarem de suas próprias vidas, no primeiro capítulo, notamos que as narrativas tinham um maior teor descritivo. Ao passar a tratar do “período Collor”, nossos depoentes passaram a ser mais analíticos, opinando não apenas sobre a atuação da imprensa, bem como sobre a do próprio governo.

A memória é construída no presente e, hoje, até pelo momento em que se encontram em suas carreiras, nossos depoentes estão mais acostumados a fazer análises do que reportar acontecimentos.

### 3.2 Mudanças na Central Globo de Jornalismo

Enquanto o país tentava se acostumar com as novas regras da economia, Wianey Pinheiro vivia seus últimos momentos como funcionário da Rede Globo. A origem dos fatos que levaram a seu desligamento, no entanto, datam do ano anterior.

Depois da cobertura das eleições de 1989, Pinheiro voltara a dirigir o jornalismo da emissora em São Paulo. O episódio da edição do debate, porém, ainda causava repercussão. *Ficou aquele impasse: eu aqui dirigindo o jornalismo em São Paulo, a imprensa muito atrás de mim, porque querendo ou não o pessoal dentro da Globo avisava: “olha, o Pinheiro está muito irritado com tudo isso”.*

O jornalista lembrou que desde o fim do segundo turno, vinha sendo procurado por muitos órgãos de imprensa para dar a sua versão dos acontecimentos, porém, preferiu permanecer calado: *primeiro porque era recomendação mesmo da Globo “jornalismo não fala” e porque não sou de falar mesmo.*

Pinheiro passa a narrar, então, uma conversa que teve com o diretor da Central Globo de Jornalismo, Armando Nogueira. *Eu ligo para o Armando, falo: “Armandão, e aí?”. Ele falou: “olha, estou indo para Nova Iorque, onde está o Boni, vou voltar de lá com uma estratégia segura. O Alberico, tenho certeza, não vai te perturbar”. E realmente o Armando foi. Um ou dois dias depois, estive lá com o Boni, voltou, eu soube, fiquei monitorando, uns 15 dias depois ele voltou. Aí nada de falar comigo. Eu falei com a Alice e a Alice: “está tudo estranho. O Armando não tem vindo à empresa e tal”. Aí eu liguei para o Armando na casa dele, no apartamento na Lagoa, falei: “Armandão, dá para tomar um café aí?”. “Dá Pinheiro, vem cá”. Senti a voz muito abatida.*

Ele segue seu relato: *liguei para Brasília, para o diretor de jornalismo lá, o equivalente a mim aqui, que era o Gilney Rampazzo. Falei: “Gilney, vamos na casa do Armando.”. Combinamos. Três horas depois eu estava desembarcando no Santos Dumont. Fomos lá, chegamos lá o Armando estava lá “caidão” no sofá, eu o cumprimentei, passei a mão na cabeça dele e falei: “Armandão, eu imagino o que está se passando por aí, mas eu queria que você me poupasse até de fazer coisas que compliquem ainda mais uma situação que está complicada, sabe o que eu quero Armandão? Quero que você me demita”. Eu estava ainda em pé. Ele me puxou pela mão, me sentou do lado dele e falou assim: “o problema é que eu acho que a essa altura eu não tenho autoridade nem para te demitir”. Foi a última coisa que eu ouvi do Armando. Falei: “Parceiro, fica bem, eu vou resolver esse problema”.*

Pinheiro retornou para São Paulo e entrou em contato com Sônia Apolinário, da Folha de S. Paulo, uma das jornalistas que tanto o havia procurado para repercutir o episódio do debate. *Não ficamos cinco minutos, eu e o Gilney, na casa do Armando. Fui para o aeroporto, cheguei aqui à noite. Aí perguntei para a secretária: “Vanda, quem está me ligando dos jornais?” Ela falou: “aquele povo todo, mas a que mais liga é a Sonia Apolinário da Folha de S. Paulo”. Falei: “pode ligar para ela”. Aí ela [a jornalista]: “você vai me atender, finalmente, ainda bem que você voltou” E eu falei: “pergunte tudo com objetividade, que eu vou responder”. Ela fez uma longa entrevista comigo.*

Nesse momento, Pinheiro tenta recordar o nome do então editor de política da Folha de S. Paulo, um amigo que, ao saber do conteúdo de suas declarações, resolveu se assegurar quanto à vontade de Pinheiro de vê-las publicadas. *Grande amigo, hoje é o chefe da sucursal do Estadão no Rio. Como é que eu vou lembrar o nome dele? Foi o primeiro, segundo ombudsman da Folha, me apagou agora. Ele era o editor de política e a matéria foi para o caderno de política. Ele me ligou: “Pinheiro, me desculpe, a Sonia é uma boa repórter, mas eu estou aqui pasmo com as suas declarações, isso aqui vai significar a sua demissão”. Eu falei: “olha, vamos recuperar então o que foi mesmo que eu não falei para Sonia”. Aí contei o rápido episódio da conversa com o Armando. Ele falou: “pô, você tem certeza? Não quer repensar?”. Eu falei: “não”.*

A matéria com a entrevista de Wianey Pinheiro foi publicada pela *Folha de S. Paulo*, no dia 5 de abril<sup>39</sup>, com o título: “Diretor em São Paulo revela mudanças na TV Globo”. Nela Pinheiro afirma que o novo homem forte da Central Globo de Jornalismo era Alberico Souza Cruz. Abaixo segue um trecho da matéria:

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1990/04/05/2/>>. Último acesso em: 22 nov. 2012.

Pela avaliação de Pinheiro, que há 11 anos trabalha na Globo, a mudança “significa que a empresa se rendeu de uma maneira declarada ao governo Collor porque Alberico tem sido, ao longo desse tempo, o principal articulador dos interesses do novo governo dentro da Globo”. (*Folha de S. Paulo*, 5/04/1990, p. 11).

*No dia seguinte veio já o telefonema do departamento pessoal pedindo para eu passar lá conta Pinheiro, informando que Alice-Maria Tavares e Armando Nogueira - cada um deles com mais de 25 anos de serviços prestados à Rede Globo de Televisão - também deixaram a emissora.*

Com as demissões consumadas no alto escalão da central Globo de Jornalismo, Sandra Apolinário retomaria ao tema no dia seguinte, em matéria publicada na página 10 do caderno de política da *Folha de S. Paulo*<sup>40</sup>. Com o título “Alberico Cruz assume jornalismo da TV Globo”, a jornalista informa sobre as mudanças na cúpula da emissora, diz que Pinheiro fora demitido, por justa causa, devido à entrevista publicada no dia anterior e, ao narrar os últimos momentos do embate entre Nogueira e Souza Cruz nos bastidores da emissora, afirma que este último “como nenhum outro jornalista, tem trânsito livre no Planalto”. A matéria traz ainda um quadro com uma entrevista com Roberto Marinho. Lá aparecem perguntas como: “É verdade que o senhor demitiu Alice-Maria porque ela apoia jornalistas petistas que trabalham na rede Globo?”. Questionado sobre o porquê da escolha recair sobre Souza Cruz, Roberto Marinho foi sumário: “Escolhi porque quis. Achei interessante. Achei bom. Acho que você já tem as informações suficientes”.

Alberico Souza Cruz permaneceu no comando da Central Globo de Jornalismo até 1995<sup>41</sup>.

Entre outras discussões, podemos utilizar a narrativa sobre a ascensão de Souza Cruz ao comando do jornalismo da Rede Globo para discutir as relações entre a imprensa e o poder político. Uma matéria positiva para determinado político, por exemplo, pode significar acesso mais fácil a determinada informação e, conseqüentemente, mais prestígio, isso sem falar de outras benesses possíveis. Junte a isso o interesse das empresas de comunicação em manter boas relações com o governo e temos um quadro muito distante da idealização da imprensa como ente independente.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1990/04/06/2/>>. Último acesso em: 22 nov. 2012.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-258918,00.html>>. Último acesso em: 22 nov. 2012.

O jornalista Mino Carta, no prefácio que faz à obra *A Regra do Jogo*, de Claudio Abramo (1997, p. 11) afirma:

A imprensa brasileira serve o poder porque o integra compactamente, mesmo quando no dia-a-dia, toma decisões contra o governo ou contra um ou outro poderoso, as conveniências de todos aqueles que têm direito a assento à mesa do poder entrelaçam-se indissolivelmente. (CARTA, 1997, p. 11).

### 3.3 A invasão à *Folha de S. Paulo*

Clóvis Rossi abordou em sua narrativa um episódio que ocorreu ainda nas primeiras semanas do novo governo: o dia em que a *Folha de S. Paulo* teve sua sede invadida por agentes da Polícia Federal. *Vem um grupo de policiais, invade aqui este andar inclusive*<sup>42</sup>. *O Seu Frias não estava, acabei eu recebendo, eu e a Vera Lia, que é a secretária do Seu Frias, recebendo o delegado, armado e tal. Aquela coisa espalhafatosa me lembrou, isso eu até escrevi, me lembrou o episodio da invasão da redação do Estado pelo pessoal do DOI-CODI, que vinha buscar os comunicados que a guerrilha distribuía quando sequestravam embaixador, quando sequestravam diplomata. Num caso específico, sequestrou um cônsul japonês em São Paulo e eles avisavam a nós da redação do Estado primeiro do que avisavam a repressão. Claro, não teria porque eles avisarem a repressão. E a gente ia buscar, lia, sabia do que se tratava, chamava a polícia e dizia: "está aqui, se vocês quiserem vir buscar...", e aí eles vinham, com toda truculência, como se nós tivéssemos emitido o comunicado da guerrilha [...]. A invasão da Folha foi mais ou menos nesse esquema de truculência. Tanto é que o Otávio escreveu depois um texto comparando o Collor ao Mussolini. A Folha fez uma sequência de fotos, comparando os estilos, a coisa gestualística, a coisa física do Mussolini e do Collor, que me parece adequada a comparação, porque foi realmente uma coisa boboca, sem sentido. Você acha que eles vão intimidar a Folha com problema de fatura, sei lá qual era a razão oficial.*

De acordo com Conti, (1999, p. 305) o pretexto da ação realizada no dia 24 de março de 1990 era averiguar se a empresa estava cobrando em cruzados novos ou em cruzeiros as faturas publicitárias referentes à primeira quinzena de março. A Folha, seguindo a orientação da Associação Nacional de Jornais, da Associação Nacional de Editoras de Revistas e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão,

<sup>42</sup> A gravação do depoimento de Clóvis Rossi ocorreu no 9º andar do Prédio localizado na Rua Barão de Limeira em São Paulo.

fizera as cobranças na nova moeda, o cruzeiro. Usara o mesmo critério de todos os jornais, revistas e emissoras de televisão e rádio, mas foi o único órgão de comunicação a ter os arquivos contábeis vasculhados.

Clovis Rossi lembrou também ter participado da entrevista coletiva em que a Polícia Federal deu sua versão para o ocorrido. *Depois houve uma entrevista coletiva do delegado da Polícia Federal aqui de São Paulo. É mentirosa. Eu fui fazer a entrevista, presenciei a invasão e ele disse coisas que não correspondiam aos fatos e eu contestei na hora e ficou por isso mesmo.*

Boris Casoy também abordou a ação da Polícia Federal na Folha e o fez ao contextualizar “uma certa arrogância” do presidente eleito e o despreparo de seus principais assessores. *Foi uma bobagem do Collor, mal feito, mal executado. Entraram na redação, dessas bobagens, mas isso também calou profundo na Folha. Isso também são coisas da inabilidade total, do não ouvir... Ele era... As pessoas, a maioria das pessoas que o cercavam eram provincianas.*

Percebemos uma diferença de abordagem nas narrativas de Rossi e Casoy. Enquanto o primeiro compara a ação da Polícia Federal à repressão da ditadura militar iniciada em 1964, o segundo a define como uma mera “bobagem”.

Rossi sentiu o episódio como sendo um ato violento, autoritário. Casoy também discordou do ocorrido, reconheceu um exagero, mas não atribuiu a ele o impacto do autoritarismo. São diferentes sujeitos de uma mesma história. A percepção de cada qual demonstra como o conjunto social é formado por fissuras, diversidades e sentidos diferentes para as experiências sociais.

### 3.4 PC Farias nas capas das revistas

Bob Fernandes iniciou seu relato sobre o governo Collor lembrando os passos que o levaram a confirmar a existência de casos de corrupção envolvendo o novo governo. *Às vésperas da posse, eu estava em férias na Bahia. Quando eu volto na redação, o Negreiros, que era meu sub, e o Inácio Muzzi, estavam lá, acho que os dois, e eles falaram assim: "Bob, tem um cara aqui, um empresário, ele quer falar contigo por causa de uma matéria, chama Luiz Estevão". Eu falei: "quem é?". "A gente publicou uma matéria quando você estava de férias e ele quer se explicar". Eu falei: "tudo bem, eu falo com todo mundo, eu recebo todo mundo, manda o cara entrar". Aí entra e eu não tinha cabelo grisalho, eu tinha cabelo preto, magrelo, o Negreiros tinha*

*o cabelo já grisalho, o outro era careca. Então ele entrou e falou "Bob", se dirigindo a um dos dois, achando que o chefe era um dos mais velhos.*

Esclarecida a confusão, Fernandes, que aos 35 anos dirigia a sucursal de Brasília da ISTOÉ, prosseguiu a conversa. *Ele: "veja bem, eu não quero reclamar, mas quero fazer uma observação e colocou as coisas dele lá", e eu falei: "tudo bem, o que você quer?". E ele: "só queria que você soubesse...".* *Aí começou a ser um cara que era fonte de vez em quando.*

Passado algum tempo, Fernandes conta que recebeu uma ligação de Estevão. *Sexta ou sábado me liga Luiz Estevão dizendo: "Bob, o Claudio Humberto está se queixando..." e iria tomar posse na semana seguinte, ou dali a 15 dias "está se queixando, dizendo que vocês são inimigos, que vocês não falam com ele". Eu falei: "amigo, eu falo até com o inominável se ele abrir a porta do inferno. Eu vou lá falar com ele cara, eu só não falo com quem não quer falar comigo, os caras não querem falar a gente não fala. Se quiser falar, a gente fala com todo mundo. Agora, falar não significa publicar notícias a favor".*

Por fim, Estevão acabou por convidar Bob Fernandes para um almoço que seria realizado em sua residência. *"Vou fazer um almoço em casa, então eu te espero lá, você podia ir". "Vou". Resumindo: as dez e meia da noite, o jantar ainda continuava, o almoço, churrasco e tal, e o Claudio Humberto falou barbaridades sobre o que era aquilo, como funcionava, quer dizer, ele contou, no papo de amigo, ali entre eles e eu ouvindo, e ele contando, e ele contando história da campanha e eu: "nossa, isso é um puta bando de loucos". Sai de lá, me lembro até hoje, o Mino<sup>43</sup> sabe disso, pergunta para ele, falei: "Mino, esse negócio não vai dar certo nunca, é uma puta coisa de louco, está tendo maior guerra dentro da família, o PC [...] não há chance disso acabar bem".* *Tai o Mino que é testemunha dessa história. Eu fiquei muito mais ligado ainda, tanto que com seis meses de governo eu fiz a primeira capa do PC Farias.*

Fernandes se refere à edição de 24 de outubro de 1990 da revista ISTOÉ, que traz na capa foto de Paulo Cesar Farias, ex-tesoureiro da campanha de Collor, acompanhada do título: *Ele complica a vida do governo.*

A matéria, assinada por Bob Fernandes tem como ponto de partida denúncias de fraudes no processo eleitoral para o governo de Alagoas. Naquele ano, dois aliados do presidente Collor se enfrentavam nas urnas: Geraldo Bulhões e o deputado Renan Calheiros. Havia suspeitas que PC estivesse agindo em favor do primeiro.

---

<sup>43</sup> Mina Carta era o diretor de redação da revista ISTOÉ no período.

Ao expor o caso, Bob Fernandes antecipa, naquela reportagem, muito do que seria dito mais tarde, por Pedro Collor, ao iniciar sua campanha contra Farias.

Essas e outros textos que a ISTOÉ passaria a publicar a partir de então, desvendando o submundo do governo Collor, de acordo com Fernandes, são resultado direto dos meses em que ele ficou “na cola” de PC. O jornalista explica que elaborar matérias investigativas nem sempre é fácil e tem um custo, não só financeiro, mas também em termos de dedicação pessoal. *Isso custa. Para ficar, como eu fiquei, por exemplo, antes da quarta ou quinta capa, eu fiquei 15 dias morando no Vitória Flat, ali no Itaim. Tinha o restaurante do Sergio Arno, o Vecchia Cuccina, e o que eu fiquei fazendo? Eu fiquei morando porta com porta com o PC Farias. Eu ia lá, virava o lixo, aquelas coisas que você faz, ele ia tomar café da manhã, eu ia para lá almoçar, jantar. Eu via ele com os empresários. Por que eu fui? Porque aquilo era uma consolidação das coisas que eu tinha tido como informação: eles se reúnem com não sei quem, não sei o que e tem um escritório na Juscelino Kubitschek, ali perto. Então ele saía, eu ia até lá, via onde era o escritório, falava com o guardador do carro, aquela coisa de você ir fechando o jogo e tudo batia. “Ele vai receber amanhã de manhã tal pessoa”, no outro dia de manhã, estava lá tal pessoa. “Amanhã de manhã vai falar com não sei quem”, você ia lá, estava lá. Ele não está mentindo para mim, as pessoas não estão mentindo pra mim. Esse jogo é esse jogo mesmo, era uma maneira de eu ficar checando as coisas, amarrando as coisas.*

Naquele mesmo fim de semana em que ISTOÉ publicou a matéria de Fernandes, a revista *Veja*, em sua edição 1153<sup>44</sup>, apresentou a reportagem: “Bomba na saída: Motta Veiga se demite da Petrobrás falando de intrigas, mentiras e negócios escusos no governo”. Na capa, aparecem pequenas fotos de Zélia Cardoso de Mello, Cláudio Humberto e PC Farias..

A base da matéria é a entrevista coletiva que Luiz Otávio da Mota Veiga, então presidente da Petrobrás concedeu ao se desligar da empresa. O *Jornal do Brasil* já noticiara, no início de outubro, que havia pressões internas para que Mota Veiga usasse a estatal de modo a favorecer interesses particulares de pessoas próximas ao governo (CONTI, 1999, p. 406). Ao se demitir, ele confirmou essas acusações. Entre outros exemplos, disse que o empresário Paulo Cesar Farias buscava intermediar um negócio junto à estatal, visando ajudar o também empresário Wagner Canhedo a comprar a VASP, companhia em processo de privatização.

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Último acesso em: 21 nov. 2012.

Roberto Pompeu de Toledo falou sobre este momento em que PC “começa a sair das sombras” lembrando um episódio que viveu quando ainda atuava no *Jornal do Brasil* e que nos remete às relações entre os donos dos veículos de imprensa e os interesses ligados ao poder político e financeiro. Acompanhemos a narrativa de Toledo: *eu me lembro - outro flash assim que eu me lembro - de uma vez, o Brito<sup>45</sup>, a gente tinha reuniões diárias com ele para os editoriais, a reunião dos editoriais, em que participava a direção da redação com os editorialistas para escolher os temas e mais ou menos a linha que iríamos seguir. Ele fala, depois que termina a reunião, numa conversa informal, ele fala: "esse PC Farias...", (...) "coisa de louco, eu estou querendo conhecer". Me acendeu uma luz ali, pensei: “ele está querendo se aproximar, está querendo fazer alguma coisa” E realmente acho que ele estava querendo ver se o governo ajudava o jornal. O jornal estava com muitas dívidas, muitos problemas e ele queria ver se o Banco do Brasil, Caixa Econômica, alguma coisa assim, abria as burras para o jornal.*

PC Farias chegou a dar alguns depoimentos dizendo que gostaria de comprar o *Jornal do Brasil*. Embora afirme não ser improvável uma aproximação entre PC e a cúpula do JB, Toledo lembra que isso não significaria um automático alinhamento do Jornal em favor do governo. *Agora tudo isso é complexo, é mais complexo do que a vã filosofia imagina, que o diretor vai lá e: "é só apoiar...", não é assim porque tem momentos em que...olha: saiu o escândalo da LBA e foi dado pelo Jornal do Brasil. O Jornal do Brasil, deixa eu me lembrar bem, acho que foi o JB que começou a dar o negócio do escândalo da LBA, Legião Brasileira de Assistência, que era aquele órgão beneficente que estava ali junto à presidência, que geralmente era comandado pelas primeiras damas, no caso era comandado pela Rosane Collor e lá começou um negócio de desvio de dinheiro para família dela, para pessoas de Alagoas, especialmente familiares, até familiares e pessoas próximas a ela*

Embora a grande maioria dos órgãos de imprensa tenha noticiado e repercutido as irregularidades na gestão da LBA, foi mesmo Jornal do Brasil, como citado por Toledo, quem deu em primeira mão a informação. Abaixo, Conti (1999, p. 474) resume a matéria assinada pelo jornalista Mário Rosa, publicada em agosto de 1991:

A reportagem, toda fundamentada em documentos oficiais, contava que a verbas destinadas pela LBA de Alagoas a Canapi, Inhapi e Mata Grande eram proporcionalmente muito superiores às distribuídas a outros municípios do mesmo porte. Tratava-se de verbas com o

---

<sup>45</sup> Manuel Francisco do Nascimento Brito esteve á rente do Jornal do Brasil por mais de 50 anos.



objetivo de prover água e organizar cursos profissionalizantes para costureiras e criadores de cabra. Não foram feitas licitações para a escolha das empresas que realizariam os serviços de assistência. Usou-se o artifício de que as ações eram “urgentes” a fim de evitar as concorrências públicas. O dinheiro, um total de 11 milhões de dólares, chegou às entidades, cujos donos eram parentes da primeira-dama, mas não foi empregado para os fins a que se destinava. A água não chegou aos necessitados nem se ministraram os cursos. (CONTI, 1999, p 474)

A denúncia contribuiu para disseminar ainda mais outro tema que vinha sendo explorado pela imprensa naquele período: os problemas conjugais existentes entre o Presidente e sua mulher, Rosane.

Bóris Casoy se referiu ao assunto em seu depoimento. *A relação dele com a mulher, a relação da ministra Zélia com o Bernardo Cabral, essas confusões do governo, ele aparecer sem aliança, com aliança, bobagens. Eu acho que ajudaram a um desgaste muito forte do governo dele.*

Para Francisco José (1996), esse tipo de exposição por parte de Collor não ocorre por acaso. Seria uma forma de fabricar fatos que chama a atenção da imprensa e assim desviar o foco das atenções.

Collor, ainda em 1991, dará mostra de sua capacidade de envolver a imprensa, de fazê-la encantar-se com ele. Subitamente exhibe o dedo sem aliança de casamento: a família do presidente está em crise. A imprensa se delicia. Collor, depois de oferecer o corpo à exposição, apresenta agora, em vários capítulos, a crise conjugal para que com ela o jornalismo se deleite. Deixa no ar a possibilidade de ele ter tido um caso com a atriz Cláudia Raia. Por algum tempo, a imprensa se transforma numa grande *Contigo*. Collor sabia que ela gostava disso. Zélia e Bernardo Cabral haviam lhe dado régua e compasso”. (JOSÉ, 1996, p. 46)

Mário Sergio Conti (1999, p 337) também chama a atenção para a forma como Collor buscava construir sua imagem, por meio da manipulação de símbolos, sejam de juventude (*fotografado de camiseta, tênis e abrigo*), de esportista (*corria, jogava futebol e vôlei*), de religioso (*aparecia contrito ao lado de Frei Damião*), de ecologista (*visitando a Amazônia*), de playboy (*pilotando motocicleta e Jet-ski*), de intelectual (*carregando um livro de Norberto Bobbio*), de soldado (*uniformizado como Rambo*) e de rico consumista (*usando gravatas Hermès, tomando uísque Logan e fumando charutos cubanos*).

A espetacularização da presidência tinha duas cerimônias semanais. Na tarde de sexta-feira, Collor descia a rampa do Palácio do Planalto

acompanhado de atletas, comediantes, ministros e atores. Na manhã de domingos, corria nas imediações da casa da Dinda vestindo camisetas com mensagens antidrogas, ecológica e pseudofilosóficas, como: “o tempo é o senhor da razão” (CONTI, 1999, p. 337).

Clóvis Rossi lembrou o tema em um trecho de sua narrativa: *não dava para levar a sério. Então você olha o cara fazendo aqueles discursos, aquelas coisas das camisetas escritas “o tempo é o senhor da razão” e coisas assim, até escrevi uma coluna quando ele saiu com uma dessas camisetas, dizendo: “prefiro o Faustão”, que foi um passeio dominical que ele fez, então eu escrevi uma coluna cujo título era: “basta por si mesmo, prefiro o Faustão”.*

Mesmo buscando pautar a imprensa com recursos como os descritos por Rossi, naquele segundo semestre de 1991, o governo federal já havia sofrido duros golpes em sua imagem. Depois de Motta Veiga, também Renan Calheiros, derrotado na eleição para o governo de Alagoas, também foi à mídia para fazer acusações contra PC Farias e o tráfico de influência que envolvia o empresariado e a máquina pública em negócios escusos. Além disso, Zélia Cardoso de Mello havia deixado o governo. O plano econômico fracassara em seu objetivo de domar a inflação e a economia não dava sinais de superar o desemprego crescente. (NEVES; FAGUNDES, 1993, p. 119).

As narrativas que acompanhamos até aqui demonstram como o exercício da profissão está sujeito a uma série de fatores, entre os quais não podemos deixar de lado a questão da concorrência e a luta por uma fatia de mercado. Na medida em que surgem os escândalos envolvendo a alta cúpula do poder, mesmo aqueles órgãos mais em sintonia com o governo, aos poucos, vêm-se obrigados a também sair em busca de denúncias, que legitimem a publicação como isenta em relação ao poder, uma vez que, como também é possível denotar com base nas narrativas, a postura crítica coloca-se como um dos elementos essenciais do imaginário da profissão.

### 3.5 A queda

Clóvis Rossi cita o binômio *denúncias de corrupção/crise econômica* para ressaltar o rumo que dava o tom ao governo na medida em que o tempo passava. Ele, no entanto, ressalta que está na economia o elemento decisivo para a queda do governo. *O Collor se entalou na coisa da corrupção. Fracassou o Plano Collor, a recessão veio e a economia acabou derrubando o cara muito mais do que a corrupção. Se o desempenho da economia tivesse sido bom, provavelmente teria completado seu mandato.*

Roberto Pompeu de Toledo Roberto concorda: o *Plano Collor matou o Collor. Se há corrupção, mas o governo é bem sucedido, mesmo que venha toda a corrupção...*

Augusto Nunes também compartilha a opinião. Na construção de sua narrativa, ele uma vez mais busca no presente o ponto de apoio de seu argumento. *É a economia que determina. Ele gerou um ódio nacional com o confisco e a inflação foi lá para o espaço. Ele estava condenado. Ai vem a roubalheira, mas como mostram os tempos atuais, se vem a roubalheira com a situação econômica favorável... Agora que a Dilma tem que se preocupar, a indústria cai de novo, agora fique esperto, porque a consequência disso é o desemprego e o cara desempregado doutor, esse não está a fim de apoiar picas.*

Logo na sequencia, Nunes lembra de um fato relacionado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para mais uma vez embasar sua opinião. *O Fernando Henrique, quando eu conversei com ele no começo de 1994, ele falou para mim: “Augusto, se eu continuar no Congresso eu vou disputar uma vaga de deputado federal porque só tem uma vaga de senador, não tem chance”. E ele vira presidente da República! [...]. Por quê? Por causa da economia.*

Bóris Casoy, que já havia apontado a “rota de colisão” de Collor com o grande empresariado do país como um dos fatores que desestabilizaram o governo, também inclui o modo como o presidente se relacionou com o Congresso Nacional no conjunto dos itens que contribuíram para sua queda. *Ele hoje mesmo reconhece que não tratou bem do Congresso. Ele desconheceu o congresso. Erro! Desconheceu o Congresso. Para os padrões de honestidade do Congresso ele poderia ter evitado um processo de impeachment, ele descuidou disso. No momento em que se criou a comissão ele poderia ter evitado, mas com tranquilidade. Eu perguntei para ele: “Por quê?”. Ele disse: “eu achei que custaria muito caro para o Brasil e eu não quis fazer”. Foi trocado um membro da comissão que deu maioria para as pessoas que eram contra ele, puseram um governador de Santa Catarina<sup>46</sup>, que ele tinha negado uma construção de alguma coisa em Santa Catarina, quer dizer, um rolo.*

A falta de apoio no Congresso Nacional também aparece na narrativa de Augusto Nunes como um dos motivos que contribuíram para a queda de Collor. *A falta*

---

<sup>46</sup> A indicação do parlamentar do PDS (Partido Democrático Social) na CPI coube ao senador Esperidião Amin, que pouco antes havia solicitado ao governo federal verbas para combater uma enchente que assolara o estado. O pedido não foi aceito. Amin, então, indicou o senador José Paulo Bisol, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que havia sido o candidato à vice-presidente na chapa de Lula em 1989.

*de apoio ao Congresso e a idade. É a maldição dos 40 anos, eu escrevi isso na capa do Jânio, os três presidentes que se elegeram, que chegaram ao poder com um pouco mais de 40 anos, Jango, Jânio e Collor caíram porque não se entenderam com o Congresso. Você, com menos de 50 anos, você é inevitavelmente prisioneiro do voluntarismo. O povo votou em mim e tal...Então veja só. Ele fez uma c... monumental no primeiro dia, confiscar a poupança do povo é um negócio que eu nunca vou entender. Então, para deputado ficar a favor dele... Ele tinha um partido, que não existia, PRN, e não se compôs com ninguém, todo mundo tem que se compor com o Congresso.*

Em outro momento, Casoy elenca uma série de fatores que, a seu ver, formaram um contexto propício à queda do governo. *Ele tinha uma oposição forte, desconheceu o Congresso, abriu uma guerra com a Federação das Indústrias, abriu uma guerra com a indústria automobilística, começou a permitir a importação e chamou a indústria de carroça, e era carroça mesmo, não permitia o uso de computadores. Todas essas coisas que seguravam o Brasil da época, você tem que se transportar, ele começou a liberar, e tinha uma arrogância muito grande em relação ao congresso e em relação a dialogar com essas forças. Essas forças viam ele como inimigo, então, começaram a fuçar a vida dele e encontrara. Tudo o que foi encontrado era verdade. Um irmão dele, com quem ele brigou na disputa lá de um butim, eles se desentenderam, o irmão dele fez as denúncias, que eram verdadeiras e que permearam outros governos também [...]. Era verdadeiro. E você tinha um ambiente propício e realmente as pessoas se revoltaram com o que viram e foram partindo para cima. O PC, a figura do PC, uma espécie de Rasputim do governo dele. Se formou um quadro muito... E ele arrogante, achando que não iria acontecer nada.*

Neste bloco, o caráter analítico mais uma vez predominaram. Como afirmamos em outro momento, ao relembrar o passado os depoentes o fazem a partir do que são no presente e conforme o contexto que vivem nesse mesmo presente. Lembramos que a grande maioria das entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2012, quando o bom momento econômico que o Brasil atravessava era contrastado por discussões ligadas a valores éticos e morais, suscitadas pelo julgamento do “mensalão”<sup>47</sup>.

### 3.6 Pedro e Eriberto

<sup>47</sup> Como ficou conhecido o esquema de compra de votos no Congresso Nacional.

Desde pelo menos o final de 1991, Pedro Collor já vinha levando ao conhecimento da imprensa seus atritos com Paulo Cesar Farias. A revista *Veja*, na edição 113, de 18 de dezembro de 1991, trouxe o assunto em reportagem, com o título: “*Collor versus Collor: Jornal do PC afasta presidente do irmão*”<sup>48</sup>.

Entre os motivos da disputa, estava o fato de PC Farias ter adquirido um jornal - *A Tribuna de Alagoas* - que passaria, por sua vez, a disputar mercado com a *Gazeta de Alagoas*, dirigida pelo irmão do presidente.

A questão, no entanto, começa a ganhar outro patamar quando Pedro Collor entregou à revista um dossiê, publicado na edição de 13 de maio de 1992<sup>49</sup>, demonstrando que PC Farias movimentava contas em paraísos fiscais e era o dono de pelo menos sete empresas no exterior. Abaixo segue trecho inicial da matéria, assinada pelo jornalista Luis Costa Pinto.

O empresário Pedro Collor de Mello, diretor das Organizações Arnon de Mello, que controla um jornal, uma emissora de TV e três de rádio em Alagoas, embrenhou-se numa luta de morte com o empresário Paulo Cesar Cavalcanti Farias, 46 anos, mais conhecido pela alcunha de PC. Pedro Collor quer impedir, a todo custo, que PC lance o jornal *A Tribuna de Alagoas* e ameace a *Gazeta de Alagoas*, o matutino que há quarenta anos é líder de vendas no Estado. “Se o careca montar o jornal dele, quebra a gazeta, e não vou assistir impassível ao desmonte do patrimônio da família” diz o diretor das Organizações Arnon de Mello. (revista *Veja*, 13/05/1992).

Na semana seguinte, a mesma revista traz as declarações de renda de PC Farias entre 1987 e 1991<sup>50</sup>, evidenciando a diferença entre o estilo de vida do tesoureiro de campanha de Collor e seus rendimentos declarados.

No entanto, é a edição que chega às bancas no dia 23 de maio de 1992<sup>51</sup> da revista que causa a maior repercussão, tendo como consequência a instalação, três dias depois, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional visando apurar as denúncias contidas na publicação.

Segundo o que relata no livro *Passando a limpo – a trajetória de um farsante*, (MELO, 1993, p. 231), depois de ser afastado do comando das Organizações Arnon de Mello, Pedro Collor aproveitou uma entrevista agendada dias antes pelo jornalista Luis Costa Pinto para detalhar tudo o que sabia sobre os negócios escusos envolvendo Fernando Collor e PC Farias.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> (p. 20). Acesso em: 10 fev. 2013.

<sup>49</sup> Idem

<sup>50</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2013.

<sup>51</sup> Idem

O resultado desta conversa é a matéria de capa: *Pedro Collor conta tudo - o vídeo e a entrevista com os ataques do irmão do presidente*. Abaixo segue um trecho da reportagem:

O Brasil inteiro sabe que PC foi o gerente da caixa de campanha de Collor á Presidência. Desde a posse, em 15 de março de 1990, não há roda de políticos e empresários que não comente exemplos de como, com o beneplácito do presidente, Paulo Cesar Farias transita pelos meandros do governo nomeando altos funcionários do Estado e, através dele, fechando toda a sorte de negócios. Mas eis que surge um brasileiro, maior de idade, casado, pai de um casal de filhos, dizendo em público o que todos comentam na surdina. Ele fala com a autoridade de quem conhece Fernando Collor desde a infância e tem contatos com PC Farias a mais tempo que o presidente. (revista *Veja*, 27/05/1992)

A crise se agravava. Começava ficar evidente que o momento era delicado. Clóvis Rossi, que estava na Espanha, lembra que a publicação da denúncia do irmão de Collor fez com que retornasse ao Brasil. *Eu pedi, pedi não, a Folha me designou correspondente em Madri em 1992, no começo do ano, o que eu agradeci profundamente, porque - eu até escrevi na coluna de despedida da função - eu queria ir para não me transformar, de cético, que é uma característica que todo jornalista deve ter, em cínico, porque era tão escandaloso aquele modelo de governo, aquela gente no poder, que você só podia virar cínico. Então eu estava em Madri. Quando sai a entrevista do Pedro Collor me chamaram para cobrir o episódio.*

Já Roberto Pompeu de Toledo, ao abordar o assunto, ressalta o fato de ter sido as revistas semanais e não os jornais, a darem os grandes furos de reportagem que desestabilizaram o governo. *Outra coisa que eu acho que é preciso ressaltar, que eu acho muito curioso no caso Collor, hoje em dia não tanto, é que ao contrário do que os padrões internacionais sugerem, as revistas foram na frente dos jornais. Não é assim, o natural não é isso. No escândalo Watergate, que é o mais emblemático de todos, são os jornais [...]. É fora de norma, fora do padrão natural das coisas, que as revistas saíam na frente dos jornais, a começar pela periodicidade, as revistas são meras rebatedoras de informação. [...]. E de repente no Brasil as revistas semanais, no caso do Collor, a *Veja* e a *ISTOÉ*, é que concorriam pelo furo, e os jornais vinham à reboque, com contribuições secundárias ao que as revistas traziam. Os jornais ficavam esperando a revista sair: era assim: "o que será que a *Veja* vai dar?". É o que a redação da *Folha* e a redação do *Estado* ficavam se perguntando: "o que será que vem agora?"*

Toledo prossegue: *Eu atribuo isso à falta de investimento dos jornais em equipes que trabalhem fora do dia-a-dia, quer dizer, os jornais trabalham com redações muito enxutas, em que todo mundo está atolado até aqui de tarefas no dia-a-dia para se preocupar em sair delas.*

Como lembrou Toledo, foi uma revista que, mais uma vez, pautou não apenas os demais órgãos de imprensa com o resultado de suas investigações, como também a própria Comissão Parlamentar de Inquérito que, ao encontrar um elo entre o presidente e PC, fazia do *impeachment* uma realidade já não tão distante.

Trata-se da edição número 1188 de *ISTOÉ*, que chegou às bancas no dia 27 de julho de 1992, trazendo o depoimento de Eriberto França. Nela, o motorista de 28 que prestava serviços para a secretária de Collor, Ana Acioli, afirmou, entre outras coisas, que Paulo Cesar Farias pagava as despesas do presidente.

Conti (1999) explica a importância da matéria de *ISTOÉ* para o desenrolar do processo que levou ao *impeachment*:

Tinha-se conhecimento, até então, de que Farias defendia os interesses de empresas privadas no governo (como relatara Luís Octávio da Motta Veiga); apresentava-se como representante do presidente junto a elas (contara Pedro Collor); o presidente sabia disso (segundo Renan Calheiros); PC tinha empresas não declaradas ao Fisco (conforme os documentos levantados por Pedro Collor); ele sonhava impostos e enriquecera exponencialmente desde a campanha presidencial (como mostravam suas declarações de renda). Com a chegada de *ISTOÉ* às bancas, na noite de sábado, 27 de julho, descobriu-se que PC pagava as contas particulares de Collor e o aluguel de carros para a Presidência. O círculo se fechava. (CONTI, 1999, p. 600).

Bob Fernandes, que na época era o correspondente de *ISTOÉ* nos EUA, falou sobre a capa com Eriberto, relatando em que contexto teve início a reportagem. *O Eriberto é a consequência da cobertura toda anterior. Eu estava em Washington, a ISTOÉ tinha um certo incômodo porque a Veja tinha feito o Pedro Collor, e “me ajuda aí”, não sei o que, fui fazer algumas coisas e fiquei fuçando em tudo, descobri como é que o PC Farias tinha aberto a sua empresa, como é que foi o processo, tudo aquilo, aí uma hora eu mandei um fax para redação de Brasília com 25 temas, que dizia o seguinte: “é a Miami Leasing<sup>52</sup>, portanto só pode ser a Brasil Jet, e os caras foram, foi na Brasil Jet que ele encontrou, dias depois, o motorista Eriberto, então nada veio do*

---

<sup>52</sup> Miami Leasing e Brasil Jet eram empresas de propriedade de Paulo Cesar Farias

*acaso, quer dizer, a cobertura é uma construção, é isso. Aí estavam lá o João Santana, o Augusto e o Mino Pedrosa<sup>53</sup>, que fizeram um belíssimo trabalho.*

O depoimento de Eriberto à CPI foi transmitido ao vivo e na íntegra pela TV Bandeirantes. Um dos pontos altos foram as repostas do motorista ao ser interrogado por Roberto Jefferson, do PTB, deputado que pertencia à base de apoio de Collor, base esta apelidada pela imprensa como “tropa de choque”. Conti (1999) reproduz um desses diálogos:

- O senhor disse que é pobre, mas abriu mão de um bom emprego. Vai viver de quê? O senhor tem recursos? – perguntou o deputado.
- Não, mas não me falta força de vontade para trabalhar, respondeu Eriberto França.
- Roberto Jefferson insistiu:
- O senhor vai querer dizer que está agindo só por patriotismo?
- E o senhor acha isso pouco? – retrucou o motorista. (CONTI, 1999, p. 620).

Sobre esses momentos que antecederam a queda do governo, Bóris Casoy destacou: *quando começou o processo do Collor, a queda do Collor, eu me senti muito sozinho. A Globo é produto de um jornal, a Band, tinha uma tradição jornalística, o SBT não, eu fazia o que eu queria, então era uma responsabilidade em relação à própria emissora e responsabilidade em relação ao país, porque o meu jornal tinha audiência, tinha credibilidade e audiência. Lembro que eu andava, a cada telejornal que eu apresentava, que tinha novidades, era um caminho longo da redação até o estúdio, eu usava aquele caminho para dar uma meditada, de vez em quando me telefonava alguém, por exemplo, um Brizola, um Ulysses Guimarães, um Tancredo: “toma cuidado, cuidado” sempre alertando para alguma possibilidade, todos eles, de um retrocesso, era essa a palavra.*

Embora relate essa preocupação, Casoy completa sua narrativa deixando claro que, naquela oportunidade, não sofrera nenhum tipo de pressão seja por parte do SBT ou por parte do próprio governo. *A televisão nunca me pressionou, nunca. E mais, o Collor jamais moveu uma palha para pressionar, o que o Palácio pediu para o SBT, uma coisa que parecia justa: “ouça, por favor, o nosso pessoal”, mas ninguém do pessoal dele queria se manifestar, eles diziam para o Collor que estavam com ele, por que ele podia ficar, mas já tinham pulado, já tinham fugido do navio há muito tempo. Então nós pedimos uma lista, veio a lista, só um cara, naquela lista de 10, 12 pessoas,*

---

<sup>53</sup> Jornalistas que assinam a matéria da revista ISTOÉ..



*só um cara, um senador que andava de sandálias, chapéu de cangaceiro, esqueci o nome dele, um nordestino, nesse instante me falha o nome, só esse senador é que falou, só, ninguém queria falar, ninguém. Até que o espaço era correto, você dá um espaço, nós não conseguíamos fazer com que alguém falasse. Aí o Palácio pediu, eu não sei quem telefonou, não importa, o Palácio pediu, era justo. Ah, o Roberto Jeferson também se manteve fiel, Roberto Jeferson e esse cara.*

A partir de agosto de 1992, uma série de manifestações populares tomam as ruas do país pedindo a saída de Collor. Pacíficas e com forte característica de humor, as passeatas eram formadas, em sua maioria, por jovens estudantes, que ficariam conhecidos como “caras-pintadas”.

Em uma dessas manifestações, os estudantes levaram cartazes com os dizeres: *Anos rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor, Impeachment*. A frase faz menção à minissérie *Anos rebeldes*, da Rede Globo, que teria seu último capítulo apresentado na sexta-feira, 14 de agosto.

No fim de semana, a Revista Veja, em sua edição número 1248, trouxe na capa uma foto da passeata, com o título: *Anjos rebeldes: colegiais na rua pedem a saída de Collor*<sup>54</sup>.

Nesse momento em que os “caras-pintadas” apareciam com destaque na imprensa, o governo tentou criar um contraponto que demonstrasse algum apoio popular. A estratégia adotada, no entanto, revelou-se desastrosa (SKIDMORE, 200, p. 38). A resposta da população veio no dia 16 de agosto de 1992, um domingo.

O mais sensacional erro de avaliação de Collor foi o apelo feito em 1992 aos brasileiros para que demonstrassem apoio a ele trajando verde e amarelo, as cores nacionais. A reação foi espantosa: enormes multidões surgiram em todo o Brasil usando preto. (SKIDMORE, 200, p. 38).

O jornalista Milton Coelho da Costa destacou a importância da mobilização popular que se criou contra o governo Collor. *Foi um momento em que, de repente, os conservadores, aquele conservador, percebeu que o Collor era um perigo, porque ele não respeitava as regras da sociedade claramente. Isso uniu o país de uma maneira muito forte, jovens, velhos, conservadores, revolucionários...*

Clóvis Rossi segue uma linha parecida. *Era preciso se livrar daquele cara, que é um atrapalho até para os que o haviam apoiado até então.*

<sup>54</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Último acesso em: 20 dez. 2012.

Em outro momento, Rossi prossegue: *tinha passado dos limites, sei lá. Na verdade, na verdade se você quiser simplificar as coisas: a taxa tolerável de corrupção no mundo é de 10% dos contratos de obras públicas etc. e tal. O PC estava cobrando 305. Então nem os que financiavam a corrupção, que se beneficiavam da corrupção, estavam aguentando pagar tanto. E além do que a economia não funcionava, só podia cair.*

A queda começou a se concretizar com a finalização dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em agosto de 1992:

Na terça-feira, 25 de agosto, o senador Amir Lando, do PMDB, leu o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, que em menos de três meses se reunira 35 vezes, ouvira 25 pessoas, e investigara 40 mil cheques, quarenta declarações de renda, noventa notas fiscais e a movimentação de milhões de dólares [...] O presidente aparece como passível de indiciamento em cinco crimes: prevaricação, advocacia administrativa, corrupção passiva, formação de quadrilha e estelionato. (CONTI, 1999, p. 653).

No dia 29 de setembro, a Câmara dos Deputados, em sessão transmitida ao vivo por emissoras de TV, aprovou, com base no relatório da CPI, a abertura do processo de *impeachment* e o afastamento temporário de Collor da Presidência da República. Foram 441 votos favoráveis e 38 contrários. (SOUZA, 2000, p. 143).

Por fim, no dia 29 de dezembro de 1992, Fernando Collor de Mello apresentou sua carta de renúncia. Mesmo assim, o Senado Federal deu andamento a seu julgamento. Ao ser declarado culpado, Collor ficou proibido de exercer qualquer função pública até o ano 2000. (Conti, 1999, p. 682).

### 3.7 O Legado

Mas o que aquele episódio deixou como legado para a imprensa brasileira? De acordo com Roberto Pompeu de Toledo, a queda de Collor dá início a um novo momento no qual se intensificam as coberturas dos grandes escândalos ligados ao poder público. *Aquilo foi um corte na história do Brasil, pois vínhamos da ditadura. Foi a inauguração de uma imprensa, eu iria chamar de investigativa, mas não sei se é investigativa, ela teve aspecto investigativo, mas, enfim, é uma imprensa denunciadora de escândalos, de escândalos de alto coturno, de escândalo lá da cúpula do poder. É o momento também que fixa um padrão de concorrência da imprensa em busca do seu escândalo. O prestígio dos jornais e das revistas fica vinculado à sua capacidade de*

*denunciar escândalo, às vezes de uma maneira que leva a equívocos.[...]. A “Era Collor” fixou padrões, tanto para a política brasileira, quanto para a imprensa. Vinte anos se passaram e é uma coisa que ainda nos rege.*

Já para Bob Fernandes, estão nos erros cometidos ainda durante o período eleitoral a principal fonte de aprendizado a ser considerada. *A primeira lição é a seguinte, deveriam ter feito antes, deveriam ter feito quando o cara era governador, se você foi fazer uma matéria do cara governador, você não pode só dizer que o cara era um “caçador de marajás”, você tem que dizer o que significa isso, em que contexto aquilo está, o que o cara estava planejando com aquilo, qual eram as suas intenções e o que ele estava escondendo, porque, por exemplo, quando nego faz as matérias para o Jornal do Brasil e Veja sobre o caçador de marajás, a concordata do PC Farias já estava sendo suspensa, já tinha sido suspensa, por quem? Pelos caras que dirigiram depois Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica.*

Fernandes entende que a atuação da imprensa durante o *impeachment* não pode apagar os erros cometidos no período eleitoral. *A imprensa roga-se um papel extraordinário. Na verdade, foi um papel tardio, em quase todas as redações, porque não fez o que deveria ter feito antes [...]. A lição ali é a seguinte: ali, a imprensa atuou tardiamente, depois, como ela é a imprensa, vendeu-se como a coisa extraordinária, fantástica, mas não foi. É só você pegar as capas do Jornal do Brasil de dois, três anos antes da eleição e as capas da Veja de dois, três anos antes e você ver os inúmeros telejornais e matérias sobre o caçador de marajás, você vai ver o que foi aquilo ali. Teve quem cobriu direito? Teve. A Folha fez um papel legal boa parte do tempo, teve um jornalista aqui, um jornalista ali, mas agora, na massa, não foi isso.*

Clóvis Rossi também abordou o tema em sua narrativa. Para ele, esta diferença entre a atuação da imprensa brasileira durante o período eleitoral e depois, durante o processo de *impeachment*, pode ser explicada pelos distintos contextos por que o mundo passava naquelas oportunidades. *A eleição do Collor se dá quase que simultaneamente à queda do muro de Berlim. Uma boa parte da imprensa brasileira se dedicou quase toda a vida a combater o comunismo, tentar curar o comunismo internacional, “onipresente”, “oniciente”, “ameaçador” etc. e tal. Com a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo, você não tem mais necessidade de combater o comunismo porque ele se autoimolou. Então, essa imprensa que tinha essa missão divina de combater o comunismo passa a ser jornalística simplesmente, passa a noticiar o que acontece, com limitações pelos interesses comerciais, ideológicos, posições ideológicas, que são legítimas e compreensíveis, você ser de direita, de esquerda, conservador, de cima, de*

*baixo, enfim, o que você quiser ser, é tudo legítimo, desde que você não deixe que as suas posições tapem os fatos, como se fez na campanha de 1989 sem dúvida nenhuma. Então é difícil dizer se aprendeu alguma coisa, ou seja, se aprendeu que respeitar os fatos é o único caminho que o jornalismo tem para sobreviver, ou se coincidiu o fato de que deixou de ser necessário você combater o comunismo.*

Augusto Nunes também vê o período eleitoral de 1989 como fonte de ensinamentos valiosos. *A militância jornalística é o maior veneno para uma cobertura, porque ela mata a verdade, lá nós aprendemos que o maniqueísmo é uma coisa de primitivo, você não pode tratar uma eleição como uma final de campeonato brasileiro, coberta por torcedores. [...] O Brasil ficou muito estranho, partido ao meio, como ficou no golpe militar, agora no golpe você tinha torturadores de um lado, militares de extrema direita, e do outro você juntava todo mundo que era contra isso. No meio dessa turma estava cheio de assassino também, como soubemos. Eram contra o governo e a favor do governo. No segundo turno de 89, contra o Collor, a favor do Lula. Era Palmeiras e Corinthians, Flamengo e Fluminense, desse jeito. Na sequência, Nunes resumiu o que achou da cobertura da imprensa. Na eleição a cobertura foi prejudicada pelo maniqueísmo. Não dá para analisar nada. Durante o governo foi bem. E no impeachment também, porque todos os órgãos de imprensa fizeram descobertas importantes, apuraram.*

Wianey Pinheiro segue a mesma linha de Augusto Nunes, porém, situa como a causa das distorções não a atuação dos jornalistas e sim a dos donos dos grandes veículos de comunicação do país. *A lição é a mesma ao longo do tempo: não acredito que seja um bom empresário um empresário que faz do seu órgão de imprensa um instrumento para ganhar dinheiro senão através da notícia. O que é ganhar dinheiro através da notícia? É ter um órgão com independência do conjunto da empresa capaz de fazer com que o que se produz para entregar ao leitor seja uma coisa capaz de fazer ele ser fiel ao órgão [...] e ter consciência de que na hora em que ele lê um editorial, que ele não está lendo o que a redação pensa. Na hora de ler uma coluna, que ele não tá lendo o que o jornal pensa. Na hora de ler o noticiário ele está sabendo que ali é onde ele pode formar a opinião dele [...] é o noticiário que vai dar balizamento para ele achar o que é certo, o que é errado. Acho que essa é a lição sempre: notícia, notícia, notícia. Wianeí completa mais adiante: Patrão inteligente deixa a redação produzir notícia, ponto. [...]. A minha crítica aos grandes proprietários da imprensa brasileira é essa: se tivessem deixado fazer jornalismo direito com o Collor, teria se sabido quem é aquele Collor antes de ele ser eleito.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor acompanhar narrativas de jornalistas sobre o período eleitoral de 1989 e o governo de Fernando Collor de Mello, a presente pesquisa tinha como um de seus objetivos resgatar a memória daquele importante período não apenas da história da imprensa brasileira, mas do próprio país.

Tendo como fio condutor as lembranças de Augusto Nunes, Bob Fernandes, Bóris Casoy, Clóvis Rossi, Francisco Wianey Pinheiro, Milton Coelho da Costa e Roberto Pompeu de Toledo traçou-se um painel com alguns dos acontecimentos marcantes relacionados ao período.

É sempre bom lembrar que este estudo realiza-se sob a égide metodológica e conceitual fornecidas pelas Narrativas Orais de Histórias de Vida. Nesse contexto, a emergência do sujeito como protagonista da história não poderia ser ignorada. Admite-se, então, e compreende-se, que cada indivíduo possui características próprias, permitindo diferentes pontos de vista e maneiras singulares de refletir e se expressar. Assim, quando, por exemplo, o jornalista Clóvis Rossi destaca a angústia por que passou enquanto esperava o resultado oficial que definiria qual candidato iria enfrentar Fernando Collor no segundo turno das eleições de 1989, compreendemos que aquele momento tem um peso diferente para ele, dadas as circunstâncias específicas que viveu na oportunidade.

Nesse contexto, tem-se de antemão que não era pretensão desta pesquisa apresentar um pormenorizado histórico do período eleitoral de 1989 e dos anos em que Collor esteve à frente da Presidência da República, ou mesmo chegar a verdades absolutas sobre este ou aquele episódio.

A ascensão do governador de Alagoas no plano nacional, a consolidação da imagem do “Caçador de Marajás”, a polêmica edição do último debate dos candidatos veiculada pelo Jornal Nacional, o confisco da poupança, as denúncias de corrupção e o *impeachment* aparecem neste trabalho sob a ótica das narrativas dos jornalistas que protagonizam este estudo, mas que foram, no segundo momento, também deste pesquisador. Pois seria um contrassenso acreditar que a pretensa isenção jornalística é uma meta impossível de ser atingida em sua plena totalidade e, ao mesmo tempo, deixar de assinalar que também as escolhas de quem constrói esse estudo, de alguma forma, interferiram nas narrativas aqui expostas.

O trabalho que se desenvolve sobre as Narrativas Orais de Histórias de Vida desses sete jornalistas já foi, pois, definido como aquele que ocorre a partir de um

encontro de subjetividades, presentes tanto na figura do depoente, o entrevistado colaborador, quanto do próprio entrevistador.

É claro que, com isso, não se quer afirmar que esse estudo é meramente parcial, e que por isso não mereça atenção. Muito pelo contrário – e aqui mais uma vez cabe a comparação com o trabalho do jornalista. Ao reconhecer que é impossível ser absolutamente imparcial e objetivo, como o querem manuais de redação e rígidas metodologias científicas, pretende-se apenas fornecer ao leitor uma visão mais ampla à respeito de todos os elementos que permeiam o tema.

Também é importante destacar que a busca pela isenção - ou pela eliminação do chamado “viés” nas pesquisas científicas - não devem ser vistas, por si só, como algo negativo, muito pelo contrário. Tanto o trabalho do jornalista quanto o do pesquisador são essenciais para a sociedade e compõem parte fundamental dos avanços experimentados pela humanidade no decorrer dos séculos. O que não pode deixar de ser dito é que, ao privilegiar esta ou aquela declaração em uma matéria, ou ao escolher determinados autores para embasar seu estudo; ao optar pela manchete que estampará a próxima edição do jornal, ou ao decidir o título de seu trabalho, pesquisador e jornalistas expõem também suas preferências e, sobretudo, suas posições.

Dito isso, o que as análises das experiências contidas neste estudo nos fizeram compreender?

Logo no primeiro capítulo, observamos algumas características de nosso grupo de jornalistas. Foi possível, constatar, por exemplo, que as experiências práticas estiveram na base de suas formações como profissionais da imprensa.

Com as faculdades de jornalismo ainda iniciando suas atividades, a cultura geral e os bons conhecimentos da língua portuguesa, somados à eficiência de suas redes de relacionamentos, coferiram o passaporte de entrada para as redações, nas quais o “como fazer” foi repassado aos então novatos pelos jornalistas mais experientes, seguindo os preceitos já em curso na empresa.

Outro ponto que merece atenção é o fato da profissão apresentar uma grande rotatividade. Os jornalistas passaram por uma troca quase que constante não só de cargos, mas dos próprios empregos. As empresas jornalísticas por que passaram, no entanto, são quase sempre as mesmas: grandes veículos de comunicação do eixo Rio-São Paulo.

Compreensível, então, que tragam em si uma visão muito próxima, como foi possível perceber mais à frente, acerca do fazer jornalístico e de sua importância para a comunidade.

Esses jornalistas, aliás, ajudaram a perpetuar essa visão, na medida em que também eles chegaram a exercer cargos de destaque nesses grandes veículos e serviram de exemplo para novas gerações de profissionais.

A história de vida de cada jornalista também nos mostrou a face humana desses profissionais. As dificuldades, apreensões, dúvidas e certezas que experimentaram ao longo de suas trajetórias ajudam a distanciar suas imagens daquele profissional, muitas vezes idealizados como “super humanos”, que não se envolve, apenas noticia.

A passagem na qual Bob Fernandes conta como se envolveu emocionalmente na campanha das *Diretas Já* e na cobertura da morte de Tancredo Neves, ou quando Milton Coelho da Costa fala sobre seu engajamento em favor de Miguel Arraes quando este disputava o governo Pernambucano exemplificam bem isso.

Essa subjetividade que acompanha o trabalho jornalístico fica ainda mais evidente nos capítulos seguintes.

Vimos que mesmo eleito Governador de Alagoas, Collor não era uma figura conhecida nacionalmente. Isso só passa a mudar quando o político vira notícia nos grandes veículos de informação do eixo Rio-São Paulo, exatamente as empresas nas quais nossos depoentes atuaram ao longo de suas carreiras.

Fernando Collor conhecia os mecanismos que regem a grande imprensa brasileira e soube explorá-los. Nesse primeiro momento sua experiência como repórter e herdeiro do maior grupo de comunicação de Alagoas foi importante. Ao criar a figura do “caçador de marajás”, assim como um autor de novelas que, ao sabor das preferências da audiência, dita os rumos de suas personagens, Collor passou a direcionar suas ações “sob encomenda” para o consumo da mídia de abrangência nacional. Uniu, pois, o discurso neoliberal, tão caro aos empresários do setor, a uma imensa capacidade de criar fatos de apelo noticioso, agradando a repórteres sedentos por material para edição do dia seguinte.

Na medida em que a eleição presidencial de 1989 se aproximou, as tensões que caracterizam o exercício do jornalismo tornaram-se cada vez mais evidentes.

A discussão sobre se a cobertura que a grande imprensa brasileira fez daquele período sofreu as consequências da preferência que os donos dos veículos de comunicação nutriam por Collor, ou, em contrapartida, do fato de um grande número de jornalistas presentes nas redações serem partidários de Lula, torna evidente a existência de uma série de pressões, que não podem ser desconsideradas.

Há complexos interesses a interferirem no exercício do jornalismo. Seria um grave erro entender um órgão de comunicação, seja ele qual for, como um bloco

homogêneo. Há, no seu interior, diferentes, e por vezes contraditórias, formas de agir e de pensar. Há seres humanos, enfim.

Isso faz com que as tensões estejam sempre presentes, podendo permanecer menos ativas em determinados períodos e se intensificarem em outros. E a eleição de 1989, pelo momento histórico em que se deu, elevou essas tensões a um ponto de ebulição.

Entende-se, então, o desconforto que emerge de narrativas sobre o período. Ao ocupar cargos de chefias nas redações, ao jornalista cabe um papel intermediário entre os donos das empresas e os demais profissionais de imprensa a quem gerencia. O discurso é o da isenção, porém seu exercício diário é o da edição. Aliás, é curioso como essa função de editar está explicitada até na denominação de alguns dos cargos que compõe uma redação: “assistente de edição”, “editor”, “editor chefe” etc.

O episódio do debate entre os presidenciais, levado ao ar pelo Jornal Nacional, é exemplar nesse sentido. Como manter o discurso da isenção jornalística? Dedicando o mesmo tempo a cada candidato? Isso basta? É claro que não. A própria opção por este ou aquele trecho a ser exibido de cada candidato já carrega em si um caráter subjetivo intransponível. Se a intenção é passar ao público o que “de fato” aconteceu, não seria o caso de realmente privilegiar o candidato que “venceu” o debate. Mas como - e a quem cabe - definir quem venceu? Mais uma vez não há critérios objetivos que garantam a isonomia de tratamento.

Ora, não há trabalho jornalístico que não prescinda do ato de editar. Todo o conteúdo exposto nas páginas dos jornais ou das revistas, ou veiculados pelas rádios, televisão ou, mais recentemente, pela Internet são resultados de edição. É algo inerente ao jornalismo. O problema está na crença, e no discurso dos grandes órgãos de imprensa, que clamam para si a condição de paladinos da imparcialidade.

No entanto, se por um lado constatamos que é impossível exigir que um profissional de imprensa seja isento, até porque mesmo inconscientemente ele está sujeito a uma série de influências, que serão incorporadas a seu trabalho, isso não significa fazer apologia a posturas evidentemente tendenciosas e parciais no exercício da profissão.

Como vimos em diversos momentos das narrativas de nossos depoentes, imprimir uma conduta agradável em relação ao poder político pode significar ao jornalista benesses, como informações privilegiadas ou promoções na hierarquia das empresas, que por sua vez também têm a ganhar mantendo boas relações com o



governo. Vemos que o discurso de uma imprensa sempre eminentemente crítica também deve ser relativizado.

Mas como já se afirmou aqui: é preciso fugir das simplificações e entender que são complexos os fatores que permeiam o exercício jornalístico. Ao acompanhar os relatos sobre as coberturas dos escândalos de corrupção, que levaram ao processo de *impeachment* de Collor, é possível constatar que mesmo os órgãos de imprensa que apoiaram o Presidente da República no momento da campanha, assumiram uma postura extremamente crítica algum tempo depois. Isso ocorre porque, no já citado conjunto de tensões a pulsar a prática jornalística, há também aspectos como a busca por credibilidade e a urgência de estar à frente da concorrência.

É sintomático notar, por exemplo, como duas matérias de capa produzidas por um mesmo veículo, no caso a revista *Veja*, ilustram dois momentos distintos: no início de 1989, a capa: “Collor de Mello – o Caçador de Marajás” retrata bem a construção do personagem colocada em prática pela grande imprensa brasileira. Passados pouco mais de dois anos, em maio de 1992, outra matéria de capa, desta vez com o título: “Pedro Collor conta tudo” inverte os sinais, e coloca a publicação, diante da concorrência, na vanguarda do que se entende como jornalismo crítico e investigativo.

A *ISTOÉ* já havia denunciado o envolvimento de PC Farias em negócios escusos desde o início do governo Collor, em 1990. No entanto, a força da fonte de *Veja* (o próprio irmão do presidente) e o momento pelo qual o país atravessava (a expectativa positiva da população nos primeiros meses de governo, havia já dado lugar à decepção com os destinos da economia e casos de corrupção) foram decisivos para a repercussão da matéria e a mudança de postura de outros veículos.

A partir de então, tendo a sociedade como esteio, o que se viu foi uma busca pelo “escândalo da vez” conforme chamou a atenção Roberto Pompeu de Toledo ao analisar o comportamento da imprensa naquele momento final do governo Collor. Quem não estivesse contra o governo corria o risco de ver sua credibilidade manchada.

De uma forma geral, percebemos que as narrativas de nossos depoentes, que eram mais descritivas no momento em que narravam a si próprios no início das entrevistas, passaram a contar com um teor mais analítico na medida em que passaram a lembrar, sobretudo, a eleição e o *impeachment* de Collor. Natural que assim o seja. Destacamos uma vez mais que a memória é algo que ocorre no presente e hoje esses jornalistas, até pelo ponto que atingiram em suas carreiras, estão mais habituados a comentar, do que propriamente a narrar fatos.

Assim, ao falar sobre o legado daquele período para a imprensa brasileira, acabam por fazer análises, que mais uma vez demonstram como a crença na isenção jornalística é um valor cultural desta comunidade.

A melhor forma de aprender seria, então, não mais repetir os erros colocados em prática durante, principalmente, a eleição de Fernando Collor. Naquela oportunidade, segundo a maioria das narrativas, uma série de interesses acabaram por deturpar o que seria o ideal do trabalho jornalístico: a busca pela verdade. Do mesmo modo, o “mito da isenção” surgiu como aquela narrativa que sempre se repete, de diferentes formas, diversas vezes, e parecia então o “antídoto” capaz de fazer com que o leitor/telespectador pudesse ser informado, de fato, sobre o que ocorrera à sua volta.

Quando iniciamos a presente pesquisa, uma de nossas indagações era se o “período Collor” havia deixado novas práticas para o “fazer jornalístico” brasileiro. Ao encerrar este estudo, vemos que o seu mérito maior foi escancarar como a concepção de jornalismo propagada pela grande imprensa é incompatível com a sua prática.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência, o Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BACZCO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In: Enciclopédia Enaudi. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. 2ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. Rio de Janeiro: editora Globo, 2009.
- CAPRINO, Mônica Pegurer; PERAZZO, Priscila Ferreira. Possibilidades da comunicação e inovação em uma dimensão regional. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). **Comunicação e Inovação**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 111-126.
- CARDOSO, João B. Freitas; SANTOS, Roberto Elísio dos. Teorias da Comunicação: aportes para a compreensão da dimensão simbólica e processos inovadores. In CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). **Comunicação e Inovação**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 35-61.
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O Governo Collor**. São Paulo: Editora Três, 1999.
- CARTA, Mino. Prefácio. In: ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. **As origens e a gênese do Plano Collor**. In: Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 16, n.1, p. 101-134, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n1/v16n1a03.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

- CONTI, Mário Sergio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DINES, Alberto. **O Papel do jornal**: uma releitura. 6ed. São Paulo: Summus, 1996.
- DOBBS, Michael. A queda do império soviético. São Paulo: Record, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- JOSÉ, Emiliano. **Imprensa e Poder**: ligações perigosas. Salvador: EDUFAB/Hucitec, 1996.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Dias; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. São Paulo: Unicamp, 2003.
- LEITÃO, Mirian. **Saga Brasileira**: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História**. Oral. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELO, Carlos. **Collor**: o ator e suas circunstâncias. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo:** a trajetória de um farsante. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENDONÇA, Maria Luiza. Comunicação e cultura: um novo olhar. In: SOUZA, Mauro Wilton (org.). **Recepção mediática e espaço público.** Novos Olhares. São Paulo: Paulinas/Sepac, 2006.

NEVES, Newton J. de O.; FAGUNDES, Milton. **Collor:** o artífice do caos. 2ed. São Paulo: Mission, 1996.

PRYSTTHON, Ângela. **Estudos Culturais: uma (in)Disciplina?**. In: Comunicação e Espaço Público, Brasília, ano VI, n. 1 e 2, p. 134 – 141, jan./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.lapcom.fac.unb.br/site/images/stories/Posgraduacao/Revista/Edicoes/2003\\_revista.pdf#page=133](http://www.lapcom.fac.unb.br/site/images/stories/Posgraduacao/Revista/Edicoes/2003_revista.pdf#page=133)>. Acesso em: 11 nov. 2012.

SANTOS, Arnaldo. **Impeachment:** ascensão e queda de um presidente. São Paulo: Companhia dos Livros, 2010.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **As teorias da Comunicação:** da fala à Internet. São Paulo: Paulinas, 2003.

SARLO, Beatriz. Tiempo Passado. **Cultura de la memória y giro subjetivo.** Uma discusión. Buenos Aires: Siglo XXI Editores argentinos, 2007.

SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (orgs). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impeachment** de Collor. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOTTOMAIOR, Louise; LEONEL, Josué; NOBREGA, Mailson da. **Além do Feijão Com Arroz** - Mailson da Nóbrega. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

SOUZA, Amaury de. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, K.S.; DOWNES, R. (orgs). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impeachment** de Collor. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** História oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent:** são super-homens os jornalistas? São Paulo: Summus, 1991.

VOLTAIRE. **Conselhos a um jornalista**. Tradução: Márcia Valéria de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

## **FONTES CONSULTADAS**

### **Fontes Orais**

NUNES, Augusto. São Paulo, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

FERNANDES, Bob. São Paulo, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

CASOY, Bóris. São Paulo, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

ROSSI, Clóvis. São Paulo, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

GRAÇA, Milton Coelho da. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

TOLEDO, Roberto Pompeu. São Paulo, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

PINHEIRO, Francisco Wianey. São Paulo, 2012. Entrevista de história de vida concedida a Luciano Cruz.

### **Revistas e Jornais**

#### ***Revista Veja***

Edições: 972 (22/04/1987); 988 (12/08/1987); 1012 (27/01/1988); 1020 (23/03/1988); 1113 (18/12/1991); 1153 (24/10/1991); 1234 (13/05/1992); 1235 (20/05/1992) e 1236 (27/05/1992).

#### ***Revista ISTOÉ***

Edições: 1101 (24/10/1990) e 1118 (27/07/1992).

#### ***Jornal Folha de S. Paulo***

Edições: 16/11/1989; 05/04/1990 e 06/04/1990.

#### ***Jornal do Brasil***

Edição de: 04/04/1987.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da Imprensa** (1970 - 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. In: Opinião Pública, Campinas, vol. 12, n. 1, p. 88-113, abr./mai. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BIROLI, Flávia. **Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil**. In: História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 118 - 143, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a07v26n2.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

BUSTOS, Guillermo. **La Irrupción del Testimonio en América Latina: Intersecciones entre Historia Y Memoria**. presentación del dossier "Memoria, Historia Y Testimonio en América; Latina". In: História Crítica, Bogotá, n. 40, p. 10-19, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-16172010000100002](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172010000100002) &lang=pt.>. Acesso em: 03 dez. 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política – a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas. David Nasser e O Cruzeiro**. São Paulo: SENAC, 1999.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CAVALCANTI, Mariana. **Sobre alguns usos emergentes da história oral nos Estados Unidos: o caso do furacão Katrina**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 196-217, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a11.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem**. Tese de Doutorado. Disponível em [http://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/tese\\_christofoletti.pdf](http://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/tese_christofoletti.pdf). Acesso em 02 jan. 2013.

COLLOR, Fernando. **Relato para a História: a verdade sobre o processo de impeachment**. Brasília: Senado Federal, 2007.



DE ZAN, Julio. **Memória y Identidad**. In: Tópicos, Santa Fé (Argentina), n. 16, p. 41-67, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1666-485X2008000100003&lang=pt.](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1666-485X2008000100003&lang=pt.)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

DINES, Alberto; FERNANDES JR, Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). **Histórias do poder – 100 anos de política no Brasil**. Vol. 1. Militares, Igreja e Sociedade Civil. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERRO, Marc. **A Reviravolta da História - a Queda do Muro de Berlim e o Fim do Comunismo**. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

FONSECA, Francisco. **Grande Imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia: Ambigüidades e Contradições do Discurso Ideológico**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30, 2007, Santos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0775-1.pdf>> Acesso em: 23 out. 2011.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, set./dez. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300027&lang=pt.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300027&lang=pt.)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. In: Rev. Katál, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1145>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

GONZALEZ DELUCA, MARÍA ELENA. **Estados Unidos frente al mundo: entre paradojas y desafíos**. In: Cuadernos del Cendes, Caracas, v. 51, n 51, p. 131 – 158, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082002000300008&lang=pt.](http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082002000300008&lang=pt.)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

GUILLAMET, Jaume. **Por una historia comparada del periodismo: factores de progreso y atraso**. In: Doxa Comunicación, Madrid, n. 1, p. 35 – 56, 2003. Disponível em: <[http://www.uspceu.com/CNTRGF/RGF\\_DOXA03\\_606.pdf](http://www.uspceu.com/CNTRGF/RGF_DOXA03_606.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2011.

IBARRA, David. **O neoliberalismo na América Latina**. In: Revista de Economia Política, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-248, abr./jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572011000200004&lang=pt.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000200004&lang=pt.)>.

lang=pt.>. Acesso em: 04 dez. 2011.

KITZBERGER, Philip. **Las relaciones gobierno-prensa y el giro político en América Latina**. In: Postdata, Buenos Aires, v. 14, n. 2, p. 157 - 181, ago/dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-96012009000200003&lang=pt.](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96012009000200003&lang=pt.)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

LUZ, Thaize Ferreira da. **A Influência da Mídia na queda de um Presidente**. In: Biblos, Rio Grande, v. 16, p. 45 - 53, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/issue/view/63>>. Acesso em: 24 out. 2011.

LOPES, Fernanda Lima. **Entre a Objetividade e a Vigilância: Contradições do Trabalho e da Identidade Jornalísticos**. In: Verso e Reverso, São Paulo, v. 21, n. 47, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5768/5226>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

MC CHESNEY, Robert W. . **The Problem of Journalism: a political economic contribution to an explanation of the crisis in contemporary US journalism**. In: Journalism Studies, USA, v. 4, n. 3, p. 299 – 329, 2003. Disponível em <[http://www.studiogaijin.org/iserlohn/wien/klasse/fernsehen/p299\\_s.pdf](http://www.studiogaijin.org/iserlohn/wien/klasse/fernsehen/p299_s.pdf)> Acesso em: 03 dez. 2011.

MÉRETTE, Marcel. **Post-Mortem of a Stabilization Plan: The Collor Plan in Brazil**, In: Jornal of Policy Modeling, v. 22, p. 417 – 452, 2000. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0161893897000525>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

MONTERROSA, Alberto Martínez . **Juegos de Periodismo**, In: Investigación y Desarrollo, Barranquilla, v. 16, n. 2, Dez, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-32612008000200008](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-32612008000200008) &lang=pt.>. Acesso em: 03 dez. 2011.

MORAES, Fernando. **Chatô. O rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

PERAZZO, Priscila F. **Memória e Narrativas Orais em estudos de Comunicação Social**. In: Comunicação & Inovação. São Caetano do Sul, v. 7, n. 13, p. 63 - 66, jul./dez. 2006. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/655/501](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/655/501)>. Acesso em: 20 out. 2011.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Construção do Estado, esfera política e**

**profissionalização do jornalismo no Brasil.** In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 81-94, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a06.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

PLATO, Alexander Von. **Mídia e memória: apresentação e uso de testemunhos em som e imagem.** In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 211-229, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a11v31n61.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

CABALIN-QUIJADA, Cristian; LAGOS-LIRA, Claudia. **Libertad de expresión y periodismo en Chile: presiones y mordazas,** Palabra Clave, Chia, v.12, n. 1, Jan/Jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0122-82852009000100003&lang=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852009000100003&lang=pt)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

QUINTÃO, Thales Torres. **Os Media e a Construção dos Caras-pintadas.** In: Revista Anagrama, São Paulo, ano 3, n. 4, p. 1 - 16, jun./ago. 2010. Disponível em: <[http://www.usp.br/anagrama/Quintao\\_caraspintadas.pdf](http://www.usp.br/anagrama/Quintao_caraspintadas.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2011.  
RAMIREZ, Livia. **Observatório Cubano de Periodismo.** In: Acimed, La Habana, v. 15, n. 6, p. 1 – 24, jun./dez. 2007. Disponível em: <[http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1024-94352007000600003&lang=pt](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352007000600003&lang=pt)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2008.

ROMANCINI, Richard. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa.** In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 5, 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/122249574361870493823267864101513504895.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

SALLUM, Brasílio Jr. **Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira.** In: Dados, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 259 – 2887, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a02.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **A imaginação.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

SEABRA, Roberto (org.); SOUSA, Vivaldo de (org.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas.** Rio De Janeiro: Record, 2006.

SEGRILLO, Angelo. **A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese,** 2004. Disponível em: <<http://www.sci>

elo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0011-52582004000300006&lang=pt.>. Acesso em: 03 dez. 2012.

SOUZA, Mauro Wilton de. **Novas Linguagens**. São Paulo: Salesiana, 2003.

SUBERCASEAUX, Bernardo. **Imaginário político de transformación**. In: Universum, Talca, v. 24, n. 2, p. 218 – 260, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-23762009000200012&lang=pt](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762009000200012&lang=pt)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Poor politics - poor housing. Policy under the Collor government in Brazil (1990 – 1992)**, 2007. Disponível em: <<http://eau.sagepub.com/content/19/2/391.full.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

VENACIO, Paula. **A Cena do Subúrbio: o teatro como meio de comunicação da cultura local na região do ABC paulista (1961-1990)**. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <[http://www.uscs.edu.br/posstricto/comunicacao/dissertacoes/2012/pdf/Dissertacao\\_Co\\_mpleta\\_PMC2012\\_Paula\\_Venancio.pdf](http://www.uscs.edu.br/posstricto/comunicacao/dissertacoes/2012/pdf/Dissertacao_Co_mpleta_PMC2012_Paula_Venancio.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2012.

VOLDMAN, Daniele. **Definições e usos**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos & Abusos da História Oral. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV: 2002.

WAISBORD, Silvio. **Periodismo democrático y falta de estatidad**, In: Posdata, Buenos Aires, v. 14, n 2, p. 39 – 62, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-96012009000200001&lang=pt](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96012009000200001&lang=pt)>. Acesso em: 03 dez. 2011.

WERNECK, Nelson Sodré. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.